



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**



JOÃO BATISTA BARBOSA DA SILVA

**AS REPRESENTAÇÕES DO DIA DO PROFESSOR NO JORNAL A UNIÃO
DURANTE O REGIME CIVIL MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)**

JOÃO PESSOA

2016

JOÃO BATISTA BARBOSA DA SILVA

**AS REPRESENTAÇÕES DO DIA DO PROFESSOR NO JORNAL A *UNIÃO*
DURANTE O REGIME CIVIL MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (*Strictu Sensu*), do Centro de Educação/CE, da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa em História da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizete
Guimarães Carvalho

JOÃO PESSOA

2016

S586r Silva, João Batista Barbosa da.
As representações do Dia do Professor no jornal A União durante o regime civil militar brasileiro (1964-1985) / João Batista Barbosa da Silva.- João Pessoa, 2016.
115f. : il.
Orientadora: Maria Elizete Guimarães Carvalho
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educação. 2. História da educação. 3. Dia do Professor.
4. Legislação educacional. 5. Jornal A União. 6. Regime civil militar.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

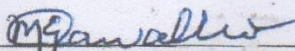
JOÃO BATISTA BARBOSA DA SILVA

**AS REPRESENTAÇÕES DO DIA DO PROFESSOR NO JORNAL A UNIÃO
DURANTE O REGIME CIVIL MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (*Strictu Sensu*), do Centro de Educação/CE, da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa em História da Educação.

Aprovada em 25/02/2016

BANCA EXAMINADORA



Professora Doutora Maria Elizete Guimarães Carvalho
Orientadora – PPGE/PPGDH/UFPB



Professor Doutor Matheus da Cruz e Zica
Examinador externo – PPGH/UFCG



Professora Doutora Fabiana Sena
Examinador interno – PPGE/UFPB

*Jaqueline Pereira de Miranda Barbosa,
João Ariel de Miranda Barbosa,
Meus amados. Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Neste momento, as palavras me faltam à mente por não conseguir expressar a tamanha alegria de está concluindo mais um ciclo de minha vida. Mas tendo a certeza que este trabalho feito por mim não é só meu, possuindo nas entrelinhas todo o carinho e paciência que muitos tiveram comigo durante toda esta caminhada. E eis alguns que conseguiram de alguma forma, marcar profundamente este trabalho.

Professora doutora Maria Elisete Guimarães Carvalho, muito mais que uma orientadora, uma guia, uma conselheira, uma amiga. Agradeço-lhe profundamente pelas inúmeras compreensões, pelo carinho, pelas correções, pelos “puxões de orelha”, por conseguir enxergar em mim o que eu mesmo já não conseguia ver. Obrigado!

Aos professores doutores, Fabiana Sena e Matheus Zica, que muito além de professores, os tenho como amigos. Agradeço a atenção e preciosa leitura do texto ainda na qualificação. Seus comentários e apontamentos foram cruciais para o êxito desta pesquisa. Levarei seus ensinamentos comigo, eternamente.

Agradeço também a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal da Paraíba – UFPB pela solicitude e carinho dedicado a todos que formam o programa.

A inspiração dessa fase final, sem dúvidas foram a força e a coragem dessas guerreiras: Géssica Romão, Juliana Costa de Lima, Camila Almeida, Sawana Araújo, muito mais que companheiras de mestrado, foram faróis que iluminaram minhas noites escuras.

Quero agradecer também a direção da E.M.E.F. Virgília Cordeiro Guedes, do município de Caldas Brandão, pela flexibilidade nos meus horários, por compreender minhas ausências nos momentos iniciais desse Mestrado e por sempre me apoiar.

Também não posso deixar de agradecer muito especialmente a equipe da “SRO” E.E.E.F.M. Severina Ramos de Oliveira, que compartilhou comigo todos os momentos desta caminhada, que ouviu e dividiu minhas angústias e aflições. Que compreendeu minhas ausências e sempre respeitou meu sonho de concluir esse mestrado. Obrigado, gente!

Essas linhas trazem consigo também o rastro de muitas pessoas que passaram e contribuíram. Assim, um agradecimento muito especial ao professor Genes Duarte, que muito mais que um amigo, foi sempre um grande colaborador desse trabalho, com o qual tive o prazer de dividir ideias, ouvir sugestões, críticas e elogios. Ao professor Luciélcio Marinho, que ouviu minhas angústias, dividiu sua experiência e não me deixou ter medo do que viria

encontrar pelo caminho. Ao professor Josélio Cassiano, que muito me incentivou quando assumi o risco da submissão ao processo seletivo, e que no meio da caminhada, sempre dava injeções de ânimo para ampliar minhas forças.

Agradeço a professora Luzia Marinalva da Silva, a primeira acreditar em mim, que me emprestou projetos e textos, que leu e corrigiu meu projeto inicial, dando sugestões importantíssimas. Sem seu apoio, não teria chegado até aqui. Obrigado!

Agradeço ao trato com o que Afonso Horácio Leite teve com a correção ortográfica. Foram momentos corridos que só nós sabemos!

É preciso agradecer ainda a quem embasou toda a minha vida, me ensinando os valores de humildade e de respeito: meus pais. Estes, que desde sempre se empenharam para oferecer tudo de bom para seus nove filhos, não medindo esforços para assegurar nosso direito à educação. Agradeço infinitamente o amor e o carinho sempre dedicado a mim e aos meus irmãos. Pai e mãe, obrigado por tudo!

Aos meus irmãos, a cada um deles, completamente diferentes um dos outros, mas unidos por um sentimento comum: amor. Quero dizer que sem vocês, sem esse carinho, esse respeito, minha vida acadêmica não teria nenhum sentido. Obrigado!

Aos meus sogros. Figuras maravilhosas que a vida me presenteou. Agradeço demais o carinho com o que, simplesmente, me dedicaram, adotando-me como um verdadeiro filho. Obrigado por me deixar ser de casa.

Aos meus cunhados e cunhadas. Vocês tornam minha vida muito mais divertida. Obrigado por fazerem parte da vida daqueles que são minha vida.

Não poderia deixar de agradecer, também, aquela que a quem dediquei este trabalho: Jaqueline Pereira de Miranda Barbosa. Esse trabalho tem sua alma. Esculpida pelas madrugadas, pelas ausências, pelas perdas, suas lágrimas estão contidas nestas páginas. Você é tão autora quanto eu. Não haveria palavras que pudessem expor o quanto você é importante para mim e para esta pesquisa. Muito obrigado mesmo!

E pequeno João Ariel Barbosa, ainda não te vi e nem te peguei no colo, mas muito me inspirastes nestas páginas. Este texto lhe é dedicado e que no futuro, lhe sirva de inspiração para ir ainda mais longe que seu pai. Amo-lhe muito!

E por fim, quero agradecer a todos os professores que foram os sujeitos dessa pesquisa. Entre eles, quero destacar a figura de Dona Bernadete Ribeiro Pereira (*in memorian*), minha primeira professora, que me ensinou as primeiras letras e o respeito pelos professores. Obrigado a todos. O nosso trabalho jamais será em vão.

E não deixaria de agradecer a Deus, O qual me dar forças para todos os dias levantar e seguir levando a vida, de acordo com a Sua vontade. Quero agradecer infinitamente por tudo que tenho, pelo dom da vida e pelas conquistas. Obrigado, Senhor!

*Alguns não conseguem afrouxar suas próprias cadeias e, não obstante, conseguem libertar
seus amigos.*

Nietzsche

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo entender como se deu a construção do Dia do Professor, na Paraíba, através do jornal *A União*, durante o regime civil militar brasileiro. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa documental sobre a legislação que regeu o Dia do Professor, buscando entender as relações entre o dia 15 de outubro com a Lei das Primeiras Letras de 15 de outubro de 1827, as leis que regeram a Educação Nacional nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, nº 5.540/1968 e nº 5.692/1971. Referente à pesquisa bibliográfica, destacou-se a obra de Vicentini e Lugli (2009), intitulada de *História da profissão docente no Brasil: Representações em Disputa*, por oferecer subsídios e referências para aprofundar a pesquisa. Foi feito ainda um levantamento nos bancos de dados da UFPB, da UNICAMP, no sítio digital da ANPED, e de outras Instituições de ensino superior. Buscou-se relacionar toda a documentação encontrada com as reportagens, notícias e notas veiculadas no jornal *A União*, entre os anos de 1964 e 1985, sendo que foram escolhidos os dias 13 a 18 de outubro de cada ano para serem analisados. A escolha do citado jornal se deu por ser um jornal do Governo do Estado da Paraíba, e principal porta-voz do governo militar.

Palavras-chaves: Dia do Professor. Legislação educacional. Jornal *A União*. Regime Civil Militar.

ABSTRACT

The present study has the objective to understand the Teacher Day building, in Paraíba, using *A União* journal, during the Brazilian civil military regimen. For making the purposed objective, a documental research about the legislation that ruled the Teacher Day was done, seeking to understand the relations between the October 15th day and First Letters Law of October 15th in 1827, the laws that ruled the National Education no. 4.024 of December 20th in 1961, no. 5.540/1968 and no. 5.692/1971. About the bibliographical research, Vicentini and Lugli (2009) title was emphasized, named *História da profissão docente no Brasil: Representações em Disputa*, offering subsidies and references to deep the research. An UFPB and UNICAMP data basis survey was done, using the ANPED site, and others academic institutions. It sought to relate all the found documents at the publicized reports, news and notes of *A União* journal, between 1964 and 1985, being chosen October 13th and 18th of every year to be analyzed. The cited journal choice happened because it was a journal of the Paraíba State Government, principal mouth of the military government.

Key words: Teacher Day. Educational legislation. *A União* Journal. Civil Military Regimen.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Charge comparando o papel do professor em 1969 com o de 2009.....	16
Figura 02	João Agripino e José Américo de Almeida homenageiam a professora primária mais antiga da Paraíba	26
Figura 03	Dia do professor comemorado em 1962.....	28
Figura 04	Agradecimento dos professores por reajuste e equiparação salarial..	31
Figura 05	1964: Comemoração nacional do “dia do mestre”.....	32
Figura 06	Ao mestre, com amor.....	72
Figura 07	Governador ficou surpreso com as novas cassações.....	74
Figura 08	José Américo de Almeida é homenageado na capital.....	75
Figura 09	Reconhecimento da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba aos professores	76
Figura 10	Somos todos alunos.....	79
Figura 11	A Lição do diálogo de Wilson Braga	80
Figura 12	Mestres e servidores agradeceram reajuste.....	82
Figura 13	Colégio Estadual de João Pessoa comemora o Dia do Professor.....	83
Figura 14	Departamento de Educação primária saúda o mestre.....	86
Figura 15	Departamento de Educação primária da Paraíba instrui as crianças a amar os mestres.....	88
Figura 16	Lutas de estudantes contra o Regime.....	90
Figura 17	A mensagem do Governador aos professores.....	91
Figura 18	A APLP congratula-se com a categoria.....	92
Figura 19	Congresso de Professores quer reforma.....	93
Figura 20	Professores entram em greve.....	94
Figura 21	Governador Wilson Braga comemorando com os professores.....	98
Figura 12	A palavra e o ato.....	99

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: OS ALICERCES DE UMA CONSTRUÇÃO.....	13
1.1 Situando o objeto e o objetivo da pesquisa.....	13
1.2 Problematizando a construção a partir das fontes.....	30
1.3 Questões de ordem metodológica.....	35
 2 O PERCURSO HISTÓRICO DO DIA DO PROFESSOR.....	 39
2.1 A lei das Primeiras Letras.....	40
2.2 O papel das LDBs na construção social e docente.....	44
2.3 O Decreto nº 52.682 de 14/10/1963.....	56
 3 O JORNAL A UNIÃO E O DIA DO PROFESSOR NO REGIME CIVIL MILITAR.....	 61
3.1 Contextualizando o período: antecedentes, o golpe e os anos de “chumbo”.....	64
3.2 Memória e memórias do Dia do Professor	70
3.3 Os discursos e as representações do jornal <i>A União</i>	72
 4 ANÁLISE DAS FONTES: QUAL O SIGNIFICADO DO DIA DO PROFESSOR?	 78
4.1 Ressignificação da docência	81
4.2 O Dia do Professor como comemoração	83
4.3 Representações sobre o Dia do Professor no jornal <i>A União</i>	89
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 95
 REFERÊNCIAS.....	 101
ANEXO A lei de 15 de outubro de 1827.....	112
ANEXO B Decreto nº 52.682 de 14 de outubro de 1963.....	115

1 INTRODUÇÃO: OS ALICERCES DE UMA CONSTRUÇÃO

1.1 Situando o objeto e objetivos da pesquisa

No fenecer do século XX e início do século XXI, os inúmeros estudos publicados/levantados sobre a história da educação no Brasil revelam significativa preocupação ao examinar os problemas educacionais brasileiros, perpassando por complexos esforços para entender a relação entre a política, a educação e os problemas que existem desde o golpe civil militar de 1964 (FICO, 2004).

Partindo das análises de Fico (2004), percebe-se que há um relativo crescimento de estudos relacionados com o golpe que pôs fim ao regime democrático brasileiro, como também pelo período em que os militares permaneceram no poder. De acordo com o autor supracitado, pode-se relacionar esse interesse devido às comemorações/rememorações de aniversário do evento, marcado notadamente por seminários acadêmicos, quando dos quarenta e dos cinquenta anos depois do golpe, mais precisamente em 2004 e 2014, respectivamente.

Podemos ainda perceber que não foi somente na área política, econômica e social que estudos relacionados com o golpe e com o regime que o sucedeu foram produzidos, mas também com a educação e as políticas educacionais, alvo dos militares para demonstrar a ideia do exército como educador do povo brasileiro, como um verdadeiro legitimador do novo regime que tanto se configurava notadamente pelo autoritarismo como se propunha a *formar almas* a partir de uma educação cívica (GERMANO, 2008).

Diante da presença das forças armadas como principal elemento à frente da nação brasileira, determinando os conteúdos e a forma da política educacional no Brasil em um contexto histórico e ideológico, já determinada pela Guerra Fria, o regime civil militar contribuiu no modelo de organização das instituições educacionais. Durante o período em que os militares permaneceram no poder, percebemos que as discussões relacionadas com o trabalho docente, ou seja, o professor, estão diretamente ligadas a produção de força de trabalho e ao mundo capitalista com o qual o Brasil estava alinhado.

De fato, percebe-se que o regime militar excluiu muitos brasileiros do direito a educação, contudo, é preciso deixar claro que essa exclusão social e educacional não é fruto do regime que se instaurou em 1964 (REIS; RIDENTE; MOTTA, 2014), sendo um equívoco, portanto, a atribuição da origem de tais problemas ao período elucidado que sugere que esses problemas são muito mais anteriores.

Salientamos, que o golpe de 1964 realmente interrompeu um processo político que poderia ter levado ao enfrentamento algumas questões sociais, como as reformas de base defendidas pelo governo de João Goulart (SANDER, 2013), inclusive com a organização/mobilização de vários segmentos sociais e populares, demandando por inclusão política e social. E com a chegada ao poder, a ditadura implementou políticas que contribuíram para agravar as desigualdades estruturais da sociedade brasileira (REIS, RIDENTI; MOTTA, 2014), como a ampliação da má distribuição de renda, a estrutura financeira, o empobrecimento do campo, caracterizado pelo êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades (GASPARI, 2014c).

Para compreender essas transformações políticas e sociais que alcançam as escolas e consequente os professores, a memória, tal como recorda-nos Le Goff (1990), faz parte das grandes questões das sociedades, tornando-se instrumento e objeto de poder, sendo posteriormente utilizada tanto pelos militares como pelos oposicionistas. A memória coletiva será construída neste período com/pelo apoio irrestrito de vários jornais (e demais meios de comunicação) da época, que darão suporte/sustentação ao novo regime, relacionando história e memória, a partir de experiências simbólicas e mediatizadas, relacionando história e memória.

Voltando a relacionar a educação com o sistema que se implantou no Brasil pós-1964, percebemos que a expansão do ensino defendida pela mídia objetiva-se em apenas um meio para consolidar a ideia de “revolução”, além de criar novos mecanismos de narrativas, por exemplo, a própria ideia de revolução para legitimar a tomada do poder inconstitucionalmente. Ressaltamos, assim, que a educação foi utilizada no processo de legitimação e os professores teriam, nesse processo, de desempenhar o papel de protagonistas.

Durante o percurso da constituição da profissão docente, presumimos a articulação entre o processo de formação, os conhecimentos e as condições para o exercício da docência e o diálogo entre a categoria e o Estado (VICENTINI; LUGLI, 2009), onde foi enfatizado a ideia de que a profissionalização não se produz de forma interna, mas enraizado no contexto e nos sujeitos-atores envolvidos nas relações de produção e manutenção da ordem social, e de modo particular dentro da temporalidade de 1964 a 1985.

Assim,

Tais preocupações têm acabado por gerar uma posição de valorização desses três elementos¹ numa época em que, de um lado, medidas oficiais são levadas **a efeito de**

¹ Os três elementos que Ribeiro (1995) faz referências são a organização escolar, a transmissão de conhecimentos e cultura, e o professor.

maneira a produzir o descrédito, em especial da escola pública e do professor de 1º e 2º Grau e, de outro, numa época em que experiências mais significativas em termos de educação popular no Brasil começaram a acontecer fora da escola e com a clientela impedida de nela ingressar ou dela expulsar logo após o ingresso, ou seja, os adultos que não chegaram a ser alfabetizados [...] (RIBEIRO, M., 1995, p. 4, grifos nossos).

Como resultados desses esforços, surgem trabalhos que se preocupam com a organização escolar, com a função da escola de transmissão de bens culturais e com o professor. Entre outros, Ribeiro (1995) se refere nos seus estudos ao período compreendido no Brasil entre de 1964 a 1985, quando o sistema político nacional impede os movimentos de educação popular que começavam a crescer e se multiplicar pelo Brasil, em especial os Movimentos de Cultura Popular, os Movimentos de Educação de Base e os Centros Populares de Cultura que foram interrompidos oficialmente a partir do ano de 1964.

Tomando, por exemplo, as sociedades que passaram por regimes ditatoriais seguidos por regimes democráticos, como o Brasil e vários países da América Latina, estas contribuem para a construção de uma memória muitas vezes emblemática criando particularidades que podem se apresentar de formas traumáticas ou, para muitos, saudosistas. No Brasil, o Regime civil militar durou 21 anos oficialmente, iniciando-se em 31 de março de 1964, e tendo seu fim em janeiro de 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice-presidente da República, respectivamente, realizada pelo Congresso Nacional.

A construção da memória coletiva não pode ter um alicerce na consciência, tendo em vista que a mesma é tão somente uma de suas direções de racionalização, visto que é manipulada de acordo com o desejo de sua formação (HALBWACHS, 2004). Considerando a temporalidade analisada, é preciso estar atento às questões consideradas saudosistas, uma vez que

O fato de a política educacional pós-64 ter produzido uma indiscutível ampliação numérica das oportunidades de, pelo menos, ingresso na escola às custas do aligeiramento do ensino nela ministrado (o que tem levado ao descrédito da escola pública de 1º e 2º graus e particularmente do professor que nela trabalha), é para mim uma evidência a mais de que a defesa da escola pública nos seus diferentes graus e, portanto, dos professores, continua sendo uma necessidade e motivo de luta dos setores politicamente mais representativos no Brasil de Hoje (RIBEIRO, 1995, p. 5).

Para tratar do surgimento deste estudo, consideraremos a charge² a seguir que circulou nas redes sociais, em meados do mês de outubro do ano de 2009, contendo uma imagem comparativa de uma família na escola que está discutindo o papel do professor em relação às notas baixas da criança, e lança o seguinte questionamento: “que notas são essas?”. Esta charge está dividida em duas partes: uma com a data de 1969³ e a outra com a data de 2009. Na primeira a professora se apresenta de forma imponente, clássica e virtuosa, além dos pais parecerem estar recriminando a criança por ela não ter estudado e, como consequência, ter tirado nota baixa. É importante destacar que a pergunta se dirige ao filho e que os pais estão “do lado” da professora.

Figura 1 - Charge comparando o papel do professor em 1969 com o de 2009



Fonte: <<http://direitoarte.blog.lemonde.fr/2009/07/08/de-1969-a-2009-que-notas-sao-estas/>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

Já na segunda parte da mesma charge, há uma cena parecida com a primeira; só que, dessa vez, os pais parecem perguntar à professora o porquê daquelas notas, dando a entender que o principal causador do baixo rendimento é a própria docente. Percebe-se, ainda na mesma parte, o semblante de pavor e de medo da educadora perante a família, enquanto o aluno demonstra uma postura de intocável superioridade, apresentando sorriso de deboche,

² Definimos aqui a charge como uma espécie de crônica humorística, de caráter crítico, com o objetivo de provocar o hilário através do exagero, caracterizando-se ainda por ser um texto visual humorístico e opinativo, que critica um personagem ou um fato específico (HOUAISS, 2011).

³ De 1964 a 1985, no Brasil, foi instalado o regime político conhecido como Ditadura Militar ou Regime Civil Militar, caracterizado pelo autoritarismo e pela falta de liberdade civil. De acordo com Germano (1994, p. 18) *apud* Fernandes (1979), apesar de o golpe ter iniciativa burguesa, coube às Forças Armadas a intervenção executiva, mediante a qual assumiram o poder do Estado por mais de duas décadas.

como se ele não pudesse ser “atingido” pela disciplina/autoridade e correção dos professores ou, no caso específico, a professora. Desse moto, eis que se apresenta a desvalorização do profissional e do sujeito como pessoa.

Ao perceber o caráter excessivo da charge, é preciso estar atento ao processo de desautorização, evidenciado em Ribeiro (1995), uma vez que os professores ao assumir a responsabilidade de educar as gerações futuras, trazem para si a inalienável e individual responsabilidade de corroborar com a construção do espaço, conseqüentemente, do mundo à sua volta.

Entendemos, pois, que na charge há uma relação ideológica da autoridade construída ao tentar satirizar a figura do professor. Assim, relacionando-a com a temporalidade, percebemos que a ideologia pode se tornar perigosa em termos políticos, especificamente quando ela ameaça o senso comum ou a própria memória coletiva/individual. Tirar dos professores a autoridade é (des)configurar nosso processo educacional, que ainda está em construção. Todavia, a autoridade deve estar centrada na relação da razão, tendo em comum a própria hierarquia, cujo direito e dever, ambos devem reconhecer (ARENDT, 2009).

Uma questão que preocupou bastante durante a construção deste texto foi o fato de não termos conseguido encontrar a origem da charge acima, possibilitando assim uma série de incertezas e de dúvidas. Chamou a atenção o fato de a charge não ser de origem nacional, uma vez que temos no lado inferior direito a assinatura *Quest-France* e logo acima “Chaunu”, que a identifica como não sendo brasileira.

Outro aspecto que também chamou a atenção na mesma charge é um borrão branco, evidenciando assim que a charge original pode ter sido modificada, atribuindo-lhe um novo significado. Dentro desse borrão foi colocada a frase “que notas são essas” e logo acima, os anos de 1969 e 2009, apresentando uma comparação. Foi esta comparação que nos chamou a atenção e nos fez refletir sobre a educação nesse período.

Por volta do ano 2010, as redes sociais tem ocupado a cada dia mais espaço na vida dos brasileiros, graças às facilidades que se ampliaram, aumentando, dessa forma, o número de usuários da internet por meio de mensagens instantâneas ou de postagens. Diante dessa quantidade cada dia maior de usuários, a rede pode ser utilizada como espaço de socialização de fotos/imagens, de notícias, vídeos, e nesse caso específica, da charge citada anteriormente.

A charge, que mais precisamente, que tinha o papel de satirizar, conseguiu despertar várias inquietações: a educação no período militar era melhor? Houve melhorias durante o regime militar brasileiro? O professor era realmente respeitado? E se era respeitado, como perdeu o respeito? E a autoridade do professor?

O interesse pela temática e pelo período está relacionado com as experiências da vida deste autor⁴. As mais significativas temáticas são as memórias de infância e como era o dia a dia como estudante, ou seja, como era o relacionamento professor/aluno no período dos anos de 1990, marcado ainda pela forte influência do Regime Civil Militar e, conseqüentemente, da educação preparada por esses agentes do poder.

A segunda relação é uma comparação realizada entre a educação atual e a educação do período militar. Vale salientar que existe uma diferença muito grande nos aspectos educacionais dos anos de 1990 e dos anos 2010, entendidas por meio das diversas discussões a respeito do bem-estar do aluno, de seus direitos e deveres, seguindo as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, que permite que a autoridade do professor seja revista e reinterpretada para auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, sendo corresponsável pelo sucesso ou fracasso do educando.

Relacionando todo o exposto com a análise da charge em questão, a vida cotidiana dos professores nas salas de aula está cada vez mais subordinada a uma lógica administrativa que procura aumentar o rendimento dos processos de ensino, orientada nas reformas educativas da década de 1990 (globalizante e neoliberal), estas que se pautaram na preocupação de aumentar a permeabilidade da escolarização junto às transformações econômicas e sociais (CORREIA; MATOS, 1999).

Na análise proposta por Correia e Matos (1999), referente aos impactos da globalização na construção docente e à relação de autoridade e poder entre professor e aluno,

Reconhece-se, assim, explicitamente, a legitimidade de o “econômico” interferir nas prioridades do conhecimento científico e tecnológico (e mesmo determiná-las), nomeadamente daquele que é veiculado pelas escolas, contribuindo para que a ciência e a tecnologia tendam a deixar de ser encaradas simbolicamente como um “patrimônio da humanidade”, para passarem a ser consideradas como um “bem econômico”, ou seja, como um instrumento imprescindível ao aumento da competitividade nacional nos mercados internacionais (CORREIA; MATOS, 1999, p. 11).

A mesma charge ainda proporciona uma inquietação ao apresentar dois momentos distintos relacionados com a história/memória dos brasileiros. A primeira parte está situada no período do Regime Civil Militar, ou seja, o ano de 1969, caracterizado como sendo o início do processo de maior repressão aos movimentos estudantis, com seus discursos de ordem e

⁴ Em 2005, este autor iniciou a graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no Campus III, localizado em Guarabira - PB. Neste mesmo ano, teve início suas experiências docentes atuando como professor de História na Escola Estadual Senador Humberto Lucena, no município de Sobrado - PB. Atualmente, encontra-se efetivado na rede estadual de ensino da Paraíba.

disciplina, além da grave censura. A segunda parte registra o período de concretização da democracia, com as garantias da liberdade individual e de expressão. Para Correia e Matos (1999), o que ocorre é uma arbitrariedade no campo educativo, causando certa instabilidade na autoridade do professor, causada por esse processo de abertura política e social⁵. Dessa forma, é

Imprescindível para que o poder do professor se dissimule em autoridade, o pressuposto de que ele seria o único especialista na utilização dos saberes pedagógicos é hoje contradito por uma utilização indiscriminada da noção de pedagogia – que se associa tanto à publicidade, como à ação de inculcação ideológica desenvolvida pelos governos e partidos políticos, como tende, ainda, a ser associada à culturalização da empresa e dos empresários (CORREIA; MATOS, 1999, p. 15).

Outro pressuposto que os autores já citados evocam é que “a bondade do Estado” garantirá a identidade nacional, como também preservará o princípio de igualdade de oportunidade no campo educativo, que para os mesmos, e não sendo contraditórios,

Parece sofrer, hoje, um processo de erosão particularmente intenso na sequência tanto do processo de globalização da vida das sociedades como do abandono progressivo dos princípios de justiça em detrimento dos critérios de eficiência no campo educativo (CORREIA; MATOS, 1999, p. 15).

A relação entre a (des)autoridade do professor, o sarcasmo contido na charge e o posicionamento de Arendt (2009) que evoca como sendo autoridade o relacionamento entre pares, externados no respeito mútuo e sem utilização de quaisquer formas de violência,

Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou (ARENDT, 2009, p. 129).

Com o fim do regime civil militar brasileiro, a década de 1990 apresenta significativos avanços nas políticas públicas direcionadas à educação, como por exemplo, a Lei nº 9.394/1996⁶, que passa a reger toda a educação nacional. Suas diretrizes regulamentam o

⁵ As reformas sociais, políticas e econômicas adotadas pelo governo brasileiro, em especial para erradicar o analfabetismo, ampliaram as facilidades de matrícula e permanência de diferentes atores, oriundos das diversas camadas sociais, tornando a escola um verdadeiro celeiro de testes para acolher um novo público faminto de novas possibilidades e que, muitas vezes, não apresentam expectativas de um futuro promissor. Esses sujeitos estão na escola apenas para conseguir concluir a educação básica e seguir em direção ao mercado de trabalho sem, contudo, conseguir a formação mínima para as exigências do novo mercado, que a cada dia busca mais qualificação para seus profissionais.

⁶ No tópico 2.2, iremos trabalhar analisando o papel das leis educacionais que regeram a educação até o fim do regime civil militar brasileiro.

funcionamento da educação nas três esferas administrativas, a dizer, a nacional, a estadual e a municipal. Percebemos ainda a ausência de preceitos que estejam relacionados com questões de ordem de comportamento, de autoridade em sala de aula, ou de qualquer tipo de punição para estudantes que violem algum tipo de regra. Não obstante, uma vez mais, a figura do professor não aparece na LDB, tendo somente o título VI, que trata dos profissionais da Educação, do Artigo 61 ao 67, em que a Lei apresenta quem são esses profissionais, onde se formam, e como podem atuar, além de seus planos de cargos e carreiras (BRASIL, 2015).

Voltando à 1964, com a chegada ao poder, os militares necessitavam legitimar seu poder em relação à maioria da população, sendo que uma das estratégias foi investir na educação com dois objetivos distintos: manter o controle político e ideológico nas escolas/universidades e formar mão de obra qualificada para o crescimento do país (GERMANO, 1994).

Dessa forma, merece ser entendida a relação professores x alunos x família com a extinção do componente curricular de Moral e Cívica⁷. Esta disciplina esteve presente nos “currículos escolares, de forma explícita e às vezes implícita, em todas as formulações curriculares da educação de quase todos os níveis de ensino, ao longo de toda a história da república brasileira” (JACOMELI, 2010, p. 80). Trazida ao currículo através da Lei nº 5.692/1971, a disciplina implantava característica de ensino de valores, bem como a de “formar” os indivíduos de acordo com a sociedade desejada⁸.

A Educação Moral e Cívica, além de formar o aluno nos valores veiculados no momento, contribuía para a formação do professor, uma vez que direcionava todas as suas ações, seus valores e até pensamentos, pois

[...] o regime militar cavava reconhecimento para os seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores ligados à família, à escola, à pátria, à religião, à ordem, à disciplina, que segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira. Em termos gerais, pode-se dizer que a busca de legitimidade do regime militar significava, basicamente que ele se debatia para encontrar meio de obediência, adesão e aceitabilidade para suas formas de atuação e ação (REZENDE, 2001, p. 3-4).

Para Jacomeli (2010, p. 78), “foi no interior dos embates políticos, sociais e econômicos que a educação foi reformada para forjar o ‘novo’ cidadão, obediente e pacífico e

⁷ Aprofundaremos essa temática no capítulo II, quando iremos tratar da construção docente do professor, tendo como principal fonte as leis educacionais.

⁸ Vale salientar que o governo militar (1964-1985) buscou legitimar suas ideias e propostas perante os estudantes e a sociedade por meio de uma disciplina escolar: a Educação Moral e Cívica. Por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, implantou-se a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas do país.

que a ditadura militar almejava para a sociedade”. A lei citada anteriormente estabelecia, assim, que os Estudos Sociais passariam a englobar as disciplinas de História e Geografia e a disciplina de Educação Moral e Cívica, e, a partir desta reforma educacional criaria os novos valores sociais desejáveis para o “novo” governo militar.

Instigado pela imagem/memória, suscitou-me nas lembranças o jeito com que os meus pais sempre me orientavam sobre como tratar os professores: sempre com respeito, dado que são autoridades, os “representantes do governo”, além de possuírem as chaves do castelo da educação. Vale ressaltar que os meus pais são agricultores, semianalfabetos, mas que buscaram educar todos os seus filhos embasados na verdade, na dignidade e na esperança de que a educação poderia transformar a realidade em que viveram. Dessa forma, a rigidez com que nos educaram serviu para, antes de tudo, formar filhos decentes. Assim, as lembranças, juntamente com a revolta da “ironização” contida nas cenas da charge, contribuíram para relembra-rem minha infância, período caracterizado já com o término do regime militar brasileiro e início do processo de redemocratização.

Como a charge em questão circulou durante o mês de outubro de 2009, por volta do Dia do Professor, despertando ironia nos internautas, questões vivenciadas na infância foram lembradas, como as comemorações, em plena década de 1990, onde a maioria das escolas promoviam no dia 15 de outubro, festividades para “o professor”, reunindo funcionários, alunos, pais e amigos para dizer aos professores como eles eram importantes para todos que ali estavam.

Analisar o surgimento e a consolidação do Dia do Professor através das notícias do jornal A União é também entender que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”, como afirma Pollack (1989, p. 6) no artigo *Memória, esquecimento e silêncio*.

Neste sentido, guiado pela necessidade de analisar o passado – e o seu silêncio, fomentou-me o desejo de compreender as razões que levaram ao esquecimento⁹ da comemoração do Dia do Professor e a desvalorização dessa categoria profissional atualmente, em uma perspectiva de estima e respeito por parte da grande maioria da sociedade, levando ainda em consideração as características mutáveis e flutuantes da memória individual e coletiva das pessoas acerca dos professores e do seu dia.

⁹ É preciso deixar claro aqui que o termo esquecimento está se aplicando à falta de comemorações oficiais, organizadas pelas escolas ou pelos poderes públicos. Trabalharemos com o termo “esquecimento” com mais profundidade no capítulo III deste estudo.

Para alcançarmos êxito na nossa proposta, procuramos conhecer tanto os alicerces da construção do Dia do Professor como a trajetória dessa construção, buscando, assim, respostas para nossas inquietações.

Para compreender melhor esse estudo, levaremos em consideração que a instituição legal do Dia do Professor, como o dia 15 de outubro, aconteceu no governo do presidente João Goulart (1961-1964), por meio do Decreto nº 52.682¹⁰, de 14 de outubro de 1963, que no artigo 3º estabelece que a essência e razão do feriado fossem "para comemorar condignamente o Dia do Professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo participar os alunos e as famílias".

A pesquisa buscou suporte nas raízes das leis educacionais para compreender a trajetória percorrida pelos professores até conquistarem um dia a si mesmo dedicado. É importante ressaltar que mesmo se tratando de uma conquista, o Dia do Professor passou a ser utilizado como instrumento de manipulação, criando-se oportunidades tanto para os governos militares na esfera nacional como para os governadores na esfera estadual se utilizarem da data como meio para que eles pudessem se aproximar da classe profissional.

Para podermos compreender melhor esse processo de conquista do Dia do Professor, nos dirigimos até o decreto imperial de 15 de outubro de 1827, em que o imperador D. Pedro I¹¹ manda criar escolas de primeiras letras nas cidades e vilas mais populosas, sendo considerada como uma das primeiras leis de importância sobre a educação no Brasil, afirmando assim, o seu valor para este estudo, tendo em vista destacar-se como a primeira tentativa para difundir a instrução pública para a massa da população, como afirma Castanha (2013). Para Xavier (1980), que investiga a origem das primeiras leis educacionais no Brasil (tentando compreender o nosso pensamento educacional), quando o parlamento foi reaberto por Dom Pedro I, em 1824, a pauta relacionada à instrução pública não foi discutida, sendo analisada em 1826, com o surgimento de algumas propostas. Para essa autora, as poucas questões relacionadas com a Educação na Constituinte de 1823 foram reconsideradas pelo imperador na Carta Constitucional de 1824.

Contudo, Saviani (2002) revela que um desses projetos foi o de Januário da Cunha Barbosa, também analisado por Xavier (1980), que pretendia regular todo o arcabouço do

¹⁰ Analisaremos o Decreto nº 52.682/1963 no tópico 2.3.

¹¹ Em 15 de outubro de 1827, o imperador Dom Pedro I assina o decreto que cria as escolas de primeiras letras no Brasil. De acordo com Saviani (2002), a constituição outorgada pelo imperador em 1824, no Inciso 32, do artigo 179, do Título VII, limitava-se a afirmar que a "instrução primária é gratuita a todos os cidadãos". Analisaremos a citada lei no tópico 2.1.

ensino distribuído em quatro graus: As “Pedagogias”, os “Liceus”, os “Ginásios” e as “Academias”. Esse projeto detalhava os conteúdos e as finalidades de cada grau de ensino. Contudo, diante das peculiaridades do período, ao ser discutido entre os deputados foi preterido a um projeto mais simples, limitado a tratar sobre a escola elementar, o qual resultou a citada lei das primeiras letras.

A lei estabelecia, ainda, que nessas escolas os professores ensinariam a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica Apostólica Romana, proporcionadas à compreensão dos alunos (SAVIANI, 2002 p. 275).

Essa lei ainda estabelecia no seu artigo 1º que escolas elementares deveriam ser criadas em todas as cidades, vilas e lugares populosos, de acordo com as necessidades, criando assim um sistema nacional de instrução pública. A lei de 15 de outubro de 1827, além de estabelecer os critérios para abertura e extinção de escolas (artigo 2º), estabelecia também os ordenados dos professores, sendo que os presidentes das províncias, em Conselho, ficariam interinamente responsáveis pela regulamentação, que ficaria entre 200\$000 a 500\$000 anuais (artigo 3º). Interessante é notar, ainda, que a Lei estabelecia no seu artigo 14 que os provimentos dos professores seriam vitalícios e que sua demissão só ocorreria por meio de sentença (XAVIER, 1980).

A lei criada no Império não mencionou a criação de uma data para o surgimento do Dia do Professor, mas, mesmo assim, para a época, foi considerada um avanço para a educação do Brasil. Todavia, Saviani (2002) e Xavier (1980) fazem menção ao Ato Adicional à Constituição de 1834, com o qual o Governo Central “desobrigou-se” de cuidar das escolas primárias e secundárias, transferindo essas obrigações para as províncias.

Esta foi uma alternativa que o poder central encontrou para se desobrigar de cuidar da instrução pública no país, sendo importante destacar que nos estudos de Xavier (1980), quando analisa os anais da câmara dos deputados, percebe-se a condição desfavorável do tesouro público, que não tinha dinheiro nem para estabelecer os vencimentos dos professores. Contudo, alguns deputados que faziam parte do governo acreditavam que, transferindo essas obrigações para a província, a qualidade da instrução ia melhorar.

Com a aprovação do ato adicional de 1834, surgiram as Escolas Normais, que teriam a responsabilidade pela preparação adequada dos professores e pela correta aplicação dos métodos de ensino. Vicentini e Lugli (2009) destacam que, inicialmente, as escolas normais eram apenas para rapazes. Com o decorrer dos anos e o pequeno prestígio da profissão,

associado aos baixos salários, as escolas normais se configuraram como um espaço destinado a preparar as moças para o casamento. As medidas adotadas durante o império do Brasil para a melhoria dos professores foram raras e sem efeitos práticos e reais, sem contar que não se refeririam diretamente aos professores.

Outro fato interessante é compreender que o dia 15 de outubro é dedicado a Santa Tereza D'Ávila, considerada como protetora dos professores¹², instigando, assim, a entender a relação entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, durante o surgimento da Lei das Primeiras Letras, como ficou conhecida a Lei de 15 de outubro de 1827, e a manutenção da aliança entre o Institucional (Estado) e o Sagrado (Religião). Essa relação vai continuar existindo durante toda a história da república brasileira¹³.

Partindo da ideia de que a relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro passava de uma simples relação entre poderes distintos, o religioso e o político-econômico, faz-se necessária uma breve reflexão sobre a atuação do clero católico antes do golpe de 1964 e seu relacionamento com o novo governo. Justificamos essa análise para entender a importância do apoio dado por uma significativa parte da Igreja Católica para a autenticidade e reconhecimento do novo sistema político, além das próprias transformações na Igreja a partir da conscientização de uma parcela dos bispos do Brasil, das condições de subdesenvolvimento em que vivia grande parcela dos brasileiros e de como era o relacionamento entre os professores. Nos estudos de sua dissertação de mestrado, Carvalho (2006) explica que

Foi nesse contexto que parcela da Igreja Católica mais comprometida com as organizações sociais começou a entrar em conflito com as ideologias do novo governo, que passou a identificá-la como “agente do comunismo”, generalizando, assim, no Brasil, as divergências ideológicas que marcaram profundamente as relações entre a Igreja e o Estado. Muitas lideranças sindicais, leigos, padres, freiras,

¹² Esta informação consiste em diversos sites na rede nacional dos computadores, por exemplo, no site oficial do governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/padroeira-dos-professores-viveu-no-seculo-xvi>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016. Por viver um período marcado pelo analfabetismo feminino, pela perseguição da Inquisição e pelo preconceito e discriminação, Santa Teresa (Ávila/Espanha no dia 28 de março de 1515 - Alba de Torres no 4 de outubro de 1582) deixou uma riquíssima obra de ensinamentos em seus livros e cartas, sendo considerada a primeira doutora da Igreja Católica pelo Papa Paulo VI, em 1970. Em quatro de outubro do ano de sua morte deu-se início a reforma do calendário ocidental substituindo o calendário juliano, e justamente este dia deixou de existir, sendo substituído pelo dia 15, ou seja, do dia 3 de outubro de 1582, assim, “transferiu-se” para o dia 15 de outubro de 1582, data que é comemorada assim, o dia da Santa.

¹³ A Educação no Brasil sempre esteve muito próxima da Igreja Católica. Pode-se perceber isso relacionando a primeira lei nacional da educação com o dia de Santa Teresa D'Ávila e com o Ensino Religioso nas escolas, presente durante toda a república e contido em todas as LDBs, mesmo a Constituição Republicana afirmando que o Estado brasileiro é laico.

jovens foram presos, torturados e tantos outros foram mortos em diversos cantos do Brasil (CARVALHO, 2006, p. 14-15).

Esse posicionamento entre a Igreja Católica e governo civil militar pode ser compreendido, visto que

Tenta-se mostrar como a convivência entre a Igreja Católica e o Estado foi permeada por tensões e contradições ideológicas, que se constituíram no principal argumento para que os militares desautorizassem aquelas organizações patrocinadas pela Igreja Católica de exercerem suas funções políticas, sociais e organizacionais (CARVALHO, 2006, p. 15).

Ainda de acordo com a primeira parte da charge, podemos perceber a imagem representativa da figura do professor, que agora passou a representar o regime civil militar, tendo um maior destaque social¹⁴, e por isso, adota uma postura séria, autoritária e sempre com a família ao seu lado. A figura do professor era a imagem do governo e o governo era o professor, que se distanciava do “caos e da desordem” que pairava no Brasil anteriormente. Cabe refletir sobre o tipo de educação veiculado nesse momento e como se comportava a sociedade perante os “mestres/senhores/possuidores” do conhecimento, que no dia 15 de outubro, parava para homenageá-los, percebendo-se, atualmente, com as rupturas e continuidades, que esse dia é apenas feriado nas escolas, sendo que muitas vezes a data passa esquecida, sendo descumprido o artigo terceiro do Decreto nº 52.682, de 14 de outubro de 1963¹⁵.

Neste sentido, este estudo se propõe a analisar como surgiu o Dia do Professor no Brasil – 15 de outubro – e como se deram as diversas formas e discursos de comemoração desse dia produzidos pelos militares e pelos governantes do estado da Paraíba publicados no jornal *A União* durante o regime civil militar brasileiro (1964-1985) e qual o significado dessas memórias para a profissão docente. Para logarmos êxito neste objetivo, buscamos entender como surgiu o Dia do Professor, por meio de um percurso histórico, analisando a legislação referente aos professores e culminando com o Decreto nº 52.682 de 14 de outubro de 1963. É importante perceber que o citado decreto surge numa configuração político-social

¹⁴ Loewenstein (1983 *apud* GERMANO, 1994, p. 18) apresenta que em contraposição à “democracia populista” de Jango, os militares ao assumirem o poder, implantaram um regime autoritário e ditatorial caracterizado pelo fato de o poder não estar submetido a nenhum limite, estando fora de qualquer controle político, embora não sendo revestido de uma forma totalitária. Para Ferreira e Gomes (2014), o processo que levou os militares ao poder em 1964 não pode ser chamado de Revolução, como foi afirmado pelos próprios militares, tendo em vista que não houve uma verdadeira ruptura revolucionária, mas sim uma alteração superestrutural caracterizada por um rearranjo na sociedade civil politizada com a ascensão de diferentes frações da classe dominante ao comando do aparelho governamental.

¹⁵ O Decreto nº 52.682 de 14 de outubro de 1963 será analisado no tópico 2.3.

distante do período abordado na pesquisa. Dessa forma, fez-se necessário contextualizar todo o processo historicamente, entendendo a sociedade e a política desse momento.

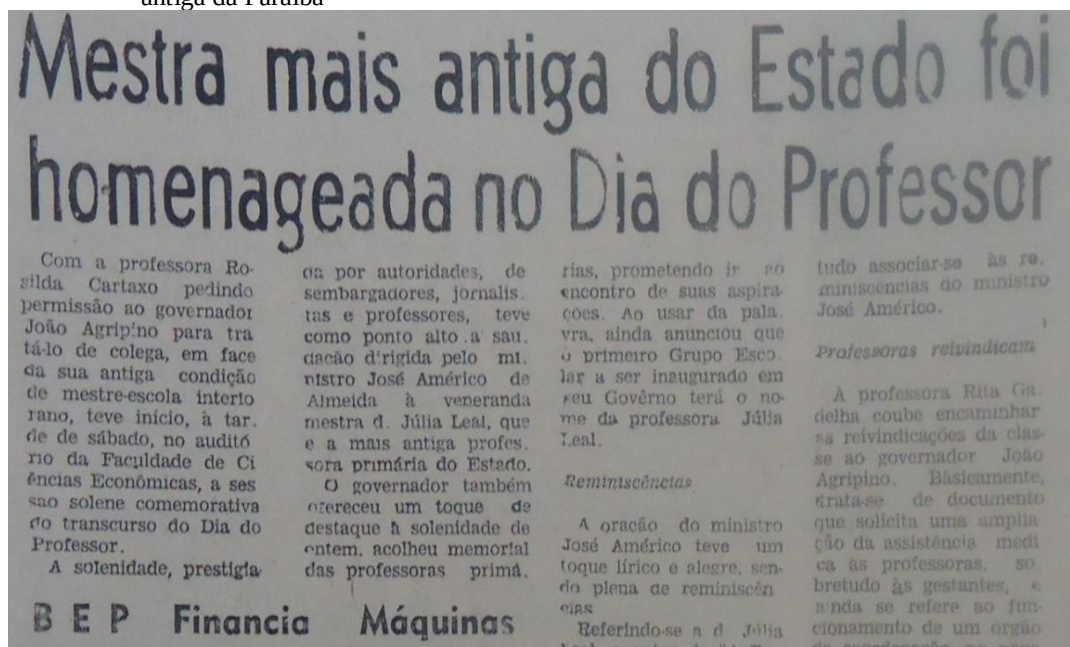
Considerando que os estudos sobre a legislação e contextualizado o período, buscamos entender a importância do jornal como meio de comunicação, detentor de um ponto de vista dominante e que procura direcionar a opinião das pessoas acerca do regime político vigente no país naquele momento.

Ao utilizar as notícias do jornal *A União* como fonte para as nossas pesquisas educacionais, acreditamos que

(...) se buscam nas folhas impressas não apenas as questões educacionais literais. Antes disso, são esquadrinhados os sentidos que os homens do passado conferiram ao mundo por meio de imagens, palavras, notícias, entrevistas e propagandas estampadas em páginas hoje amareladas. São procuradas as formas como os grupos que confeccionaram tais folhas as consumiram e as puseram em circulação. E mais: são perscrutadas as formas como os homens do passado olharam o mundo, construíram o mundo, se deram a ver no mundo, buscaram ensinar o outro a olhar este mundo de uma determinada maneira (CAMPOS, 2012, p. 62).

Reconhecendo que este jornal é um periódico específico que retrata o período de forma vinculada ao poder Nacional e estadual, direcionada a população paraibana, objetivando persuadir a opinião de seus leitores, construindo uma imagem positiva do regime civil militar, trata-se de uma fonte que apresenta a forma como as elites daquele momento histórico olhavam para o mundo, cabendo refletir sobre os diversos olhares que estão contidas nas páginas daquele noticiário.

Figura 2 - João Agripino e José Américo de Almeida homenageiam a professora primária mais antiga da Paraíba



Fonte: Jornal A União, 18 de outubro de 1966.

É importante destacar como a matéria acima não cita nomes de solenidades importantes no seu título de abertura, todavia no decorrer da reportagem vê-se o enaltecer a figura do Ministro de Estado José Américo de Almeida e do Governador João Agripino, ambos pertencendo a cúpula que apoiaram o golpe de 1964.

O jornal *A União* surge como meio de comunicação do estado da Paraíba, destacando-se como melhor representante dos governos militares. As análises desse jornal se deram relacionando as publicações pertinentes ao Dia do Professor e a tentativa dos dirigentes governamentais de criar uma memória e uma imagem dos professores. Na figura 2 podemos observar a professora homenageada chamando o governador de estado de “colega”, transparecendo assim uma grande aproximação ou intimidade entre a classe docente e os dirigentes políticos.

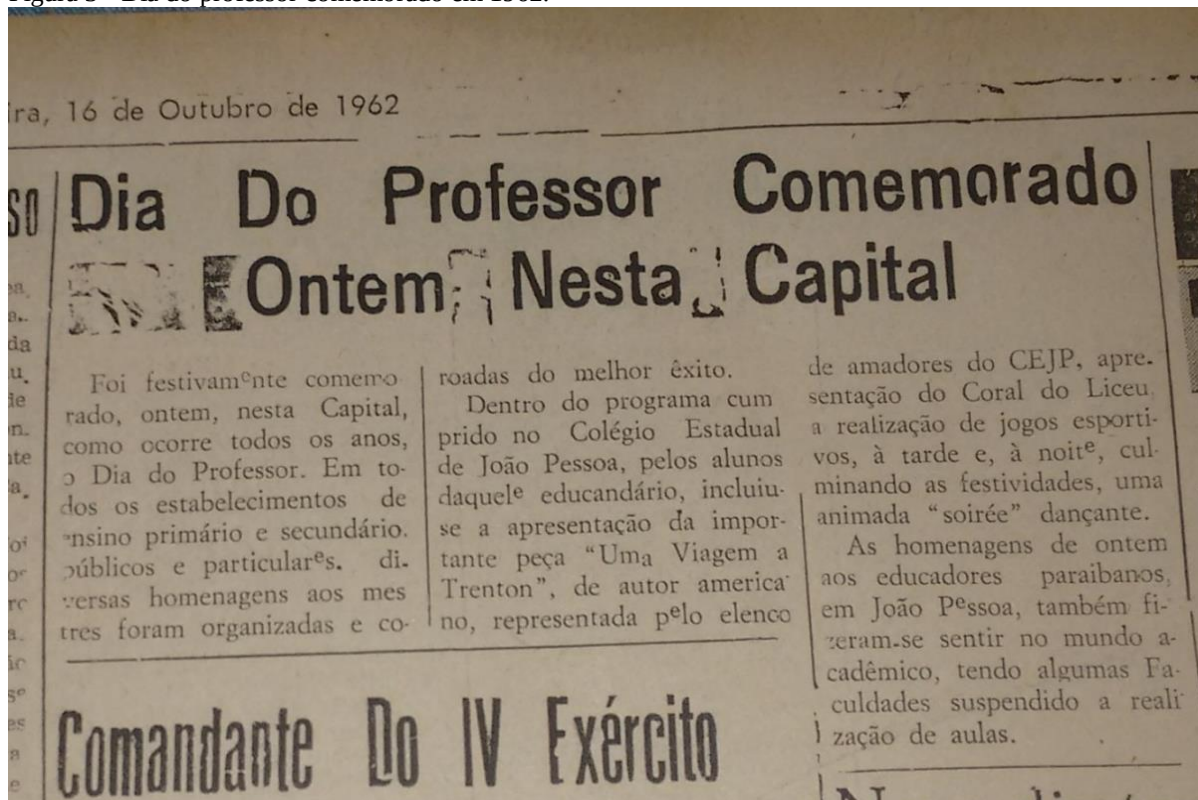
No estado da Paraíba, tendo em vista as pesquisas realizadas nas bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba, a saber, a Biblioteca Central e a Biblioteca Setorial do Centro de Educação, na biblioteca do Espaço Cultural José Lins do Rego, na biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba, *Campus III*, localizado na cidade de Guarabira, como também na rede mundial de computadores (internet), não encontramos nenhum trabalho abordando a temática da construção do dia dos professores no estado da Paraíba; também nos *sites* das principais universidades do país, UNICAMP, USP, UERJ, UFF, UFPE, UFRN, UFPB, PUC-SP, PUC-RS e na pesquisa bibliográfica realizada, não encontramos discussão semelhante abordando a temática aqui no estado da Paraíba. Esse pioneirismo aqui se apresenta com um dupla face: o ineditismo e a ausência de referências bibliográficas para a pesquisa, o que dificulta sua construção.

Entrementes, encontramos os trabalhos de Vicentini (2002, 2004, 2006, 2009, 2012) que tratam da temática da construção do dia dos professores na região sudeste. Assim, para Vicentini (2009) o primeiro estado brasileiro a criar uma data exclusiva para o Dia do Professor foi o então Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1933, onde alguns professores, através da associação formada por eles, começaram a festejar a data, seguida pelo estado de São Paulo, em que a partir da década de 1940, os docentes se reuniam com os pais e alunos para festejar o dia 15 de outubro.

É importante destacar que Vicentini (2002), na sua pesquisa de doutoramento, intitulada de *Imagens e Representações da Profissão Docente no Brasil: Imprensa Periódica Educacional e Jornais de Circulação Diária*, considera que, entre os anos de 1930 e 1963, algumas associações de professores, e no caso específico da pesquisa, do Distrito Federal (transformado em estado da Guanabara em 1960, e, posteriormente, anexado ao estado do Rio

de Janeiro) e de São Paulo, tendo como principal fonte a grande imprensa desses dois estados, que o dia dos professores surgiu da luta e esforço da categoria que buscava seu reconhecimento. Assim, Vicentini (2002) analisa as representações acerca da docência pelos periódicos das entidades representativas de diferentes segmentos do magistério que buscavam melhor remuneração e maior prestígio social.

Figura 3 - Dia do professor comemorado em 1962.



Fonte: Jornal A União, 16 de outubro de 1962.

Durante a pesquisa, descobrimos que, na Paraíba, há registro de comemorações do Dia do Professor mesmo antes da oficialização nacional, como destaca o jornal *A União*, de 16 de outubro de 1962, quando este traz uma nota expondo que o Colégio Estadual de João Pessoa, atual Liceu Paraibano, por meio do grêmio estudantil, fazia comemorar todo ano o Dia do Professor.

Tal manchete demonstra que aqui na Paraíba, como no Rio de Janeiro e São Paulo, tal como também demonstrou Vicentini (2002), o Dia do Professor já era comemorado muito antes do citado decreto presidencial. Dessa forma, a autora analisou o processo de institucionalização da comemoração do Dia do Professor, em 15 de outubro, partindo dos sindicatos e associações de professores, identificando como tal iniciativa surgiu em 1933 e os

diferentes significados assumidos pela data que se afirmou como uma forma de dar visibilidade ao magistério e de expressar diferentes concepções da docência.

Este trabalho apresenta um contexto interessante para a História da Educação uma vez que ao estudar a construção do dia dos professores durante o Regime Civil Militar Brasileiro, partindo das reportagens e manchetes do jornal *A União*, considerado como porta-voz do governo militar, porque é uma análise nova no Estado da Paraíba, como também para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual da Paraíba, servindo como mola propulsora para novas análises e abordagens sobre a temática. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se utiliza de uma fonte principal, específica, o jornal *A União*, e de fontes documentais, como a legislação educacional.

A análise das fontes, em especial do jornal *A União*, desenvolveu-se a partir de reconstrução da memória relativa ao Dia do Professor, comemorado por meio do jornal *A União*, com o que corrobora Correia e Matos (1999), que compreende a memória como uma operação coletiva que se dá de forma consciente, procurando reforçar os laços de pertencimento entre as coletividades. Também para Dias (2011, p. 128), “a memória vem ganhando cada vez mais espaço no campo da História e da História da Educação, fazendo parte como elemento fundamental para compreender a construção de identidades e discursos”.

Para conseguir (re)construir uma referência do passado, pode-se fazer uso da memória que possibilita determinada coesão entre os grupos (às vezes distintos) revelando posições, muitas vezes até ignoradas. Para Maurice Halbwachs,

Memória é, portanto, identidade e, mais que manter coesão ou garantir unidade entre coletividades, ela revela tensões, relações de poder que se dão pela lembrança, esquecimento e/ou apagamento de rastros. Vista a partir do presente, é importante pensar também que essas relações de memória estão em constante negociação. Ou seja, “reconstruímos lembranças” sob linhas já demarcadas por nossas memórias ou pela memória dos outros, mas que se configuram por transformações (HALBWACHS, 2004, p. 129).

Dialogaremos também com Nora (1998, p. 9) para quem “[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]” e “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]”. É preciso entender que este estudo tratará das representações do Dia do Professor no contexto do regime civil militar na Paraíba e, para isso, o uso tanto de memória individual como coletiva parte do pressuposto de que os lugares de suas representações podem ser alvo de diversos pontos de vista, mas que todos fazem parte do mesmo espaço a ser preservado.

Percorrer o caminho da construção do Dia do Professor, partindo da memória criada pelo jornal *A União*, possibilitou-nos entender como as memórias são “enquadradas” dentro das perspectivas particulares de grupos, evidenciando, muitas vezes, conflitos. Dessa forma, a construção da memória se dá em sua relação entre os sujeitos, realizada por meios de confrontos ou de negociações (POLLACK, 1992). E, por fim, é importante compreender as múltiplas temporalidades e a relatividade das fontes e dos fatos históricos.

1.2 Problematicando a construção a partir das fontes

Considerando a discussão que vem sendo realizada, questiona-se sobre, o espaço ocupado pelo professor na sociedade paraibana durante o regime civil militar a partir de tais perguntas. Qual a função social do professor no período de 1964 a 1985? Há motivo para lembrar que o dia 15 de outubro lhe é dedicado e comemorar essa data? Rodrigues (1980), questionado pelas mesmas perguntas, esboçou um trabalho sobre a profissão docente e o desprestígio que a docência recebe dia após dia, esclarecendo que, já na década de 1980, os professores que lecionavam no Liceu Paraibano trabalhavam com indiferença, sem entusiasmo e com acentuada apatia.

Com o desprestígio da profissão docente, como apontara Rodrigues (1980), o jornal *A União*, porta-voz do estado da Paraíba, fazendo uso de seus discursos oficiais, durante o regime civil militar brasileiro, buscava alavancar a autoestima dos professores, por meio de notas e reportagens que engrandeciam a profissão. Neste sentido, por que lembrar a docência como meio de se construir um discurso usando as manchetes vinculadas anualmente?

Diante de um quadro de baixos salários e, inclusive, da diferença salarial que ocorria entre professores com a mesma formação, por exemplo, um professor de Matemática da cidade de Bananeiras com a carga horária de vinte módulos/aula recebia menos que outro professor com a mesma carga horária que lecionasse no Liceu Paraibano, demonstra-se, portanto, a inexistência de equiparação salarial, conforme nota-se na reportagem do jornal *A União* de 15 de outubro de 1963.

Na Paraíba, de acordo com o jornal *A União*, o governador Pedro Gondim foi o responsável pela equiparação salarial entre os diversos professores da rede estadual. É importante destacar que o reajuste salarial concedido aos professores ocorreu na data de 15 de outubro, o que contribuiu para intensificar as representações e simbologia dessa data para os mestres que se dedicavam a uma melhoria de vencimentos, como também para a sociedade paraibana. A reportagem fortalece a proposta de que a comemoração do dia dos professores

acontecia antes do Decreto Governamental que instituiu o dia do professor no Brasil, uma vez que os governos fazem todo um estudo antes de dar um aumento salarial para qualquer categoria profissional.

Figura 4 – Agradecimento dos professores por reajuste e equiparação salarial.



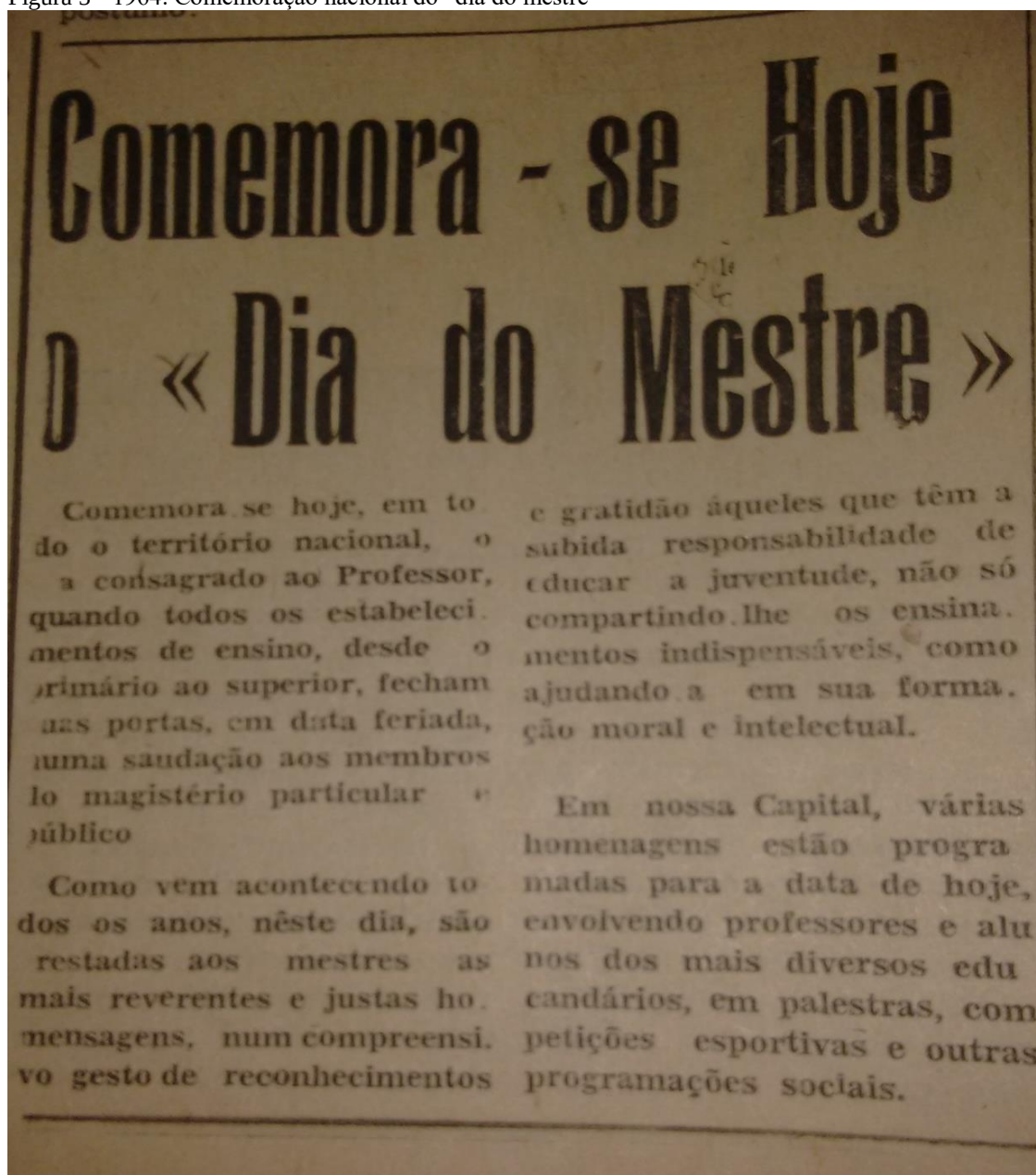
Fonte: Jornal A União, 15 de outubro de 1963.

Também fazemos referência ao fato de que no jornal mencionar nominalmente todos os professores e funcionários do respectivo estabelecimento de Ensino, localizado no interior do estado, sendo umas das cidades polos da região do Brejo paraibano, aludindo o apreço dos docentes paraibanos pelo governo. Essas reportagens veiculadas no jornal *A União* também contribuíam para a legitimação, estima e valorização por parte do governo para com os

professores e o reconhecimento dos professores ao governador Pedro Gondim, fazendo-nos refletir sobre o motivo pelo qual o aumento foi concedido justamente no dia 15 de outubro.

As reportagens relativas ao Dia do Professor no início dos anos de 1960 demonstram o engajamento da classe aqui na Paraíba pela oficialização do dia 15 de outubro, que irá acontecer em 1964. Contudo, destacamos que em março do citado ano ocorre o golpe de estado, transformando profundamente as relações políticas e sociais da época.

Figura 5 - 1964: Comemoração nacional do “dia do mestre”



Fonte: Jornal A União, 15 de outubro de 1964.

Na perspectiva, “de fechar nacionalmente todos os estabelecimentos de Ensino, desde o primário ao superior, seja público ou privado” (A UNIÃO, 15 DE OUTUBRO DE 1964), o

governo do Estado tentou diminuir as diferenças em relação ao tratamento dado pela sociedade aos professores antes, durante e depois do Governo Militar. Dessa forma, os “discursos” continuam presentes nas políticas educacionais que (des)valorizam a função e o fazer professoral, constituindo novas representações que não mais se veiculam em fontes como o jornal *A União*, principalmente depois da década de 1980 e a reabertura política iniciada com o processo de redemocratização.

Rodrigues (1980) ressalta que ainda na década de 1950, as pressões populares, sentidas mais fortemente com o encerramento do I Congresso de Professores Secundários do Nordeste, no dia três de fevereiro de 1953, obrigaram, na Paraíba, à fundação do segundo Colégio Estadual para atender o público secundarista, na cidade de Campina Grande. O mesmo autor ainda acrescenta que, durante 117 anos, o Liceu Paraibano foi o único educandário que oferecia ensino secundário no estado. Em 1957, foi fundado o terceiro estabelecimento secundário da Paraíba na cidade de Sapé, que começou a funcionar em 1958. Essa expansão do público secundarista irá influenciar nas manifestações de apoio a comemorações durante o dia 15 de outubro nos anos seguintes.

Durante o Regime Militar, as escolas citadas e seus respectivos grêmios estudantis são os responsáveis por fazer veicular manchetes no jornal *A União* sobre o Dia do Professor, sendo utilizados como instrumentos de alienação sobre a verdade a respeito da profissão docente, ou seja, os segmentários do poder utilizavam-se das maiores escolas do estado para “promover” em nome dos grêmios escolares ou de associações de pais e mestres discursos em favor da importância da docência para a nação.

Neste sentido¹⁶, buscamos dar subsídio para a pesquisa a partir de estudos realizados por Vicentini (1997, 2002, 2004, 2006, 2009), nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, que puderam contribuir para o estudo e análise da problemática, através de revisões historiográficas e embasamento teórico. Também, propomos novos desafios e novas perspectivas dentro da história da educação, com apoio na Nova História Cultural, construindo uma releitura sobre as representações do Dia do Professor, desde sua origem até sua utilização pelo regime civil militar, como forma de aproximação da população, além de recorrer a outras pesquisas relacionadas com a temática.

Desse modo, utilizaremos as manchetes do jornal *A União*, realizando articulações com o momento histórico, como, por exemplo, o ano de 1966 que teve várias notas sobre o Dia do Professor, enquanto em 1968 não foi encontrada nenhuma nota veiculada no jornal

¹⁶ Trataremos das questões relacionadas com a Legislação educacional mais adiante.

citado parabenizando ou citando o Dia do Professor, além de investigar leis e decretos que de alguma forma contribuíram para a construção do Dia do Professor. Buscamos tratar da identificação da data festiva instituída pelo Decreto nº 52.682, de 14 de outubro de 1963, que declara feriado escolar o Dia do Professor dentro desse contexto histórico, procurando compreender a elaboração do calendário cívico e religioso associado à noção de memória e comemoração (LE GOFF, 1990).

Por certo que a proposta de investigar a relação entre imprensa e construção do Dia do Professor traz em si um conjunto de premissas, como a posição de alguns professores frente ao regime civil militar, como os militares aqui na Paraíba tratavam as organizações de professores, tentamos compreender como os discursos criados pelos militares chegavam até a população, discutindo por meio da potencialidade dos meios de comunicação na conformação de ideias, valores e visões de mundo. Nesta perspectiva de investigação, o jornal se instaura como um importante “lugar” onde memórias se ancoram e cristalizam, pois, infere-se que a memória é essencialmente coletiva e social (HALBWACHS, 2004).

A ideia foi constituir a partir de uma abordagem contextualizada, de questionamentos que não se limitaram a uma única fonte – e no caso específico, o jornal *A União*, mas a uma conjuntura que inegavelmente utilizou o confronto entre o jornal citado e as análises bibliográficas, uma história do dia 15 de outubro como Dia do Professor, resultante não de uma “benfeitoria” dos detentores do poder, mas como consequência exaustiva de interesses entre as duas partes, de acordo com o interesse de cada uma.

Partiremos da visão de que as fontes podem ser entendidas como feixes de relações, que são frutos de conflitos e de negociações que podem tornar visíveis ou invisíveis certas questões, acontecimentos ou formas de pensar (VIEIRA, 2007). Assim, nosso trabalho exigiu dedicação e, enquanto fonte de pesquisa, jornais, livros, fotografias, teses e dissertações não foram considerados como algo inquestionável.

Este estudo investigativo está estreitamente relacionado com a História, uma vez que lida com sociedades/comunidades onde o passado é o padrão para o presente, fazendo com que cada geração copie, reproduza e reinvente sua predecessora. Destacamos aqui que muitos dos nossos atuais valores morais se estabeleceram durante os vinte e um anos de regime civil militar. É importante frisar que, para Hobsbawm (1998, p. 23), “a inovação pode ocorrer, nesses interstícios, desde que não afete automaticamente o sistema e, portanto, não se oponha automaticamente à barreira”, ou seja, que o que é passado deve continuar sendo passado, mesmo que influencie de alguma forma o tempo presente – e influencia.

Vale salientar neste momento as dificuldades encontradas para historicizar o dia 15 de outubro, no que diz respeito a ir aos locais de memória, onde em algumas instituições não foram encontradas atas de criação de associações de pais e mestres, não foram encontradas documentações sobre o período abordado, como a Associação de Professores de Licenciatura Plena da Paraíba, onde pudemos conversar com o presidente e o primeiro secretário da entidade, em que estes nos informaram que durante o Regime Militar a organização ainda não tinha sido criada, por isso não tinha nenhum tipo de documentação.

O período do Regime Civil Militar no Brasil ainda se constitui causa de medo e constrangimento, uma vez que a maioria dos sindicatos e associações de professores estava sob a “tutela” dos seguidores do regime, ou simpatizantes. A trajetória de escrever este texto foi marcada por uma série de complexas e heterogêneas diversidades que constituíram todo o processo de edificar a construção do dia 15 de outubro.

Buscamos eleger uma abordagem histórica para a narrativa, entendendo não ser possível construir a história do dia 15 de outubro desatrelada do sistema socioeconômico, da legislação educacional da época, que reproduzem aspectos como composição, exigências, condições de trabalho, organização dos profissionais/alunos/familiares e a própria representação da docência sobre o trabalho.

1.3. Questões de ordem metodológica

Falar em educação e professores no século XXI sem levar em consideração aspectos políticos, sociais e econômicos, é praticamente impossível, uma vez que as influências das grandes guerras mundiais, da guerra fria, das mudanças trazidas pela industrialização/urbanização se fazem presentes de forma muito permanente e clara nas nossas políticas educacionais.

Para tornar viável este estudo em relação a um embasamento teórico que ofereça sustentabilidade, fez-se necessário o uso do contextualismo, aqui entendido como a necessidade de se entender o contexto nos aspectos sociais, políticos e econômicos para compreender melhor o fato estudado, sem, contudo, recorrer exclusivamente às categorias de ideias ou ideologias, ou então, utilizar-se apenas dos trabalhos de Chartier (2002; 1991).

No entanto, é a utilização do conceito de representação cultural de Chartier que oferece a possibilidade de entender o objeto como um “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é” (CHARTIER, 1991, p. 184).

Na tentativa de solidificar e dar mais autenticidade ao nosso trabalho, buscamos compreender as representações culturais sociais a partir de Chartier (1991), utilizando a ideia de representação enquanto instrumento teórico-metodológico capaz de apreender em um campo histórico particular a internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de relações externas objetivas entre os mesmos e que existem independentemente das consciências e vontades individuais que as produziram dentro de determinado campo social (PACHECO, 2005).

Esse processo investigativo foi mediado pelo tempo. Não só pelo recorte temporal que escolhemos, ou seja, o período do regime civil militar, mas também pelos diferentes níveis de organização para sua completa realização. Podemos citar como exemplos a exigência do domínio do conteúdo histórico e o prévio conhecimento da metodologia do trabalho científico; este sem sua base torna o trabalho inviável, nas diferentes capacidades de conhecer e fazer uso das técnicas, instrumentos de coleta e os procedimentos para uma análise que seja capaz de oferecer os resultados esperados – ou não, para a pesquisa e seu determinado objeto.

Neste mesmo sentido, temos ainda as denominações dos diferentes níveis para sua realização, que podem indicar expectativas relacionadas com o tratamento da temática utilizada. Outra questão de ordem metodológica que se faz interessante citar é a utilização de um bom repertório conceitual, que mobiliza o pesquisador a buscar compreender e utilizar conceitos que podem trazer outras interpretações, variando como podem ser compreendidas. Foi necessário estar atento a todas essas questões, como já foi referido anteriormente, buscando dialogar com a história cultural, confabulando com a memória, entendendo que os atores envolvidos no confronto das lembranças e esquecimentos acabam ou não por utilizar uma política de “escolhas de memórias”, condicionadas aos usos, abusos e manipulações, conforme indica Ricouer (2007).

Durante os trabalhos, utilizamos a memória coletiva, entendo-a como uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais o professor participa e sofre influência, seja na família, na escola, em um grupo de amigos ou no ambiente de trabalho (HALBWACHS, 2006), considerando que algumas publicações e discursos parabenizando esse grande “vocado e verdadeiro sacerdote¹⁷” são realizados por meio de apresentações,

¹⁷ O Juiz de Direito Eliezer Siqueira de Sousa Junior, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, no processo de número 201385001520, julgado no dia 24 de maio de 2014, utilizou essas palavras para desfechar sua sentença, no processo onde um aluno processou um professor por “lhe haver tomado seu aparelho celular na sala de aula”.

declamações de poesias e desfiles, com uma significativa quantidade de notas nos jornais, homenagens de importantes personagens políticos e da alta sociedade.

Partindo dessas inquietações metodológicas, o presente estudo sintetiza alguns pontos considerados necessários para seu estabelecimento como fonte viável e confiável, pelo exercício de levantamento, organização e ampliação da massa documental a ser utilizada nas análises (jornal *A União*), considerando assim como fonte histórica os documentos que tratam da vida cotidiana do homem comum, de suas ideias, seus feitos e valores e suas formas de representação do homem e da sociedade que o abraça (CAMPOS, 2012). Esse processo de (re)ver como a fonte é analisada é justificada quando Campos (2012, p. 47) aponta que “a escola, a família, as associações profissionais e, sobretudo, a imprensa” complementam e agem em conjunto, visando a transformação social.

Para a autora, os jornais podem desempenhar crucial papel na educação das pessoas, contribuindo inclusive para a disseminação de outros meios de comunicação, influenciando na opinião pública, penetrando nos espaços domésticos e, além do mais, nos espaços públicos, como as ruas, praças, estações de espera etc. Percebemos que essa pesquisa contribui para entender a relação entre o poder público e os docentes, ou ao contrário, dos docentes com o poder público, como adverte Vicentini (2009).

Tratando mais adiante a respeito da legitimidade do jornal como fonte para a História da Educação, concordamos com Assis (2011) quando ele afirma que o jornal é a verdadeira república do pensamento, que transmite sempre uma opinião, sendo por isso, uma fonte histórica que contribui para o entendimento de fatos do dia a dia de qualquer civilização letrada.

Quando Vicentini (2009) analisa os jornais da década de 1930, trazendo relatos de professores insatisfeitos com seus vencimentos, Bontempi (2004, p. 5) afirma que

[...] a imprensa, a quem a sociedade teria outorgado o direito e o dever de fiscalizar o poder público, a fim de evitar os abusos e desvios autoritários do Estado e dar visibilidade à coisa pública, tornou-se por isso a cadeira cativa do intelectual.

possibilitando ao professor uma relação com toda a sociedade.

Todavia, destacamos que Ridenti (2010) ressalta que mais as sólidas relações e apoios nos meios políticos, judiciários, empresariais, sindicais, universitários, da imprensa e do setor de telecomunicações que teve os governos militares, serviu de forma extremamente clara aos desmandos do regime, encobrindo ações/crimes, ou dando conotações diferentes do que realmente aconteceu, inclusive assumindo o papel de formar novas formas de sociabilidade e valores políticos, sendo decisivas para sua sobrevivência e manutenção. Assim, “eis o tema-

tabu que torna tão incomodo lembrar o período: uma parte da sociedade brasileira, por ação ou omissão, foi conivente com a ditadura” (RIDENTI, 2010, p 289)

Para entender a colaboração da grande imprensa para o sucesso do regime instalado em 1964, fazemos uso da explicação de Campos (2012) quando este apresenta a opinião de Araújo e Schelbauer (2007), enfatizando que a educação é uma prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura, tendo a imprensa seu lugar na educação dos homens em sociedade. Assim, a utilização do jornal como fonte de pesquisa está em pleno processo de legitimação, sendo, por isso, fonte de nosso estudo, reconhecendo-se, contudo, como qualquer outra fonte, que ela é parcial e fragmentada.

2 O PERCURSO HISTÓRICO DO DIA DO PROFESSOR

Compreender como se deu a construção do Dia do Professor no Brasil não é uma tarefa simples. Envolve uma série de ideias, representações que se aprofundam e ganham outros significados cada vez que as leituras e as análises das fontes são realizadas. Nesse sentido, buscamos a partir de leituras realizadas de outros trabalhos, como o de Miranda (2012), Inácio (2003), Cantini e Silva (2015), Dias (2010) (2011) (2012), Xavier (2014), discutir a origem do Dia do Professor, de memórias de professores, do uso dos jornais como objeto e fontes de pesquisa, de biografias sobre o Regime Civil Militar no Brasil e de leis que tratam da Educação no período entre 1964 a 1985.

Essa metodologia pode ser compreendida com a ajuda de Faria Filho (2008) e de Gondra (2008), uma vez que realizamos uma revisão bibliográfica, contemplando um levantamento de títulos e autores que trabalharam com a temática. Para compreender o percurso histórico de como se originou e consolidou o dia 15 de outubro como Dia do Professor, propusemos uma análise sobre questões relacionadas com a identidade do professor ou de ser professor. A partir da necessidade de relacionar o dia (objeto de estudo) com o personagem (o professor), percebemos a importância de também compreender essas identidades que podem ser concebidas como as construções realizadas a partir de práticas discursivas em relação aos outros, de si mesmos e no caso deste trabalho, da própria lei (DALPIAZ, 2008). É este o motivo de estarmos dando ênfase para a necessidade de entender quais leis nacionais deram subsídio para em 1963 ser criado o Dia do Professor.

Concordamos com Pollack (1992) quando ele nos apresenta que as construções de identidades estão relacionadas com o entendimento dos outros e seu respectivo reconhecimento. Por isso,

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLACK, 1992, p. 205).

Nesse sentido, buscamos entender como essas leis educacionais contribuíram para a criação de discursos que geraram identidade profissional e emocional, uma vez que as multiplicações das formas como o professor é representado culturalmente, ou as formas de ser professor, são ajustadas para que todos sejam comemorados em 15 de outubro. Ressalta-se

que as leis ou decretos não criam a identidade, mas apenas contribuem para que certos aspectos, e nesse caso, o dia 15 de outubro, sejam institucionalizados como o Dia do Professor.

Assim, analisamos essa relação e o que as legislações dispunham sobre o profissional professor, desde a Lei de Primeiras Letras de 1827, até as leis surgidas no recorte temporal escolhido para investigação (1964-1985), para compreendermos melhor a consagração do Dia do Professor, na data 15 de outubro e suas diversas comemorações durante o período da Ditadura civil militar no Brasil, contribuindo para essa análise os discursos comemorativos sobre esse dia, publicados no jornal *A União*.

2.1 A Lei das Primeiras Letras ou de 15 de outubro de 1827

A instrução no Brasil do século XIX, período em que foi outorgada a Lei das Primeiras Letras no Império brasileiro, estava diretamente ligada ao processo de herança do modelo europeu, semelhante ao que foi desenvolvido nas pequenas escolas francesas do século XVI, conforme apontam os estudos de Inácio (2003) e de Ribeiro (1986). Para as pesquisadoras, esse processo inicial está diretamente relacionado com o processo histórico desenvolvido na Europa, relacionado com a Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica.

Constata-se que o projeto educacional brasileiro está pautado em ideais cristãos e positivistas, a partir do fim do século XIX, na centralidade da formação intelectual e da instrução, onde a figura principal era o professor, responsável por transferir os conhecimentos da humanidade e cabendo aos alunos a assimilação desses conteúdos.

De acordo com os estudos de Silva (2006), no final do século XIX, período de transição entre o império e a república, a sociedade brasileira inseria-se no longo processo de modernização, resultado das mudanças sociais ocorridas com as exportações brasileiras (do café, por exemplo) que apoiadas por seus barões, começaram a mudar a realidade das cidades e do comércio urbano.

Todavia, é interessante notar que no início do império, ocorria uma crise no modelo agrário comercial brasileiro, que dependia exclusivamente do mercado externo. Nesse contexto de crise, o citado estudo revela a “tentativa de incentivo à industrialização”. Um dos frutos referentes ao processo de modernização e contato direto com outras economias foi a chegada de “novas” ideias que passaram a “circular no pequeno meio intelectual dos meados do século XIX, no Brasil” (RIBEIRO, 1995, p. 64).

Ainda no início do século XIX, vale ressaltar que as taxas de analfabetismo ainda eram muito altas, principalmente no Brasil, constituindo um dos grandes problemas para o desenvolvimento tecnológico de uma nação, em que seus discursos eram de “desenvolver-se”, revelando-se a necessidade de investir na instrução da população. Esse reconhecimento do analfabetismo pode ser percebido nos estudos de Xavier (1980) que apresenta que

A sociedade está basicamente como deve ser e todo e qualquer obstáculo que possa impor à promoção do homem poderá ser rapidamente superado pela aceleração do progresso, que é a sua meta, através da instrumentalização de uma escola colocada a seu serviço (XAVIER, 1980 p 16).

Os políticos brasileiros do século XIX já reconheciam a necessidade da difusão de instrumentos que contribuíssem para a integração dos indivíduos a esta nova sociedade (brasileira) que estava se formando. E a escola surgia como esse principal instrumento.

Vale a pena frisar ainda mais a importância da lei de 15 de outubro de 1827 para a educação brasileira, em destaque com a compreensão de Xavier (1980) de como os deputados do Império percebiam a educação na época da colônia, uma vez que para eles

À “alienação”, inerente a qualquer transplante colonial, acrescentava-se, no ensino jesuítico, a “alienação” que lhe conferia o seu caráter internacional. A cultura difundida nas classes dominantes brasileiras não podia ser chamada nacional aqui ou em Portugal. Propagada por uma associação essencialmente internacional, apresentava um teor desinteressado, desvinculado da realidade, alienado em espaços específicos. E foi justamente esse duplo caráter alienatório que tornou possível a permanência e desenvolvimento do sistema educacional jesuítico. Não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio e caminhava paralelamente a ele. Dessa forma, no processo de transplantação colonial, a “alienação jesuítica” inseria-se, mais que como um complemento natural, como um reforço (XAVIER, 1980, p. 21).

Evidenciamos que o Brasil colônia contou com esse “sistema educacional” organizado até 1759, quando o Marquês de Pombal, primeiro ministro do rei D. José I, ordenou a expulsão dos jesuítas e a consequente destruição de todo o seu sistema de ensino das terras do reino e de suas colônias, acarretando a paralização total das atividades educacionais desenvolvidas pela ordem religiosa até aquele momento.

Com o financiamento e a administração a cargo do governo metropolitano, que obviamente pouco se interessava em equipar a colônia ficou reduzida a algumas poucas “Escolas e Aulas Régias”. Nem mesmo a introdução de um “Diretor de Estudos”, responsável pela administração escolar, ou a criação do “subsídio literário”, que nunca levantou recursos suficientes, impediram que essas “escolas”, insuficientes em qualidade e quantidade, sem currículo regular e com lições de uma e outra disciplina avulsa, fracassassem completamente. E o Brasil saindo da fase joanina com algumas instituições de educação elitária (escolas superiores), chegou à

Independência destituído de qualquer forma organizada de educação escolar (XAVIER, 1980, p. 22).

Com a proclamação da independência em 1822, foi fundado o império do Brasil, iniciando uma nova fase de debates e projetos visando à estruturação de uma educação nacional. Nesse novo momento, alguns políticos reconheciam a necessidade da difusão da escola primária com base nacionalista de cunho positivista, introduzida para a formação patriótica do indivíduo a partir do ensino cívico (RIBEIRO, 1995).

Neste momento histórico, e durante praticamente todo o século XIX, o sistema de ensino no Brasil não tinha nenhum tipo de regulamentação ou dispositivo oficial que fosse adequado àquela realidade. Para entendermos a relação entre esse momento histórico e o objeto deste estudo, salientamos que no Brasil Império, a contribuição massiva da literatura estrangeira no setor educacional brasileiro foi um dos fatores que causaram o atraso no processo de formação da literatura infantil brasileira.

Nesta época, era comum a presença de mestres franceses, alemães, ingleses e americanos que utilizavam a sua própria língua para educar crianças e adolescentes brasileiros (SILVA, 2006)¹⁸, demonstrando, assim, que não existiu ou eram muito poucos os mestres brasileiros, afinal, as poucas pessoas que conseguiam estudar, geralmente não aceitavam se tornar professores, considerando que a docência não era uma profissão animadora. Nesse sentido, damos destaque à influência estrangeira em nossa instrução.

Acreditamos ser importante estudar esse período para entender como o professor era visto/entendido/compreendido pela sociedade no século XIX e assim, como essa mentalidade consegue chegar até o século XX praticamente intacta. Esse momento histórico está totalmente relacionado com o processo que irá originar o dia dos professores, uma vez que a citada lei será o primeiro meio legal que regerá a educação no Brasil independente.

Neste sentido, destacamos que com a Assembleia Constituinte de 1823, de acordo com Xavier (1980, p. 22), “D. Pedro I referiu-se à necessidade de uma legislação particular sobre a instrução para que se pudesse promover efetivamente os estudos públicos”, ou seja, já era hora de iniciar a regulamentação educacional¹⁹ no Brasil, uma vez que um grande número de deputados concordavam que “é grande o atrasamento em que nos achamos a respeito de

¹⁸ Salientamos que os estudos de Fabiana Sena da Silva ([s.d.]) são relacionados com a utilização do livro de leitura pelos professores.

¹⁹ Destacamos aqui que não estamos tratando de um texto que analisa a educação no século de XIX no Brasil. Dessa forma, instrução e educação, são colocadas como sinônimos no decorrer do texto.

educação, e que é preciso aplicar meios a promover [...] O que considero urgente é educar nossa mocidade [...]” (XAVIER, 1980, p. 23)²⁰.

Mesmo com a solicitação e necessidade de urgência, como já foi citado neste trabalho, apenas em 1826, a instrução pública voltou a ser tratada na Câmara dos Deputados. Xavier (1980) destaca que não encontrou nada nos anais do ano de 1826 que justificasse o atraso na votação das leis que tratariam da instrução no Brasil.

Mesmo considerando que a Lei de 15 de outubro tem um valor mensurável para a educação brasileira, detivemo-nos a discutir e interpretar apenas alguns artigos que tratam de nosso objeto de pesquisa, o Dia do Professor. Assim, no artigo terceiro, essa lei estabelece que os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente à Assembleia Geral para a aprovação.

Assim, Xavier (1980) demonstra a falta de sincronização entre os deputados, uma vez que os anais da Câmara demonstraram para a citada estudiosa que as divergências foram gigantescas referentes ao artigo que tratava do soldo do professor. Assim, transcrevemos a fala do deputado José Bernardino Baptista Pereira, representante do Espírito Santo:

Este artigo 3º não se acha exato porque tem falta de doutrina. Não diz aqui quais são os objetos ou as matérias em que devem ser examinados esses pretendentes, sendo o grande defeito desses professores, como a experiência acusa, o serem grandes ignorantes. Alguns há, que não sabem a sua própria língua, não sabem ortografia, não sabem de nada; donde resulta gastar-se muito tempo nas escolas de primeiras letras, e saírem cheios de erros, levando oito anos em coisas que podiam aprender em oito meses (XAVIER, 1980, p. 45).

Mas o que mais nos chama a atenção no discurso do deputado José Bernardino não é a sua fala na íntegra, mas a reação que ela causa a outros deputados, como ao deputado Lino Coutinho expressando sua opinião e afirmando que o “problema é que o ordenado do professor é pequeno, porque não sei como um homem pode sustentar-se e vestir-se com 150\$”²¹ (XAVIER, 1980, p. 45).

Essa questão levantada pelo deputado Lino Coutinho pode ainda ser entendida como uma questão extremamente atual, que perdura no cotidiano de todos os professores: os baixos salários. A dificuldade de criar uma lei onde as províncias respeitassem ou cumprissem suas

²⁰ Xavier (1980) faz uso dos anais Parlamento brasileiro como fonte nas suas pesquisas. Na citação referenciada, destacamos a fala do deputado Padre José Martiniano de Alencar, da província do Ceará.

²¹ É importante destacar que os ordenados dos professores era fixado pela Portaria de 2 de abril de 1822 (XAVIER, 1980, p. 45).

determinações já se fazia presente no Brasil Império desde o início do século XIX, trazendo a reflexão a respeito da falta de valorização do professor no período, e que se prolonga até os dias de hoje. Contudo, vale ressaltar a importância que este terceiro artigo tem para instituição da profissão docente quando estabelece um único salário para todos os professores do império.

Outro fator muito importante que a lei de 15 de outubro de 1827 aborda está no seu artigo quinto, quando informa que o Império está preocupado com a quantidade de professores que se apresenta sem a instrução necessária para ensinar. Neste aspecto, notamos a preocupação com a formação do professor. Xavier (1980) ainda faz referências a diversas discussões entre os deputados sobre a necessidade de se ajustar o ordenado do professor uma vez que,

O que acho é que o ordenado do professor é pequeno, porque não sei como um homem pode sustentar-se e vestir-se com 150\$. É preciso que nós elevemos os mestres de primeiras letras à dignidade dos outros, que os tratemos como mestres, que foram nossos, e devem ter todas as honras, privilégios e honorários que se dão aos nossos mestres (XAVIER, 1980, p. 45).

Apesar das palavras dos deputados de estabelecer melhores salários para os “mestres”, contidas nos anais da câmara dos deputados e analisadas por Xavier (1980). A análise dos documentos que se segue demonstrou que nada ou quase nada foi feito para melhorar a situação da vida dos professores durante todo o império, constatando que a legislação educacional do século XIX ficou apenas no papel, sem conseguir chegar até a sociedade (SAVIANI, 2009).

A legislação educacional contribuiu para a formação da identidade do professor de acordo que constituiu dentro da memória coletiva uma data para a comemoração/celebração, uma vez que o reconhecimento social sempre é seguido pelo reconhecimento legislativo/oficial ou vice-versa.

2.2 O papel das LDBs e da legislação na construção social e docente

O período entre de 1946 a 1964, considerado democrático com eleições diretas para todos os níveis do governo, permitiu o livre jogo das forças políticas nacionais, caracterizado por certo desenvolvimento dos movimentos populares, contudo, havendo ainda uma série de restrições, como a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, em 1947; a continuidade do voto restrito aos alfabetizados, ou seja, uma considerada parte da população nacional

continuava sem direito ao voto; as gigantescas desigualdades na distribuição de renda e de terra impediam a participação popular dos mais pobres.

Para Romanelli (1998), o retorno à normalidade democrática em 1946, com a adoção de uma nova constituição, caracterizada pelo espírito liberal e democrático de seus enunciados, que estabelecia no seu Artigo 5º, item XV, letra “d” que caberia à União legislar sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional, trazia novas perspectivas para a educação brasileira. Assim, essa constituição diferenciava-se da sua antecessora, datada de 1937, que não assegurava o direito à Educação, como também a previsão de recursos mínimos destinados para a educação, dispondo os meios a fim de que o direito instituído fosse realmente assegurado. Assim, no artigo 169 se estipulava que a União aplicaria nunca menos que dez por cento aos estados e aos municípios, além do Distrito Federal, nunca menos que vinte por cento da renda arrecadada anualmente dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assim,

Os princípios liberais da Carta de 1946, que assegurava direitos e garantias individuais **inalienáveis**, estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais do século em que vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direito e liberdade a todos, a constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se distanciava também da ideologia liberal aristocrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime (ROMANELLI, 1998, p. 170, grifos nossos).

No âmbito dessa constituição, nasceria a mais longa discussão da questão educacional em nível nacional que já ocorreu neste país, que foi o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que começou em 1948 e só se calou com o Golpe de 1964 (CUNHA; GÓIS, 1985). Nos anos 1950-1960, a defesa da escola pública, no contexto da discussão da LDB, deu continuidade às ideias de educadores como Anísio Teixeira, Pascoal Leme e outros e se converteu em estuário do rio cujos resultados foram a criação da Associação Brasileira de Educadores (1924), a IV Conferência Nacional de Educação (1931), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), o I Congresso Brasileiro de Escritores (1945), o IX Congresso Brasileiro de Educação (1945), a Universidade do Povo e os Comitês Democráticos, criados no então Distrito Federal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em seu período de vida legal, entre 1945 e 1947 (CUNHA; GÓIS, 1985).

A primeira lei nacional que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em todos os níveis foi a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, durante o governo do

presidente João Goulart, que governava em regime parlamentarista, ou seja, quem detinha o poder, na verdade, era o Primeiro Ministro. O projeto desta lei foi discutido durante treze anos no Congresso Nacional (CUNHA; GÓIS, 1985).

Todavia, adverte-se para o caráter tardio da LDB, em face das novas tendências da internacionalização do mercado, do caráter de seletividade que ela consagra, da proclamação vazia da educação como direito e dever de todos, omitindo uma realidade social em que a desigualdade está profundamente arraigada, traduzindo ainda que o seu texto revela uma estratégia típica da classe dominante que ao mesmo tempo institucionaliza a desigualdade social, ao nível da ideologia, postula a sua inexistência, assim, contribuindo pelo sistema educacional para reproduzir a estrutura de classes e as relações de trabalho, reproduzindo uma ideologia da igualdade (CUNHA; GÓIS, 1985; ROMANELLI, 1998).

As posições tomadas em face da promulgação da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 foram as mais variadas, indo desde o otimismo exagerado de alguns que a tacharam até de “carta de liberdade da educação nacional” passando pela atitude de reserva de outros até à do pessimismo extremado dos que se manifestaram contra ela (ROMANELLI, 1998, p 28).

No campo educacional, a participação popular também avançou, com o ensino técnico-profissional, conseguindo sua equivalência com o ensino secundário. E com a luta pela escola pública e os movimentos de educação popular, a exemplo da Campanha de Educação de Adultos, do Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Programa Nacional de Educação.

Vale salientar ainda que um grande marco dessa postura nesse período foi a figura de Paulo Freire, quando relatou sobre o tema “Educação dos adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, onde vinculou o analfabetismo com o pauperismo. Defendeu a Educação como bem, denunciando a então vigente educação para o homem e defendendo, também, a substituição da aula expositiva pela discussão, a utilização de modernas técnicas de educação de grupos com novas metodologias, e principalmente, com o lugar social, político, educacional e de autoridade. Com o golpe de 31 de março de 1964, as ideias de Paulo Freire foram consideradas subversivas e ele foi “convidado” a deixar o país (CUNHA; GÓIS, 1985).

Na perspectiva de compreender a evolução da profissão de professor até chegar às representações que o dia 15 de outubro oferece através do jornal *A União*, uma proposta a ser analisada é o que a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, representou para a classe dos professores, como também, a Lei nº 5.540/68, que reformou o ensino superior e a Lei nº 5.692/71, que reformulou a educação básica (1º e 2º Graus).

Iniciamos este pondo da dissertação trazendo uma comparação realizada por Demerval Saviani (1999, p 151), em que “é possível perceber como a lei aprovada configurou uma solução intermediária, entre os extremos representados pelo projeto original e pelo substitutivo Lacerda”, referindo-se a uma comparação entre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1948, o substitutivo Carlos Lacerda de 1958 e o texto da Lei nº 4.024/61, tendo em vista a necessidade de se estabelecer um único ponto de vista ideológico sobre a questão educacional.

Com o advento do Golpe Civil Militar de 1964, a esfera social dominante tentou organizar o ensino no novo cenário, como instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica. Assim, os militares ajustam a LDB nº 4.024/61, não tendo a necessidade de editar por completo a lei em questão, atendendo à ideologia desenvolvimentista adotada pelo governo. Para esses fins de ajustamento da LDB de 1961, foi sancionada a Lei nº 5.540/68, que reformou a estrutura do ensino superior, sendo por isso chamada de lei da reforma universitária.

Contudo, era necessário atender às demandas do ensino primário e médio, necessitando de uma nova reformulação, instituída pela Lei nº 5.692/71, que alterou a denominação para ensino de 1º e 2º graus. Desta forma, as disposições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, relativas aos ensinos primário, médio e superior foram revogadas e substituídas pelo disposto nas duas novas leis sancionadas pelo Congresso.

Para entender de forma sucinta todo o processo que culminou com a primeira LDB, é importante destacar que em 1934 (Governo Constitucional de Getúlio Vargas), a recém-aprovada Constituição atribui como competência da União traçar as diretrizes da educação nacional, e, com o intuito de cumprir a sua competência neste sentido, mais precisamente no dia 29 de outubro de 1948 (ou seja, só no governo do Eurico Gaspar Dutra) foi encaminhado à Câmara Federal um projeto de lei. No entanto, apesar de o projeto inicial ter sido criado ainda em 1948, sua aprovação só ocorreu após transcorrerem treze anos de seu envio à Câmara Federal, ou seja, em 1961.

Considerando que até sua aprovação, este projeto passou por fases de debates que trataram do seu conteúdo e de suas interpretações, sendo que até o ano de 1952, não foi além das discussões parlamentares, no período de 1952 a 1958, debateram-se as interpretações do texto constitucional. Já entre o período de 1958 e 1961, transcorrem novos debates no plenário da Câmara, culminando com a aprovação da Lei nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961.

Especificamente na primeira fase de debates, as discussões sobre a centralização e descentralização da educação dominaram o cenário, e a partir desses dois polos de discussões, dois grupos em especial lançaram críticas ferrenhas à centralização educacional pelo Estado: os escolanovistas²² e os tradicionais²³, organizados em torno da educação cristã.

O primeiro grupo defendia a descentralização por acreditar, devido a princípios pedagógicos que, no processo de educar, as adaptações às peculiaridades regionais e individuais exigiam a descentralização. Já os tradicionais se opunham a centralização por acreditar que ela ia de encontro à liberdade de cada indivíduo ou famílias, e ao mesmo tempo concebiam esta centralização como meio de divulgar as ideologias do Estado, as quais divergiam dos ensinamentos da Igreja Católica. Ao final, foi uma lei que admitia a predominância das concepções de influência católica, que facultou o ensino religioso (Art. 97), além de ter descentralizado a educação, pois estabeleceu que também é dever da família a educação.

Sobre a garantia dos salários para os professores, a LDB/1961, no artigo 16, ressalta: “É da competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspecioná-los”. Neste mesmo artigo, o § primeiro estabelece como garantia para o reconhecimento desses educandários dispondo de remuneração condigna aos professores, ou seja, era preciso garantir o salário mínimo à sobrevivência dos professores.

Sobre a garantia desse direito, Paula Vicentini (2005) argumenta que os sindicatos de professores (particulares) surgiram da necessidade de se fazer com que os dirigentes das escolas particulares pagassem salários melhores, que fossem suficientes para os professores viverem com dignidade. É importante destacar que o nascimento do dia dos professores está

²² A Escola Nova é uma corrente pedagógica consolidada na Europa no início do século XX, a qual não ia de encontro às concepções da escola pedagógica tradicional. A doutrina escolanovista tirou o professor do centro do processo de ensino e o substituiu pelo aluno, característica essa que ficou conhecida como paidocentrismo. Somando-se a isto, nesta corrente a criança tem o direito de se expressar, de brincar, entre outras necessidades que uma criança possui, ou seja, esta tendência reconhece e dá importância à infância, fato que fez com que a criança deixasse de ser educada para ser um adulto em miniatura, tal como ocorria com a escola tradicional. Dentre os principais proponentes desta pedagogia, pode-se citar Adolphe Ferrière (1876-1940, suíço), Maria Montessori (1870-1952, italiana), John Dewey (1859-1952, norte-americano), Eduard Claparede (1873-1940, suíço) e Jean Piaget (1896-1980, francês) e, no Brasil, podemos citar o estudioso Anísio Teixeira (1900-1971), o qual foi discípulo de Piaget e estudou a inteligência das crianças (GADOTTI, 1996).

²³ A Escola Tradicional é uma corrente pedagógica que tem o professor como centro do processo de ensino, pois dele emana todo o conhecimento, que deve ser transmitido ao aluno, que por sua vez deve recebê-lo de forma passiva, constituindo um verdadeiro receptáculo. Nesta concepção pedagógica o aluno não possui o direito de questionar e de se expressar, ou seja, na relação professor/aluno reina o autoritarismo do primeiro. Ressalva-se ainda o fato de que nesta tendência ensinar é apenas repetir, enquanto que aprender consiste no simples ato de memorizar (GADOTTI, 1996).

diretamente relacionado a esses sindicatos e associações de professores particulares e católicos.

Já o artigo 34 trata do ensino médio que será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Destacamos a importância para a formação de professores, em um período em que muitos professores ainda estavam em sala de aula sem a mínima formação docente. O artigo 39, no § primeiro estabelece que na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.

Sobre a docência, a Lei nº 4.024 em 20 de dezembro de 1961 cita a palavra “professor” 23 vezes, sendo que consideraremos mais importante o capítulo IV, da “Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio”, formado pelos artigos 52 a 61, sendo que os artigos 58, 60 e 61 foram vetados pelo presidente João Goulart. O interessante no artigo 60 foi o veto feito à entrada de professores no magistério a partir da docência, ou seja, através de concursos de títulos e prova. Ou seja, prática muito comum na história do Brasil é oferecer emprego em troca de apoio e de votos. A troca de favores e de empregos pode ser entendida como o moderno voto de cabresto, tão presente na época dos coronéis do Nordeste brasileiro.

Cada professor, de acordo com a LDB/1961, tinha a liberdade de compor seu próprio programa de ensino, o que garantiria certa liberdade de ensino para cada escola, contudo, esse programa devia ser autorizado pelo colegiado, de acordo com o artigo 71.

O ensino religioso está presente no artigo 91, como já fora citado anteriormente, considerado a vitória da ala dos professores tradicionais, o qual, no § segundo, estabelece que o registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva, ou seja, continua sendo administrado pela Igreja Católica.

Uma das principais inovações dessa lei está no artigo 115, que estabelece que a escola deve estimular a formação de associações de pais e professores. Consideramos que até a Constituição de 1988 os profissionais que exercem atividades para o governo não tinham direito a sindicalizar-se, mas podiam formar associações, que estimulassem a docência, a troca de saberes e informações (VICENTINI, 2005).

Com a possibilidade de formar associações docentes, os professores puderam perceber-se como classe, mesmo que os sindicatos de professores particulares e católicos já existissem no Brasil desde o início do século XX. Chamamos a atenção sobre a Lei nº 4.024/61 que trata da contribuição para construção de representações sobre essa categoria profissional, para a

ampliação de sentimentos de unidade entre aqueles que faziam “o ser professor”. A valorização do discurso legal/oficial expressa em suas linhas a possibilidade de construção do Dia do Professor, uma vez que alguns estados da nação já estavam se organizando para criar o Dia do Professor desde a década de 1940.

O período considerado como democrático, a saber, de 1946 a 1964, foi todo regido praticamente, pela carta constitucional de 1946, que estabelecia como regra que o ensino seria ministrado pelos poderes públicos, embora fosse livre a iniciativa particular dentro dos limites da Lei. A carta de 1946 também manteve o ensino religioso obrigatório para os estabelecimentos de ensino, embora ministrado segundo o credo religioso dos alunos.

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, surgiram também novas campanhas organizadas, visando à ampliação e a melhoria do atendimento escolar, refletindo na expansão do número de matrículas no período. Entre as principais campanhas destacaram-se a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão Comercial (CAEC), Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CEA), a Campanha de Educação de Adultos, a Campanha de Educação Rural, a de Educação do Surdo, a Campanha de Reabilitação dos Deficientes Visuais e a Campanha de Merenda Escolar e a de Material de Ensino (CUNHA; GÓIS, 1985).

Caracterizando esse período, o governo do presidente Juscelino Kubitschek embasou-se na perpetuação da ordem legal e na difusão de um exagerado otimismo quanto ao desenvolvimento do país com o Programa de Metas que priorizou um projeto de dotação de infraestrutura básica, através da rápida industrialização. Na última meta do programa, que falava sobre Educação, atrelava o problema do ensino às necessidades de institucionalizar a educação para o desenvolvimento, valorizando o ensino técnico profissionalizante.

Neste contexto, o analfabetismo oscilou entre os polos conflitantes e incongruentes. A apologia do desenvolvimento não conseguiu proporcionar uma harmônica distribuição da mão de obra qualificada para o magistério. Quando em 1960, Kubitschek entregou o governo a Jânio Quadros, o sistema de ensino brasileiro era tão etilista e antidemocrático quanto foi durante os governos de Dutra e de Vargas.

Jânio Quadros, que sucedeu Kubitschek, permaneceu apenas sete meses como presidente, empossado em 31 de janeiro de 1961, renunciando em 25 de agosto do mesmo ano e neste curto espaço de tempo de gestão, quando procurou conter os avanços do ensino superior e proibiu a incorporação de faculdades pelo sistema federal, interrompendo um processo de publicização do ensino de 3º grau iniciado nos anos anteriores. Em contrapartida,

iniciou uma política de criação de uma rede de escolas técnicas e profissionais e com a velha cartilha de combate ao analfabetismo, que não se efetivou, de fato.

Com a renúncia de Jânio Quadros, as forças conservadoras e articuladas tentaram um golpe, procurando impedir a posse do vice-presidente João Goulart, desencadeando a Campanha pela Legalidade, articulada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, no sentido de fazer cumprir a posse do vice-presidente de acordo com a constituição. A solução encontrada para conciliar a disputa foi a posse de João Goulart sob um regime parlamentarista que cerceava as ações do presidente, sendo marcado um plebiscito para 1963 para decidir o sistema de governo do povo brasileiro. Assim, em 1963, durante o plebiscito o povo votou em João Goulart, no desejo de ver alguém centralizar o poder governativo e desencadear as reformas necessárias para a modernização do país.

João Goulart trouxe a público nos meses finais de 1963 a situação em que se encontrava a educação nacional, apresentando que a metade da população continuava analfabeta, aonde somente 7% dos alunos do curso primário chegavam à quarta série, lembrando que o ensino secundário só acolhia 14% dos alunos que o procuravam, e resultando que somente 1% dos estudantes alcançaria o ensino superior.

Para combater essa realidade, foi posto em prática o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), que fixou para a educação como prioridades as questões da expansão do ensino primário, do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e da formação e treinamento do pessoal técnico. Alguns avanços foram conseguidos durante esse período, como o aumento em 5,93% dos gastos do Governo Federal com a Educação, em 1962, a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), seguindo as prescrições da LDB nº 4.024/61, a imposição ao governo de investir 12% dos recursos dos impostos arrecadados pela União para a Educação, além de conter metas qualitativas e quantitativas para serem alcançadas no prazo de oito anos. O PNE foi extinto 14 dias após o golpe de março de 1964.

É imprescindível entender que os militares chamaram de “revolução” de 1964²⁴ não foi uma revolução tendo em vista que não houve uma verdadeira ruptura revolucionária nesse ano, não ocorrendo nenhum movimento desencadeador de uma alteração da estrutura da sociedade brasileira. O que houve na verdade, foi uma reestruturação de novas forças dominantes no comando do aparelho governamental.

²⁴ Quando os militares assumiram o poder em 1964, eles se autodenominaram revolucionários, buscando a salvação da Pátria da ameaça comunista, da demagogia e da corrupção envolta nos governos anteriores.

Já o título de “ditadura militar” foi extremamente utilizado pelas oposições ao regime, ao mesmo tempo em que era rejeitado pelo governo, o que serviu de arma para os discursos dos opositores ao sistema. Salientamos aqui que a ditadura não foi propriamente exercida pelos militares, mas pelo pacto entre a tecnoburocracia militar e civil, com o apoio da burguesia nacional e as empresas multinacionais, entendendo-a como uma ditadura do capital com braço militar (CARVALHO, 2005).

Nas perspectivas de Romanelli (1998, p. 195), para compreender melhor os motivos que desencadearam a ruptura do sistema de governo, devemos entender as mudanças que ocorreram na economia e na política, assumindo assim vital importância no processo da reorientação dos rumos tomados pelo e para o desenvolvimento do país depois do golpe de 1964, com a desestabilização dos grupos políticos opositores, com a superação do modelo getuliano populista e nacionalista-trabalhista e com o fortalecimento do empresariado industrial.

Para Germano (1994), Cunha e Góis (1985) e Romanelli (1998) a educação recebeu um dos mais duros golpes da nossa história. Nesse processo de caça às bruxas, professores e estudantes universitários foram expulsos das instituições onde lecionavam ou estudavam. Os supracitados apresentam em seus estudos que a repressão a tudo e a todos que fossem considerados suspeitos de práticas ou mesmos de ideias subversivas foi a primeira medida tomada pelo governo pós-64. A mera acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro tivesse inspiração comunista era suficiente para demissão, suspensão ou apreensão. Neste novo cenário educacional, vários reitores²⁵ foram sumariamente demitidos, ao exemplo de Anísio Teixeira, reitor da Universidade de Brasília, com a nomeação de interventores para esta Universidade, em seu lugar.

O Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que utilizava o método Paulo Freire, sendo este seu dirigente, foi liquidado. O Movimento de Educação de Base (MEB), desenvolvido pela Igreja Católica, com atuação principalmente no Nordeste, foi contido por todos os lados, tendo seu material educativo apreendido, monitores perseguidos e verbas cortadas. Os dirigentes da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler foram presos por seis meses e um oficial da marinha ordenou o abandono dos acampamentos e incineração dos acervos das bibliotecas (CUNHA; GÓIS, 1985, p. 37).

²⁵ Salientamos como exemplo, também, que o reitor da Universidade Federal da Paraíba, o professor Mário Moacyr Porto, também foi sumariamente demitido nesse período, sendo nomeado um militar para substituí-lo na direção da referida universidade.

Cunha e Góis (1985) nos revelam que na direção do sistema educacional os defensores do ensino público e gratuito foram sendo substituídos pela aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular subsidiada pelo Estado, com os militares empenhados na repressão às atividades por eles julgadas subversivas. No Conselho Federal de Educação (CFE), Anísio Teixeira saiu em 1968, junto com Durmeval Trigueiro que, além de sair do Conselho, teve sua aposentadoria compulsória da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), silenciando todos que lutavam pela escola pública.

Um exemplo trazido por Góis e Cunha (1985) de como a educação tornou-se apenas uma peça de tabuleiro na política social do Brasil revela que Florestan Fernandes, um dos mais reconhecidos sociólogos do país, foi alvo de uma conspiração para não disputar uma cátedra de sociologia na USP.

Até mesmo a competição propriamente acadêmica passou a ter a mediação da repressão política. Em 1964, Florestan Fernandes, o grande sociólogo da USP, preparava-se para disputar uma cátedra de sociologia daquela Universidade. Para isso, tinha uma brilhante tese sobre a integração do negro na sociedade de classes, que veio a receber, posteriormente importante prêmio internacional. Seu oponente, ao contrário, era uma pessoa cuja bibliografia a história da universidade brasileira não registra. Tinha, entretanto, o cacife de ser amigo do governador golpista Ademar de Barros. Pois bem, por interferência do governador, Florestan Fernandes foi preso às vésperas do concurso, o que deixava sem competidor o obscuro pretendente. Mas, como nos primeiros tempos do período de governo autoritário ainda havia algumas áreas de liberdade, a opinião pública reivindicou a imediata libertação de Florestan Fernandes. Solto a tempo, frustrou-se a conspiração policial-acadêmica, e Florestan Fernandes conquistou a merecida cátedra (CUNHA; GÓIS, 1985, p. 38).

Com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), Florestan Fernandes foi aposentado, sendo retirado da USP, e de acordo com Cunha e Góis (1985), quem saiu beneficiado com essa situação foram as universidades estrangeiras que passaram a receber as melhores mentes pensantes do Brasil como professores visitantes. Mas não foram só as universidades que passaram a ser “vigiadas”. Cunha e Góis (1985) relatam que os avanços populares também foram contidos na área da educação. Numerosas escolas foram invadidas pela polícia, muitos professores e estudantes foram presos e exilados, e todas as escolas passaram a ser observadas por agentes dos órgãos de informações do governo, sob o controle do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Com a Lei Suplicy de Lacerda, como ficou conhecida a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, tentou-se acabar com o movimento estudantil, transformando as entidades dos estudantes em órgãos dependentes de verbas e orientação do Ministério da Educação. Com a mesma lei, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi substituída pelo Diretório

Nacional dos Estudantes, como também as Uniões Estaduais foram substituídas pelos diretórios estaduais. Dessa forma, os estudantes não podiam se reunir, nem discutir seus problemas e muito menos reivindicar mais vagas e melhores condições de ensino.

Na ilegalidade, com sua sede no Rio de Janeiro tomada pela polícia e interditada, a UNE continuou a atuar na clandestinidade, assim como as Uniões Estaduais. Dessa forma, em março de 1968, numa manifestação de estudantes, no Rio de Janeiro, o estudante Edson Luís de Lima foi morto pela polícia, provocando uma passeata de protesto que teve a participação de mais de 100 mil pessoas.

Em outubro do mesmo ano, realizou-se o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, sendo que o local da reunião, no município de Ibiúna, no estado de São Paulo, foi descoberto e invadido pela polícia onde foram presos aproximadamente 900 estudantes, procedentes de todos os estados do país, sendo levados para o presídio Tiradentes, na cidade de São Paulo. Após interrogados e fichados, a maior parte, depois de mais de uma semana de detenção, foi libertada.

Esse fato antecipou por parte do governo Costa e Silva a decretação do Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968, que dava ao presidente poderes para fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos, suspender direitos políticos. No ano seguinte, foi promulgado o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro, que disciplinaria os professores, os alunos, os funcionários ou os empregados de estabelecimento de ensino público ou particular.

Saviani (2008) chama atenção para outro fato importante constante no novo programa educacional no país:

Assim como os empresários ligados ao IPES operavam em articulação com seus colegas americanos e contavam com a sua colaboração financeira, também no planejamento e na execução orçamentária da educação estreitou-se a relação com os Estados Unidos, celebrando-se acordos de financiamento da educação brasileira com a intermediação da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). [...] É nesse contexto que, já a partir de 31 de março de 1965, foram assinados vários contratos de cooperação no campo do ensino entre o Brasil e os Estados Unidos, conhecidos como “Acordos MEC-USAID” (SAVIANI, 2008, p. 297).

Para Saviani (2008), o marco iniciador dessa nova fase autoritária e intransigente é o ano de 1969, quando entrou em vigor a Lei da Reforma Universitária (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968), regulamentada pelo Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969²⁶, mesma

²⁶ Também mencionamos o Decreto-Lei 477, considerado por Cunha e Góis (1985, p. 38), como o “famigerado” Decreto que representou a expressão mais acabada das ameaças da repressão política e ideológica à universidade brasileira.

data em que foi aprovado o Parecer CFE nº 77/1969, que regulamentou a implantação da pós-graduação. Igualmente, em 1969 foi aprovado o Parecer CFE nº 252/69, que introduziu as habilitações profissionais no currículo do curso de Pedagogia. Devemos observar que, por meio do Fórum “A educação que nos convém”, a entidade empresarial decidiu atuar como um grupo de pressão junto ao Estado, receando que a resposta do governo à crise do ensino superior não correspondesse às suas expectativas.

Romanelli (1998) caracterizou essa fase como a integração do planejamento educacional no Plano Nacional de Desenvolvimento, tratada a área como prioritária pelo governo. Todavia, é preciso estarmos atentos para as mudanças que essas leis implantaram nesse período e que contribuíram para frear um momento áureo da intelectualidade brasileira.

Saviani (2008) também chama a atenção para o apoio à iniciativa privada, dado pela Constituição de 1967, visto que no §2º do artigo 168 afirmava que se fossem respeitadas as disposições legais, o ensino seria livre à iniciativa particular, a qual mereceria o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, com inclusive bolsas de estudo. Outra característica única da Constituição de 1967 foi que além da exclusão do princípio da vinculação orçamentária, a Carta Magna do regime militar relativizou o princípio da gratuidade do ensino, presente em todas as nossas cartas constitucionais, desde a primeira outorgada por Dom Pedro I, em 1824.

O significativo aumento da participação privada na oferta de ensino, principalmente em nível superior, foi possível pelo incentivo governamental assumido deliberadamente como política educacional. O grande instrumento dessa política foi o Conselho Federal de Educação (CFE), que, mediante constantes e sucessivas autorizações seguidas de reconhecimento, viabilizou a consolidação de uma extensa rede de escolas privadas em operação no país. O Conselho, mediante nomeações dos presidentes da República, por indicação dos ministros da Educação, nunca deixou de ter representantes das escolas particulares em sua composição (SAVIANI, 2008).

Para além desse fortalecimento do setor privado do ensino, cabe considerar, também, que o próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, traduzida no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de “conselhos curadores”, com representantes das empresas, e na inclusão de empresários bem-sucedidos como membros dos conselhos universitários; no empenho em

racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial.

Saviani (2008) relembra que se a tendência privatizante já se manifestava antes da instalação da ditadura civil-militar, é certo que ela se aprofundou e se consolidou no decorrer da vigência desse regime. Tal assertiva é procedente, pois, reconhece que o favorecimento da iniciativa privada se constitui em mais um legado que nos foi deixado pelo regime militar e que vem se acentuando.

Com o término do regime civil militar no Brasil, constatamos um “vazio” para a docência com uma desigualdade salarial entre as regiões do país, e, sobretudo, com destaque para a falta de metodologias que pudessem favorecer a readaptação do professor para o novo momento de redemocratização. Para muitos professores, a ditadura não passou, continuando com as mesmas formas de ensinar. Para outros, com o fim do regime, findou-se também o autoritarismo do professor, tornando vários docentes “inservíveis” para o novo momento, sem saber como agir perante as novas liberdades individuais dos alunos, como representado pela charge da figura 1.

As influências (ou não) dessas Leis e Decretos para a formação da identidade professoral e para a criação comemorativa do dia do professor pode ser compreendido uma vez que são construídas dentro de um contexto, e por isso, a necessidade de compreender a legislação educacional, para a significação do dia do professor aqui pesquisado. Assim, as comemorações oriundas da legislação sobre os docentes são resultados de diversas formas discursivos, que culminará com o Decreto nº 52.682 de 14 de outubro de 1963, oficializando uma data constitucional para se comemorar o dia dos professores oficialmente.

2.3 O Decreto nº 52.682 de 14 de outubro de 1963

O decreto que institucionalizou o dia 15 de outubro como o Dia do Professor surgiu a partir dos diversos movimentos que se destacavam na luta pela melhoria das condições docentes. Paula Perin Vicentini (2006), em um estudo intitulado de *Celebridade e anonimato: uma análise dos dispositivos de construção da imagem sócio profissional do magistério* destaca a visibilidade que os grandes jornais trouxeram de algumas docentes da rede municipal de São Paulo. Assim,

Em 1933, a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal (APC-DF) tomou a iniciativa de festejar, no Brasil, o Dia do Primeiro Mestre em 15 de outubro,

dando origem à comemoração do Dia do Professor que acabou por se consolidar como uma forma de dar visibilidade à categoria. A data passou a ocupar um lugar de destaque no movimento do magistério em prol de uma melhor remuneração e de maior reconhecimento social, tornando-se objeto das lutas travadas no campo educacional brasileiro para definir os valores e os comportamentos que lhes eram próprios. Diversas entidades e diferentes esferas do poder público procuraram atribuir à celebração um significado específico, quer seja através da natureza das atividades promovidas (missas, sessões solenes, entregas de medalhas, protestos, greves etc.), quer seja pelo conteúdo dos discursos proferidos, nos quais tanto os aspectos exaltados quanto os omitidos eram relevantes para identificar as concepções sobre a docência que estavam em jogo, quer seja ainda pela discussão sobre a pertinência desse tipo de celebração que colocava em evidência a controvérsia existente entre a recompensa simbólica e a financeira da profissão [...]. (VICENTINI, 2006, p. 10).

Salienta-se que o Dia do Professor não nasceu no estado de São Paulo, como alguns sites disponíveis na internet disponibilizam para o público. Todavia, foi nos estados de São Paulo e do antigo Distrito Federal (atual Rio de Janeiro) que tiveram início as primeiras comemorações que vieram contribuir para consolidar o dia 15 de outubro, como informa Moraes²⁷:

No início da década de 30, as primeiras comemorações já aconteciam, mas sem grande repercussão, quando, em artigo publicado no “Jornal de São Paulo” (de 10 de outubro de 1946), o professor Alfredo Gomes (ex-presidente da Associação Paulista de Professores Secundários e da Sociedade Beneficente de Professores e Auxiliares de Administração e também diretor de entidades de classe como a União de Professores de Educação e Ensino e Associação Paulista de Educação) lança a Campanha pela oficialização do “Dia do Professor” a 15 de outubro, no Estado de São Paulo (MORAES, 2015, [s.p.]).

Vicentini (2006) concordando com o artigo publicado por Moraes (2015) e aprofundando mais a discussão, por se tratar de um estudo de teor acadêmico, enquanto o primeiro, trata-se de um texto informativo, observa.

O teor das matérias que fizeram com que estas professoras ganhassem visibilidade na grande imprensa, rompendo com o anonimato que caracteriza o exercício do magistério, remeteu-me imediatamente para **a proposta que deu origem à comemoração do Dia do Professor no Brasil em 15 de outubro de 1933**, bem como para os valores cultivados nos rituais de celebração que passaram a ser promovidos na ocasião. Em estudo realizado anteriormente (VICENTINI, 2002), pude constatar que, originalmente concebida pela Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal (APC-DF) para que as pessoas manifestassem a sua gratidão ao primeiro mestre – em geral, relegado ao anonimato e ao esquecimento –, a comemoração da data tornou-se oficial no estado de São Paulo em 1948 e incorporou novos significados que se sobrepuseram ao inicial, sem anulá-lo. Homenagens a professores tidos como exemplares e festas de conagração das mais diversas iniciativas associaram-se às lembranças do primeiro mestre nos festejos do 15 de outubro, que, a partir de meados dos anos 1950, começou a contar com protestos da categoria contra os baixos salários, chegando a marcar o início da

²⁷ Fonte: <<http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu15.asp>>. Acesso em: 05 abr. 2015

primeira greve do magistério paulista, realizada em 1963 (VICENTINI, 2006, p. 1. Grifos nossos).

O Dia do Professor irá surgir assim, partindo de muito esforço por parte da sociedade organizada em associações de professores que lutaram para que o dia 15 de outubro fosse reconhecido oficialmente como Dia do Professor. O primeiro estado brasileiro a reconhecer o Dia do Professor foi São Paulo, que em 1947 criou a então “Comissão Pró-Oficialização do Dia do Professor”, com intensa atividade de mobilização no Ministério da Educação, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e na Secretaria de Educação, e no ano seguinte, mais precisamente em 13 de outubro de 1948, o Projeto foi transformado na Lei estadual nº 174 (VICENTINI, 2004).

Tendo como exemplo a conquista do estado de São Paulo, praticamente todos os demais estados da nação aprovarão leis instituindo o feriado escolar do dia 15 de outubro, como Dia do Professor. Partindo dessas aprovações, iniciou-se o trabalho pelo reconhecimento nacional da homenagem, por meio de decreto federal (VICENTINI, 2004).

A luta pelo reconhecimento nacional veio acontecer somente em 1963, quando o presidente João Goulart percebeu pressões por parte dos trabalhadores da educação, como descreve Moraes (2015), analisando o trecho do memorial enviado pelo professor Alfredo Gomes, um dos principais idealizadores e ativistas na luta pelo reconhecimento da data, ao Ministro da Educação e Cultura:

Se o professor é o generoso semeador de ideias que permitem o conhecimento da vida e acendem, no espírito, o sagrado fogo da esperança; se ele é quem faz e estimula vontades e caracteres; se é ele fator primacial na formação moral e intelectual das novas gerações, torna-se elementar ato de justiça e reconhecimento, homenagear sua missão pelo muito que representa para a Cultura e para a própria Nacionalidade. (MORAES, 2015, [s.p.]).

Mas a luta não era apenas por reconhecimento, para Moraes (2015) era por justiça. No período marcado pela expansão da rede de ensino paulista e pela desvalorização salarial do magistério devido à alta do custo de vida, a análise da instituição do Dia do Professor do modo pelo qual a data ganhou projeção permite identificar diferentes formas de celebração e representação social da categoria e, assim, apreender aspectos relevantes do processo de afirmação da profissão docente em momentos distintos de sua história (VICENTINI, 2004). Por outro lado, aponta a autora no mesmo texto que, a partir do final dos anos 50, a celebração do Dia do Professor para algumas associações docentes passou a ter uma conotação de protesto contra a política governamental em relação à categoria, envolvendo também a recusa

em participar das comemorações oficiais, a fim de explicitar a sua dissociação com relação ao Estado.

O Dia do Professor passou a ser encarado sob outra perspectiva, de que as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002).

Na visão de Foucault (1999), podemos entender essa relação de produção de discurso como a verdade institucionalizada, uma vez que para se consolidar no poder é preciso criar mecanismos de organização e mobilização de forças. Assim, quem dita as “regras” relacionadas com a verdade são os possuidores do “poder”, oferecendo, sempre que possível, instrumentos de conscientização ou alienação, para se permanecerem detentores de tal proeza.

Para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la (FOUCAULT, 1999, p. 29).

Assim, podemos entender o poder como uma ação sobre outras ações. Mesmo diante do mérito que os professores possuíam (e ainda possuem) temos que entender que o Decreto nº 52.682, de 14 de outubro de 1963, não foi resultado apenas da luta da classe docente, mas também uma forma utilizada pelo poder de criar estratégias para consolidar-se e manter-se. Podemos ainda compreender esse processo como se o decreto fosse um disciplinador das relações de poder muito facilmente observado quando é por meio da disciplina que se estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que expressem comando e comandados (FOUCAULT, 2008), ou seja, o decreto se consolidou como uma relação ou instrumento de poder.

Para Vicentini (2004, 2006), a luta dos professores organizados para tornar a data reconhecida durante a década de 1940, objetivando principalmente a melhoria do estatuto do profissional do magistério, percebeu que os festejos oficiais não contavam com uma contrapartida material relativa à sua remuneração, passando a utilizá-la para expressar as insatisfações, sobretudo, relacionadas com o aspecto financeiro, elegendo a data como marco para campanhas de reivindicação de melhoria da qualidade da educação e das condições de trabalho, geralmente em forma de protestos.

Para Vicentini,

Pode-se dizer, então, que instaurou-se entre o Estado e as associações docentes uma disputa para apropriar-se da comemoração e atribuir-lhe diferentes sentidos tanto para o movimento docente quanto para a imagem social dos professores (VICENTINI, 2006, p. 6).

Assim, no artigo segundo do Decreto nº 52.682/63 que estabelece que “o Ministro da Educação e Cultura, através de seus órgãos competentes, promoverá anualmente concursos alusivos à data e à pessoa do professor” e o artigo terceiro que estabelece que “para comemorar condignamente o Dia do Professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo delas participar os alunos e as famílias”.

Tais artigos são objetos deste estudo, uma vez que será através do jornal *A União* que o governo se fará ouvir pela sociedade paraibana, silenciando todos aqueles que lutaram para tornar o Dia do Professor um momento de reflexão sobre a vida e o trabalho dos professores. É importante esclarecer aqui que não se busca fazer apologia nem aos professores nem tampouco aos governos militares. Buscamos somente analisar como o Dia do Professor chegava até a sociedade paraibana por meio das páginas d’*A União*.

3 O JORNAL A UNIÃO E O DIA DO PROFESSOR NO REGIME CIVIL MILITAR

Comemora-se hoje em todo o território Nacional, o dia consagrado ao Professor, quando todos os estabelecimentos de ensino. Desde o primário ao superior, fecham suas portas, em data feriado, numa saudação aos membros do magistério particular e público.

Como vem acontecendo todos os anos, neste dia, são prestadas aos mestres as mais reverentes e justas homenagens, num compreensivo gesto de reconhecimentos e gratidão aqueles que tem a subida responsabilidade de educar a juventude, não só compartilhando-lhe os ensinamentos indispensáveis, como ajudando-a em sua formação moral e intelectual.

Em nossa Capital, várias homenagens estão programadas para a data de hoje, envolvendo professores e alunos dos mais diversos educandários, em palestras, competições esportivas e outras programações sociais (A UNIÃO, 15 de outubro de 1964).

[...] Consagrando-te o dia 15 de outubro o poder público considerou dever seu reconhecer e proclamar teu esforço e trabalho primário (A UNIÃO, 18 de outubro de 1966).

A exposição diária de fatos que muitas vezes tomamos por insignificantes pode contribuir de maneira decisiva para o entendimento de processos históricos e políticos que, aparentemente, não têm como ser reconstituídos, utilizando uma ótica acadêmica, mesmo considerando a intervenção de pessoas e editores, relacionada com os jornais atuais. Ainda no século XIX e início do século XX, Gilberto Freire (1979) garantia que mais que nos livros de história e nos romances, a história do Brasil estava nas notícias dos periódicos.

Neste capítulo considera-se o jornal como fonte documental para a História da Educação, utilizando uma abordagem metodológica historiográfica sugerida por Diana Vidal (2003), que afirma que os documentos legais têm o seu mérito, porém, são por vezes insuficientes para a construção historiográfica. Tomaremos como fonte as notícias veiculadas no jornal *A União*, do estado da Paraíba, sobre o posicionamento dos presidentes militares em relação à Educação no país, como de políticos influentes na esfera estadual, alusivas ao dia 15 de outubro. Assim, como afirma Sousa (2002, p. 93), “a análise de tais fontes, de inestimável valor histórico, muito pode contribuir para enriquecer nossos conhecimentos sobre as questões educacionais [...]”.

Posicionando-se em relação à Educação no século XIX, Pallares-Burke (1998) argumenta:

No que diz respeito às possibilidades da educação, a imprensa periódica, no seu veio mais propriamente cultural do que noticioso, assumiu explicitamente as funções de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de ideias (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145-146).

Para a mesma autora, o jornalismo fazia informalmente o que os agentes educativos deveriam se propor a realizar, e durante os anos de 1964 a 1985, um aparelho estatal que conseguisse atingir as massas da população brasileira era quase inexistente. No entanto, é preciso esclarecer que, ao induzirmos nosso local de fala para o presente da memória, devemos, ao menos, situar quais os sentidos de passado o jornal em questão construiu em sua operação de escrita histórica e em que contexto está sendo lembrado (DIAS, 2012).

De acordo com Isabel Lustosa (2013, p. 15), o jornal, ao incumbir novos hábitos e operar transformações nas vidas dos homens, ainda no século XIX, passou a ser visto como fonte de ilustração e instrução. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador, e o jornal passa a ocupar o lugar que as instituições escolares deveriam ocupar, formando e ditando o gosto e até mesmo o pensamento popular, afirmando uma posição e construindo uma narrativa que pretende expor à população tudo o que está acontecendo pelo suposto discurso jornalístico. Propõe-se, neste capítulo, compreender como o jornal *A União* contribuiu com o Regime Civil Militar para consolidar a ideia de educação de qualidade e desenvolvimentista. Partindo de notas, manchetes e reportagens sobre as comemorações do Dia do Professor, buscaremos relacionar o governo civil militar brasileiro com a sociedade por meio do dia 15 de outubro, descortinando dessa forma, a realidade em que os docentes se encontravam no período analisado.

Tenta-se dialogar, partindo da perspectiva de que como porta-voz do governo, o jornal *A União* buscava “santificar” a docência, tornando-a um verdadeiro sacerdócio, uma vocação. Assim, não favorecendo espaços para que grupos que resistissem aos desmandos do governo ditatorial pudessem ser percebidos. Dessa forma, durante o mês de outubro, as notas engrandecedoras se multiplicavam, como relata Geraldo de Jesus Muniz de Medeiros, presidente do Sindicato dos Professores da Paraíba.

O mestre, esse magnata de humanidades, tem sido sempre o caminho luminoso para o progresso e libertação das nações subdesenvolvidas. A sua sublime missão excede a todas as suas expectativas. O verdadeiro mestre, porém, é [...] árvores cujos frutos dão vida e são deliciosos. Daí o valor sem rival do guia. Orientador e mestre dos nossos jovens, que anseiam cada dia a sabedoria. Com justiça não se pode negar o inestimável trabalho do mestre. O homem que nasce para Deus segundo a concepção cristã, realiza o bem na sua vida, não apenas porque aceitou alguns ensinamentos cristãos, mas por ser uma nova criatura. O mestre tem a preocupação de servir e não ser servido. Sua mente e pensamentos estão voltados para a extirpação dos males sociais e correção dos inúmeros erros provenientes das fraquezas e imperfeições humanas. Só não pode aquilatar o valor do benefício que se fez ao próximo quem nunca o recebeu ou o fez. Sim, porque a verdadeira felicidade não se alcança quando se despreza os seus ideais – ideias do bem – condição “*sine qua non*” absolutamente indispensável para que sussurrem em nossa alma, as suas benfazejas da alegria, do conforto, do bem-estar e da paz. O Sindicato dos Professores do Estado da Paraíba,

fundado em 14 de junho de 1963, é um marco da unificação e progresso para os mestres do nosso estado, onde todos encontram nele a aspiração dos seus ideais. Esse ideal que é a união da classe e também a verdadeira finalidade da Entidade. Oxalá, não tarde o dia [sic] em que não só a Paraíba, como no Brasil [sic] para o advento deste dia glorioso não tarde – para que então esta respeitável classe, que tantos benefícios, há proporcionado à humanidade e a pátria [sic][...]. (JORNAL A UNIÃO, 15 de outubro de 1966).

O discurso do referido presidente apresenta uma particularidade que nos é apresentada por Vicentini (2009) em que as associações e os sindicatos²⁸ de professores irão surgir no Brasil, ainda na década de 1930, com o objetivo de lutar pela valorização profissional e salarial, melhoria da carreira docente e de espaços de trabalhos. É importante destacar que as iniciativas nesse sentido se deram de forma descentralizada, ou seja, cada estado se organizou de forma própria, motivada pela descentralização de nosso sistema de ensino. Outro aspecto importante é que essas entidades eram formadas por professores particulares.

Vicentini (2004), em texto intitulado de *Celebração e visibilidade: o dia do professor e diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-63)*, aponta que, durante o período estudado, no Brasil estavam ainda se consolidando os recursos tipográficos facilitadores da leitura diária e nas manchetes, chamadas de primeiras páginas, tendo fotografias para chamar a atenção dos leitores.

É fato que ainda nos anos 50 do século XX, a grande maioria da população brasileira era analfabeta e todas as formas de representações visuais já se faziam de grande importância para esses “novos” meios de comunicação que estavam se consolidando nos embates midiáticos. Podemos entender isso fazendo uso da concepção de que os jornais

Procuravam ganhar voz e visibilidade nos órgãos da grande imprensa, importantes não só para atrair a atenção da opinião pública para os problemas enfrentados pela categoria [os professores], mas também para divulgar a sua atuação em prol dos professores (VICENTINI, 2004, p. 13).

Neste estudo, opta-se pelo jornal *A União* como fonte para tratar do Dia do Professor por acreditar que nos outros grandes jornais em circulação no estado da Paraíba nenhum outro foi tão bem o porta-voz do governo ditatorial (oficial) como o jornal que fora criado para servir ao próprio estado. Outro motivo pela opção foi buscar apresentar as formas de representação do magistério e, mais especificamente, a comemoração do Dia do Professor, na

²⁸ No Brasil, foi no governo de Getúlio Vargas que surgiu a Legislação Trabalhista, que foi “consolidada” em 1943, como Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que continha, inclusive, dispositivos regulamentadores para organização sindical. Dessa forma, nosso sindicalismo nasceu/desenvolveu-se baseado no “conhecimento oficial”, tornando-o um órgão de caráter corporativo e burocrático. Graças a CLT, que proibia a sindicalização do funcionalismo público por serem considerados Servidores do Estado. Com esta proibição, cabia aos professores somente se organizarem em associações que eram “regulamentadas pelo direito privado e cuja atuação se dava no âmbito da sociedade civil” (VICENTINI, 2009, p. 99).

imprensa oficial paraibana, considerando que foi (e é) um importante veículo midiático na produção da imagem do Dia do Professor, tratando-se ainda de uma fonte externa ao campo educacional e de ampla circulação.

Aspecto significativo para entendermos a importância deste estudo está relacionado com o papel da escola em formar “cidadãos” apoiadores/defensores da “revolução”. Para Lira (2010), o Estado se apresenta como representante do interesse geral, mas ao mesmo tempo, oculta interesses divergentes e particulares, bem como seu caráter classista. Na verdade, no Brasil, quem se apresenta como dirigente do Estado é uma minoria, e através da atuação organizada de um conjunto de aparelhos correspondentes, o estado autoritário faz com que sirva mais a interesses particulares do que aos interesses nacionais. Assim, o Estado, em suas contradições configura-se muito mais como defensor de uma pequena elite dominante.

A sociedade civil é o lugar de exercício da função hegemônica, e aí se trava a luta entre as classes dominantes e classes trabalhadoras. A escola, por sua vez se configura como uma instituição estratégica da sociedade, pois tem um papel dominante na difusão da ideologia e na constituição de um senso comum, indispensável para assegurar a coesão do bloco histórico. Entretanto, a escola tem sido um espaço de difusão de contraideologia a esta coesão e a dominação de classes (LIRA, 2010, p. 14).

Tendo a escola como instrumento de difusão de conhecimento, recaem sobre o processo educacional os alicerces da construção da mudança de consciência. Talvez este seja um dos motivos que contribuiu para que a educação não se tornasse importante nas pautas políticas de nossos governantes, tendo a educação brasileira um dos piores indicadores de qualidade de educação entre os países em desenvolvimento, atualmente. Mas para “mascarar” essa realidade, é de suma importância que exista um porta-voz oficial, um instrumento que fica o elo entre a escola, o Estado e a sociedade: o jornal.

Essa função mediadora do jornal realiza-se com intensidade no período da ditadura militar, veiculando e construindo representações úteis à legitimação do sistema, apontando-se, nesse cenário, as instituições sobre a profissão professor.

3.1 Contextualizando o período: antecedentes, o golpe e os anos de “chumbo”

[...] seja a escola e seja o receptor preocupação e cuidado constantes de todos os governantes, mais ainda na atualidade, porque multiplicadas estão os deveres e as responsabilidades do magistério diante do movimento de transformação que se sente e observa em toda sociedade civilizada. Que mais dizer do professor? Muita coisa! Porém, o espaço é curto e o tempo voa. (Jornal *A UNIÃO*, 15 de outubro de 1964).

Abriremos este tópico com uma observação de Rollemberg e Quadrat (2010) que apresentam que tem sido frequente em sociedades que passaram por regimes autoritários ou ditaduras a construção de uma memória segundo a qual o autoritarismo só foi possível em função de instituições e práticas coercitivas e manipulatórias. Para essas autoras, a ênfase das abordagens e pesquisas desse período se deu de forma que o Estado se tornasse o ângulo das observações. Assim,

O principal problema que as interpretações colocaram, provavelmente, é não ter compreendido os regimes autoritários e as ditaduras como produto social. As explicações que partem das oposições *vítimas e algoz, opressor e oprimido*, buscando respostas na repressão, na *manipulação*, no desconhecido (*nós não sabíamos*), embora sedutoras – explicam tudo sem muito esforço e sem colocar o dedo na ferida –, levaram a distorções consideráveis. Apagadas as necessidades do presente, essas construções acabam por encobrir o passado, o presente, os valores e as referências das sociedades que sobrevivem às rupturas, pontes de continuidade, a sinalizar possibilidades de futuro (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 11).

As autoras chamam a atenção com o cuidado no maniqueísmo ²⁹ tão comum nessas obras ainda nos dias de hoje. Não é objetivo deste estudo apontar inocentes ou culpados, mas somente protagonizar uma análise do período, partindo de fontes bibliográficas, que possam contribuir para o melhor esclarecimento das ações tomadas tanto nos governos considerados democráticos, quanto nos governos autoritários, e as representações criadas a partir dos diversos meios de comunicação utilizados no período estudado.

São algumas ações dos governos antecessores ao golpe civil militar de 1964 que darão sustentação ao novo regime iniciado, por isso devemos ficar atentos para a renovação das abordagens das relações entre as sociedades e os regimes autoritários e ditatoriais (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010). Assim, são argumentos que podem ser utilizados para tentar justificar a origem do golpe que durou vinte e um anos os aspectos relacionados com a Guerra Fria, as disputas entre os nacionalistas e os que desejavam a abertura econômica do país; a eleição de Jânio Quadros; a condecoração de Ernesto Che Guevara feita pelo presidente Jânio Quadros, que na sua campanha presidencialista, pregava o fim da corrupção no país e sua posterior renúncia; a posse perturbada de João Goulart com o parlamentarismo brasileiro e a volta do presidencialismo.

No livro, *1964 História do Regime Militar Brasileiro*, Napolitano (2014, p. 8) apresenta que protagonistas de muitas origens políticas, estudiosos de inúmeras áreas

²⁹ De acordo com Houaiss (2011, p. 611), podemos entender maniqueísmo como “qualquer visão do mundo que o divide em poderes opostos e incompatíveis”. Assim, o bem seria apenas bom e o mal, apenas mau.

acadêmicas, artistas e intelectuais de diversos campos de atuação, refletiram sobre os acontecimentos em curso e ajudaram a construir visões críticas sobre vários temas correlatados à história do regime militar, como o golpe, a agitação cultural, as passeatas estudantis de 1968, o milagre econômico, a guerrilha de esquerda, a repressão e a tortura e a abertura política, contribuindo para construir uma memória quando o regime chegou ao fim em 1985.

Adverte, porém, que depois de cinquenta anos do golpe e quase trinta do fim do regime que foi instaurado em 1964, muitas dessas perspectivas são revisitadas pela historiografia e pela própria memória social. No mesmo livro, Napolitano (2014) defende que em 1964 houve um golpe de Estado, resultado de uma união entre civis e militares, caracterizados como conservadores e antirreformistas, cujas origens estão encravadas no coração da história do Brasil e não somente nas reações aos eventuais erros e acertos do presidente João Goulart.

O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos para o país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo. Desde 1947, boa parte das elites militares e civis, no Brasil, estava alinhada ao mundo “cristão e Ocidental” liderados pelos Estados Unidos contra a suposta “expansão soviética”. A partir da Revolução Cubana de 1959, a América Latina era um dos territórios privilegiados da Fria (NAPOLITANO, 2014, p. 10).

Para analisar melhor esse contexto, considerando que o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos desde a década de quarenta, do século XX, quando Getúlio Vargas declarou guerra às nações do eixo, formadas pela Alemanha nazista, pela Itália fascista e pelo Japão, esse país ampliou o número de investimentos no Brasil, e, conseqüentemente, também a influência norte-americana. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e com a vitória aliada³⁰, o

³⁰ O grupo dos aliados, no início da Segunda Guerra Mundial era formado por Inglaterra e França. Quando Adolf Hitler ataca a União Soviética, em 22 de junho de 1941 e o alto comando do Império japonês autoriza o ataque às frotas americanas de Pearl Harbor, em 07 de dezembro de 1941, estes dois países declararam guerra aos países do Eixo e passaram a fazer parte do grupo dos Aliados. Como o Reino Unido já estava completamente desgastado pelo conflito, Estados Unidos e União Soviética, passaram a condição de lideranças desses países. O Brasil, embora, na época, estivesse sendo comandado por um regime ditatorial simpático ao modelo fascista (o Estado Novo de Getúlio Vargas) dos Países do Eixo, acabou participando da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) junto aos adversários destes, ou seja, dos Países Aliados. Em fevereiro de 1942, submarinos alemães e italianos iniciaram o torpedeamento de embarcações brasileiras no oceano Atlântico em represália à adesão do Brasil aos compromissos da Carta do Atlântico (que previa o alinhamento automático com qualquer nação do continente americano que fosse atacada por uma potência extracontinental), o que tornava sua neutralidade apenas teórica. Devido à pressão popular, após meses de torpedeamento de navios mercantes brasileiros, finalmente em agosto de 1942, o

mundo passa a conviver com um novo quadro que se desenhava, criado a partir das disputas ideológicas e econômicas dos dois países responsáveis pela derrota das forças totalitárias, durante a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria³¹.

Para Saviani (2008), o início da década de 1960 foi marcado por grande efervescência chegando a ser caracterizado como pré-revolucionário, tendo se iniciado ainda com a euforia desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubistchek, através do plano de metas e do *slogan* “50 anos em 5”, dando prioridade ao processo de industrialização do país.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), durante o governo de Juscelino Kubistchek, foi posto como a inteligência a serviço do desenvolvimentismo, elaborando e divulgando a ideologia nacionalista desenvolvimentista. Ainda de acordo com Saviani (2008), paralelamente ao ISEB, formulava-se no seio da Escola Superior de Guerra (ESG) a ideologia de interdependência, que coincidia com a Doutrina da Segurança Nacional.

Enquanto o ISEB, de um lado, elaborava a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista e a ESG, de outro, formulava a doutrina interdependência, a industrialização avançava, impulsionada pelo governo Kubitschek, que conseguia assegurar relativa calma política, dando curso às franquias democráticas, graças a um equilíbrio que repousava na seguinte contradição: ao mesmo tempo em que se estimulava a ideologia política nacionalista, dava sequência ao projeto de industrialização do país, por meio de uma progressiva desnacionalização da economia. Essas duas tendências era incompatíveis entre si, mas no curso do processo o objetivo comum agregava grupos com interesses distintos, divergentes e até mesmo antagônicos. Nessas condições, a contradição permanecia em segundo plano, em estado latente, tipificando-se na medida em que a industrialização progredia, até emergir como contradição principal quando se esgotou o modelo de substituição de importações (SAVIANI, 2008, p. 292).

Nesse contexto, a sociedade brasileira se polarizou entre aqueles que buscavam ajustar o modelo econômico à ideologia política neoliberal e do outro lado, os que procuravam adequar a ideologia política ao modelo econômico, ou seja, aqueles que buscavam nacionalizar a economia. Nesse mesmo contexto,

Brasil declarou guerra à Alemanha nazista e à Itália fascista. Entretanto, a participação do Brasil na Segunda Guerra envolveu um delicado balanço entre questões econômicas, comerciais, políticas e estratégicas. Nos anos anteriores ao conflito, o país vinha aumentando seu comércio com a Alemanha de Hitler até se transformar, no final da década de 30, no sexto maior parceiro comercial alemão. O momento foi oportuno para o Brasil tentar tirar proveito dos dois lados. Nessa negociação, quem pôs mais “vantagens na mesa” foram os norte-americanos, que ofereceram colaboração econômica, ajuda para reequipar as Forças Armadas e apoio financeiro para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda-RJ, que impulsionou a modernização do parque industrial do país.

³¹ Entendemos como Guerra Fria a disputa em que duas potências, Estados Unidos e União Soviética, batalharam criando novas tecnologias nucleares, espaciais e arsenais bélicos. Tudo isso, a fim de estabelecer uma soberania mundial - a briga por poder: de um lado, o capitalismo com Estados Unidos e do outro, o socialismo com União Soviética.

Se ampliava a mobilização popular pelas reformas de base, com as Ligas Camponesas no meio rural, os sindicatos de operários nas cidades, as organizações dos estudantes secundaristas e universitários e os movimentos de cultura e educação popular (SAVIANI, 2008, p. 293).

Diante dessa organização, a classe empresarial também se mobilizou e em maio de 1959, foi criado o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sendo a primeira organização empresarial especificamente voltada para a ação política. Esse instituto tinha como objetivo combater o comunismo e o populismo – herança ainda do governo de Getúlio Vargas, ainda vivo com Juscelino Kubitschek³².

É interessante notar que em 1961 foi fundado o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES), ligado a um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, articulados com empresas multinacionais e com a Escola Superior da Guerra (ESG)³³ (SAVIANI, 2008). Vale salientar que em suas ações ideológicas, sociais e político-militares,

O IPES desenvolveu doutrinação por meio de guerra psicológica, fazendo uso dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, cartuns e filmes, em articulação com órgãos da imprensa, entidades sindicais dos industriais e entidades de representação feminina, agindo no meio estudantil, entre trabalhadores das indústrias, junto aos camponeses, nos partidos e no Congresso, visando a desagregar, em todos esses domínios, as organizações que assumissem a defesa dos interesses populares (SAVIANI, 2008, p. 294).

Para entender a crise que se desenvolveu na sociedade brasileira, Ribeiro (1986) ressalta que, no transcorrer do governo de Juscelino Kubitschek, a tentativa impossível de conciliar o modelo político nacional desenvolvimentista com o modelo econômico, mesmo criando um clima aparente de desenvolvimento econômico, não consolidou bases para garantir que nenhum modelo se sobrepusesse ao outro, gerando grande instabilidade política, econômica e social.

Os anos de 1956 a 1961 constituíram-se no período “áureo” do desenvolvimento econômico brasileiro, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros marcadamente em setores internos e externos. Muita coisa, no entanto, não foi possível de ser realizada [...] (RIBEIRO, 1986, p. 141).

³² O nacionalismo e o trabalhismo getuliano, que prometiam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil com “bem-estar social”, deveriam levar o Estado a responsabilizar-se em maior grau para com a distribuição de educação para as classes populares, como afirmou Getúlio Vargas (YOUNG, 1973).

³³ Os generais Heitor de Almeida Herrera e Golbery do Couto e Silva intermediaram a articulação entre o IPES e os grupos empresariais ligados às multinacionais que havia no Brasil. De acordo com Saviani (2008), em setembro de 1961, o general Golbery solicitou transferência para a reserva e, a partir de 1962, assumiu a direção do IPES. Em dezembro de 1963, o IBAD foi dissolvido pela Justiça, mas o IPES permaneceu em atividade até junho de 1971.

Podemos perceber que esse período foi marcado por grandes propagandas, levando a sociedade a uma segurança que estava longe de existir. Basbaum (1962 *apud* RIBEIRO, 1986) explica que uma nação rica não faz necessariamente um povo rico, além disso, ele explica que foi conseguido nesse período diz respeito ao empobrecimento das camadas populares, tendo em vista que não conseguiram estancar o processo inflacionário.

No período, houve um desentendimento entre expansão industrial com industrialização e desenvolvimento nacional, aparência que foi explicitada pela imprensa por meio de uma poderosa propaganda. Aponta-se também o abandono da região Nordeste, que ficou ainda mais pobre, além da aceitação da estrutura agrária que manteve seus privilégios políticos eleitoreiros, e por fim, “a permissão de entrada do capital estrangeiro em condições privilegiadas, com sacrifício do capital nacional, com consequência a desnacionalização da burguesia industrial brasileira” (RIBEIRO, 1986, p. 141).

Por fim, a articulação entre os empresários e os militares conduziu o golpe civil militar de 31 de março, que derrubou o presidente João Goulart, saindo vitoriosas as forças socioeconômicas dominantes, o que implicou a adequação da ideologia política ao modelo econômico, com a substituição do modelo nacional desenvolvimentista pela doutrina da interdependência (SAVIANI, 2008).

Era preciso pôr “ordem” no sistema, entendendo que os responsáveis pelo fracasso econômico e por toda a insubordinação social eram os governos populistas³⁴, que para os militares, eram incoerentes, *comunistoides* e corruptos. Para Young (1973) e Cunha e Góis (1985, p. 10) no Brasil, o populismo foi “revolucionário” em 1930, “bonapartista” em 1937, “nacionalista” e “anti-imperialista” de 1950 a 1954, “desenvolvimentista” no final dos anos 1950, “moralista” em 1961 e “nacionalista” até sua queda em 1964. Todavia, sem condições políticas para se transformar mais uma vez no popular, o populismo, em 1964, deixou a cena para um novo estado tecnocrático-civil-militar.

Para Cunha e Góis (1985), a repressão a tudo e todos que fossem considerados suspeitos de práticas ou mesmos de ideias subversivas foi a primeira medida tomada pelo governo pós-64. O Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que utilizava o método Paulo Freire, sendo este seu dirigente, foi liquidado. O Movimento de Educação de Base (MEB), desenvolvido pela Igreja Católica, com atuação principalmente no Nordeste, foi contido por

³⁴ Para Cunha e Góis (1985), o populismo se esgotou pelo avanço das camadas urbanas e dos setores ligados ao campo que escaparam ao controle dos grupos dirigentes. Nesta situação excepcional deu-se uma crise orgânica na classe dirigente, que se sentiu ameaçada na sociedade civil e na própria estrutura econômica, visualizando riscos para a acumulação de capital.

todos os lados, tendo seu material educativo apreendido, monitores perseguidos e verbas cortadas.

Cunha e Góis (1985) revelam que na direção do sistema educacional, os defensores do ensino público e gratuito foram sendo substituídos pela aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular subsidiada pelo Estado, com os militares empenhados na repressão às atividades por eles julgadas subversivas.

3.2 Memória e memórias do Dia do Professor

Para Reis,

Quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje. Contam-se nos dedos aqueles que se dispõem a defender as opções que levaram à sua instauração e consolidação. Até mesmo personalidades que se projetaram à sua sombra, e que devem a ela a sorte, o poder e a riqueza que possuem, não estão dispostas, salvo exceções, a acorrer em sua defesa (REIS, 2005, p. 7).

Falar, construir, analisar, perceber memória de professores durante o período civil militar na Paraíba ou em todo o Brasil, torna-se uma tarefa árdua, considerando que podemos contar com grandes lacunas a respeito desse momento histórico, diante da destruição de inúmeros documentos a respeito dos atos cometidos pelos militares. Como já foi elucidado anteriormente, fizemos uso da legislação da época para melhor conhecer o que esse período representou para a educação.

As reportagens, notas e matérias sobre o dia dos professores, além da cobertura das comemorações feitas pelo jornal *A União* apresenta a imagem sorridente, alegre e feliz dos professores durante o regime Civil Militar, no Brasil e na Paraíba.

O tema central desta dissertação são os mecanismos “da produção, circulação e percepção simbólica” (BURKE, 1995, p. 13) da construção da imagem do dia 15 de outubro como feriado do Dia do Professor e a apreensão, mesmo que parcialmente, dos interesses dos propagadores de seu “sacerdócio” no cenário estadual e nacional.

O objetivo deste não é analisar as memórias de professores das escolas paraibanas no período, mas mostrar diferentes percepções do jornal *A União* em torno dessa vigilância, o que implica diversas formas de aceitação ou de resistência. Assim, pode-se perceber como a ideologia disseminada pelo jornal *A União* foi recebida pelos docentes em questão.

Não podemos associar as posições assumidas pelos docentes como algo homogêneo. Os diversos meios de comunicação e o oportunismo pessoal foram importantes para entender

a aceitação do novo regime que se iniciava. O estudo de Lourenço (2010), que discute as memórias da atuação docente durante a ditadura militar no estado de São Paulo, apresenta que alguns professores entrevistados colocam a universidade e seus membros como antes e depois do golpe de 1964.

O que sobressai nesse longo trecho é que o professor se vê como parte de uma “geração”, ou seja, percebe sua atuação para além da categoria profissional, como um grupo que fez parte do processo de redemocratização. De suas palavras depreende-se que é preciso rever a memória que valoriza apenas os que combateram a ditadura na luta armada para valorizar também a geração que “enfrentou a rua”, ou seja, que foi capaz de mobilizar a população. Nas palavras de Severiano³⁵, sua geração teria até mesmo enfrentado uma situação mais “complicada”, porque lutara “na rua”. Como os seus mestres, que não tinham espaço na Universidade de São Paulo (USP), ele também achava não ser o momento de “ousar” durante a ditadura. Só no momento de redemocratização é que a “rua” começa a aparecer (LOURENÇO, 2010, p. 109-110).

Assim, cada docente vivenciou esse período a partir de suas experiências pessoais, do seu engajamento e das opções que fez. Muitas vezes, a repressão, o medo, a taxação de subversivo contribuíram para a “alienação” de muitos docentes do período, que não ousaram “encarar” de frente o regime. Considera-se também a possibilidade de como as memórias desses profissionais podem contribuir para entendermos o Regime Civil Militar.

A memória desse período deve ser entendida, como já afirmamos anteriormente, de forma flexível, passível de experimentação e mudanças, buscando evitar uma possível vitória final de sujeitos sobre outros, o que encerraria qualquer liberdade de escolha entre os envolvidos na construção de memórias e de identidades, possibilitando a construção final.

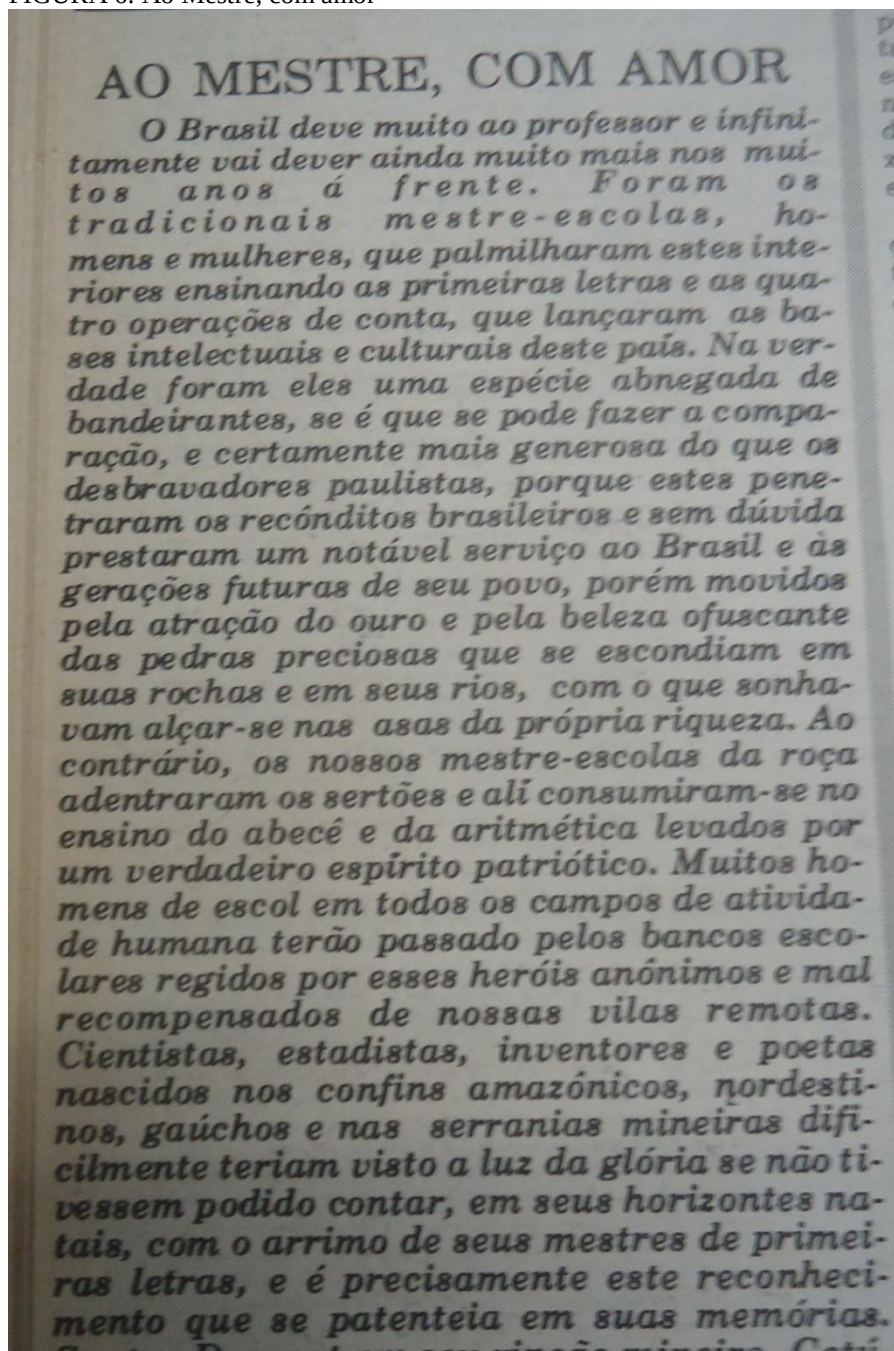
Temos que relembrar também que durante o período estudado, no contexto escolar, as direções escolares eram cargos de confiança do executivo, ou seja, era exercida por nomeação por parte dos prefeitos ou vereadores, e em geral, eram indicações feitas por lideranças político partidárias, conforme demonstra Paro (1996) em seus estudos. Assim, dentro das relações existentes na memória dos professores, podemos concluir que o papel do estado autoritário estava muito presente, evidenciadas nas práticas clientelistas entre diretores escolares e os detentores do poder. Contudo, percebemos mais uma vez que diretores e os seus indicadores buscaram a todo tempo mascarar a realidade escolar.

Para tanto, o dia dos professores eram usados anualmente para demonstrar essa falsa realidade que existia no período abordado. Podemos entender melhor a partir do

³⁵ Severiano é um dos professores entrevistados por Elaine Lourenço. O mesmo se coloca como um dos professores que resistiram à ditadura civil militar, reconhecendo “os limites de sua atuação profissional durante a ditadura e vai além, entendendo que toda a sua “geração” cumpriu um papel na resistência à ditadura” (LOURENÇO, 2010, p. 118).

pronunciamento do Governador da Paraíba sobre o dia dos professores, no dia 15 de outubro de 1981.

FIGURA 6: Ao Mestre, com amor



Fonte: Jornal A União, 15 de outubro de 1981

3.3 Os discursos e as representações do jornal A União

Em um dos livros mais conhecidos e principal referência sobre o jornal A União, Eduardo Martins (1977, p. 22) estabelece definitivamente que “é um órgão do Partido republicano, que se formou com os elementos da sociedade, para garantir a ordem pública,

apoiar a administração e fundar, pelo sistema federativo, o império da lei n'este Estado” e que surgiu para ser seu principal veículo anunciador e formador de opinião do estado da Paraíba, já no final do século XIX.

Ainda de acordo com Martins (1977), o jornal A União foi fundado em 2 de fevereiro de 1883, pelo recém-chegado Álvaro Machado, designado como presidente do Estado e com o objetivo de estabelecer a república e seus preceitos. Assim, “o histórico desse jornal está associado à oficialidade, evidenciando o poder político predominante na Paraíba em cada momento da história” (PEREIRA, 2012, p. 1127).

Pereira (2012, p. 1127) analisa que o conteúdo veiculado era “baseado no enaltecimento das obras públicas implantadas pelo governo vigente”, discussões públicas que espelhavam a correlação de forças políticas, bem como temas dos mais diversos assuntos que de alguma forma engrandeciam os atos do governo nacional e local. Destaca-se o uso de suas estratégias discursivas visando influenciar o leitor quanto ao (sempre) bom desempenho político do governo da época. Isso é utilizado durante este estudo por considerar como forma de observar e analisar este jornal como fonte “que expressava o ponto de vista de quem o produz” (PEREIRA, 2012, p. 1128).

Em relação à educação, o jornal expressa suas ideias e valores educativos, auxiliando o pesquisador a perceber as relações entre sociedade e educação e vice-versa. Fez-se uso desta fonte como elemento que demonstra (ou não) como o governo age (neste caso, fazendo alusão a classes que detêm o poder ou estão no poder) para fazer chegar aos demais e à sociedade suas formas de ver o mundo. Por isso, iremos nos deter ao período estendido entre 1964, ano em que os militares conseguiram chegar ao poder, até 1985, quando, de “forma lenta, segura e gradual” o deixaram.

No momento aludido, o jornal A União vai dar destaque às notícias e mudanças referentes a esse novo momento, apresentando discursos de intelectuais do período e propagando as ações pedagógicas patrióticas. O enfoque dado à “Revolução” nesse período é bastante perceptível nas páginas do jornal e é possível constatar o objetivo do governo de estímulo e incentivo a uma consciência nacional para a legitimação do novo sistema.

Durante o Regime Militar, o jornal se destinava a (in)formar aquelas pessoas que por algum motivo não dispunham dos acontecimentos da vida política, como também servia de porta-voz do governo, atingindo de forma mais rápida as residências dos paraibanos. As pessoas não se dirigiam à escola ou a outro lugar para aprender como deveriam se comportar ou tomar conhecimento sobre o que acontecia nas ruas. O jornal chegava semanalmente às suas casas ou oficinas. A velocidade na circulação do jornal mantinha acesa a chama do

debate e, além disso, o periódico se destinava indistintamente a todos. Por isso, ele podia prestar a sua contribuição à reforma social almejada pelo governo, como demonstra a figura 7, que trás como manchete principal a notícia de cassação de mandados.

FIGURA 7: Governador ficou surpreso com as novas cassações



Fonte: Jornal A União, 15 de outubro de 1966.

Todavia, ainda em 1964, no jornal, disseminaram-se os discursos de ações do “governo revolucionário” em todas as suas abrangências, inclusive na educação.

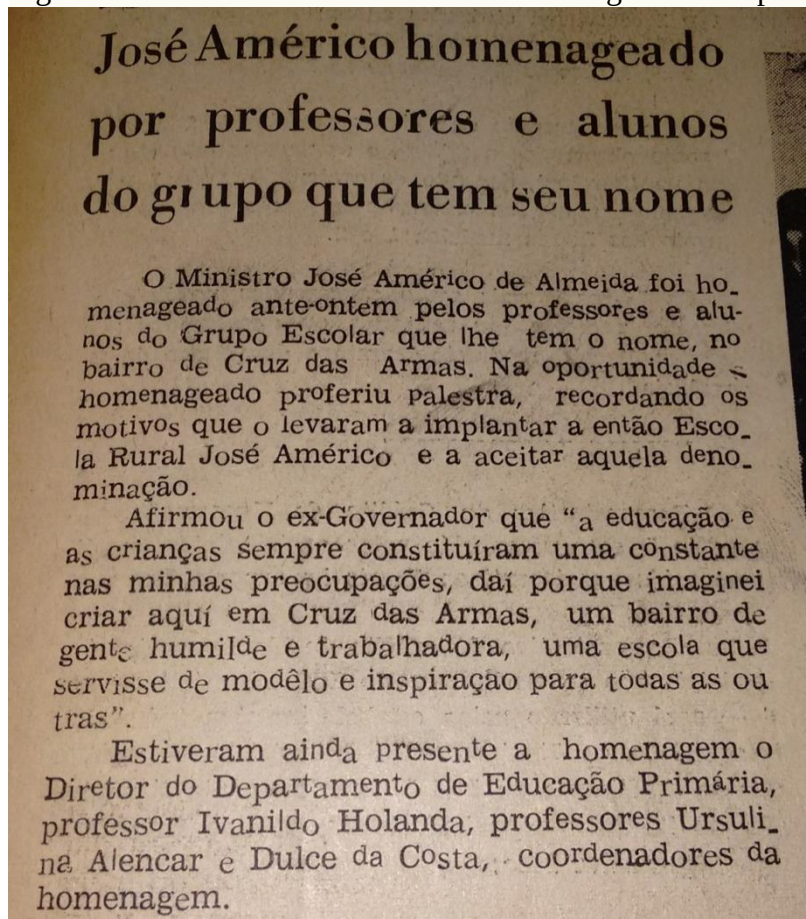
O Esforço cooperativo de brasileiros e norte-americanos na Aliança para o Progresso pretendia construir em três anos, no Nordeste, cerca de 14 mil salas de aula, remodelar 1600, construir 55 escolas normais e centros de treinamentos; edificar 56 centros audiovisuais de educação; e construir 57 escolas industriais. Serão treinados, no mesmo período, cerca de 22 mil professores leigos. Esse programa alfabetizará em três anos, cerca de 600 mil adultos (A UNIÃO, 23 de maio de 1964).

Matérias como essa contribuíram de maneira decisiva para o apoio da população ao novo regime que estava se erguendo, contribuindo também com o imaginário das famílias paraibanas que sonhavam com uma melhoria e mais facilidade de acesso à educação. Notamos também, a contribuição dos Estados Unidos para a consolidação da “revolução”, visto que:

Os secretários de Educação do Nordeste farão viagem aos Estados Unidos, brevemente, sob as auspícias da Agência para o desenvolvimento Internacional (USAID), órgão que coordena a participação norte-americana na Aliança para o Progresso.

Nos Estados Unidos os secretários nordestinos terão a oportunidade de observar o desenvolvimento de programas de educação municipais, estaduais e federal; alfabetização de adultos, educação profissional; e de escolas rurais (A *UNIÃO*, 23 de maio de 1964).

Figura 8 - José Américo de Almeida é homenageado na capital



Fonte: Jornal *A União*, 14 de outubro 1971.

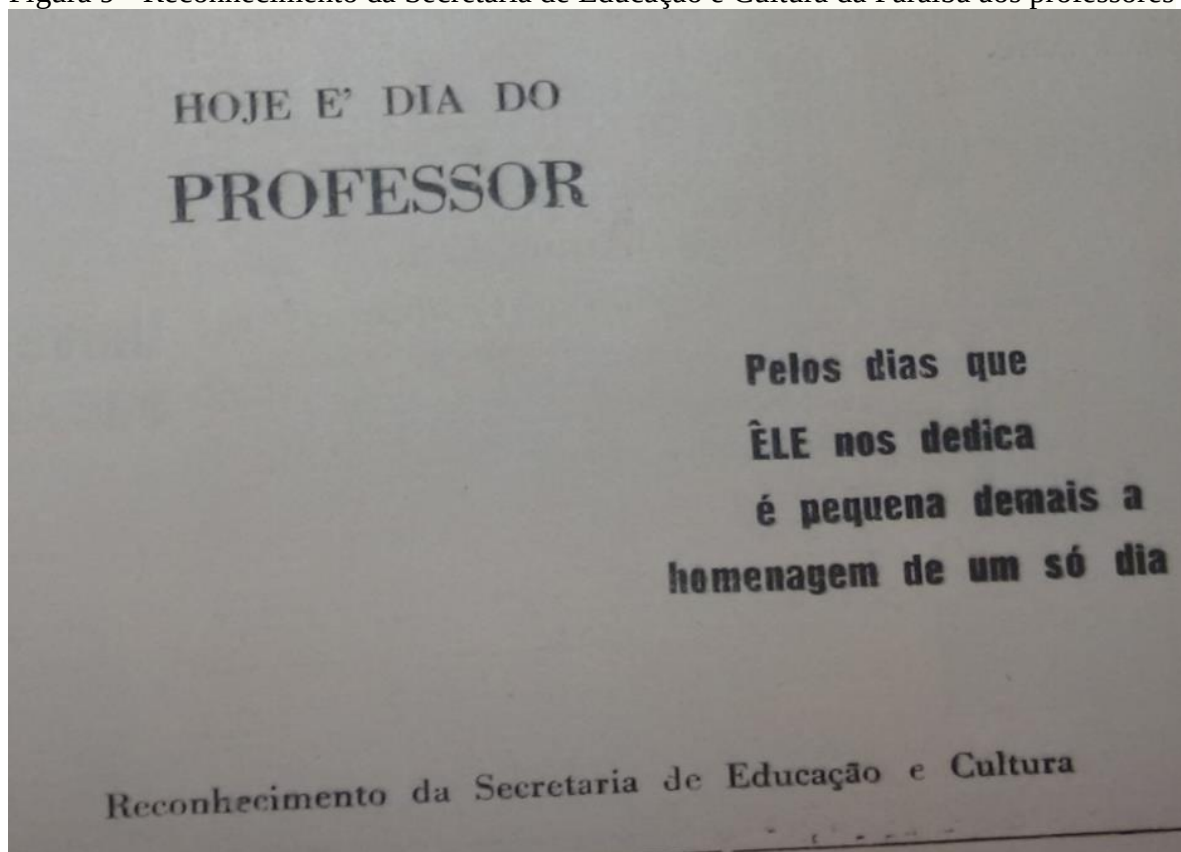
Além de representar o porta-voz do novo governo, o jornal *A União* também trazia notícias e reportagens sobre figuras centrais do cenário político paraibano. Uma dessas figuras foi o ministro, governador e senador José Américo de Almeida³⁶, que constantemente redigia discursos, tanto políticos quanto literários. Salienta-se que nos anos de 1962, 1963, 1964,

³⁶ José Américo de Almeida, escritor e político paraibano, apoiou o golpe que levou Vargas ao poder em 1930, sendo um dos seus principais auxiliares, exercendo o cargo de Ministro da Aviação. Na grave seca de 1932, chegou a ser considerado o salvador do Nordeste. Chegou a concorrer ao cargo de presidente em 1937, mas foi frustrado pelo golpe do Estado Novo de Vargas. Voltou à política em 1950, sendo eleito governador do estado da Paraíba, numa das mais acirradas corridas políticas da história da Paraíba (A *UNIÃO*, 12 de abril de 1950). Depois, elegeu-se senador, e novamente, no governo de Vargas, exerceu o cargo de ministro. Deu apoio ao golpe civil militar de 1964, tornando-se uma das figuras políticas mais importantes do período na Paraíba. Morreu em 1980, em João Pessoa.

1965, 1967 e 1970, nas pesquisas feitas nos acervos da Fundação Casa de José Américo e no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, foram encontradas notas redigidas por José Américo de Almeida e direcionadas aos professores.

Em um dos seus muitos discursos, o Ministro José Américo de Almeida homenageou os professores, fazendo apologia aos seus tempos de infância quando era aluno da professora Julia Leal (A UNIÃO, 15 de outubro de 1966). Nos discursos, buscava-se sempre mascarar o regime autoritário como sendo democrático e participativo, além é claro, de salvacionista, afastando os grandes erros e ameaças do passado. Em seus discursos, José Américo de Almeida, exortava o povo paraibano como de grande potencial, sendo capaz de transformar a realidade do estado com esforço e dedicação (A UNIÃO, 15 de outubro de 1966).

Figura 9 - Reconhecimento da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba aos professores



Fonte: Jornal *A União*, 14 de outubro de 1969.

Apropriando-se desses discursos produzidos com o objetivo de perceber os possíveis diálogos entre as classes dominantes e os professores, destacamos a comparação realizada com os estudos de Vicentini (2002, 2004, 2006, 2009), para perceber que não iremos encontrar notícias falando sobre a situação em que os professores se encontravam no momento, publicadas pelo jornal *A União*, sendo possível essa análise a partir de outros jornais, destacando-se aqueles que não estavam totalmente satisfeitos com o regime.

Assim, artigos ou notas onde os professores podem manifestar indignação, ou reclamar de seus salários ou, ainda, de solicitar melhores condições de trabalho não aparecem no jornal A União. Também não foram encontradas matérias, referentes ao dia dos professores, onde houvesse críticas aos governantes. Desta forma, como órgão do governo, a fonte deste estudo deixa claro que as diversas formas de manifestação contrárias ao regime militar e aos seus interventores não eram impressos neste jornal, sendo o jornal A União apenas transmissor de interesses e discursos ideológicos.

Na verdade, esse silêncio é revelador. Se o jornal oficial não abre espaço para as vozes dos professores é porque eles foram silenciados. Não há diálogo entre governo e a categoria profissional, mas louvores e uma espécie de disciplinamento da profissão. Pollak (1989) explica que o silêncio muitas vezes pode ser interpretado como uma forma de resistência, uma vez que se manifesta diante das diversas formas de opressão que uma determinada sociedade. Assim concordamos que

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p 6).

O silêncio produzido pela opressão costuma fazer com que as lembranças sejam cuidadosamente guardadas, contudo, fica bem mais complexa de ser observada e solidificada. Assim, o silêncio pode contribuir na crítica da realidade ao assumir novas posturas, que as permita uma análise condizente de acordo com os seus interesses.

4 ANÁLISE DAS FONTES: QUAL O SIGNIFICADO DO DIA DO PROFESSOR?

Ao investigarmos os arquivos do jornal *A União* em busca dos discursos referentes aos dias 13 a 17 de outubro entre os anos de 1964 a 1985, a bibliografia sobre os aspectos socioeducacionais do período em que vigorou o Regime Civil Militar no Brasil (1964-1985) e os documentos legais, procuramos conhecer melhor o significado do Dia do Professor e suas representações naquele cenário autoritário e de restrição de direitos.

Em nossa pesquisa, pudemos perceber que na fonte principal, ou seja, o jornal *A União*, poderíamos organizar melhor as notícias, os editoriais, as reportagens e as notas³⁷ de acordo com o contexto histórico do Regime Militar, conforme descrevemos. Entre os anos de 1964 e 1969, encontramos várias, principalmente, notas de diversos segmentos da sociedade, de escolas e associações, como também do próprio sindicato dos professores.

Entre os anos de 1970 e 1978, a grande maioria dessas notas é de cunho oficial. Percebemos também que algumas, trazem uma série de instruções para o professor ser um bom mestre. A organização de festas e eventos nas escolas para comemorar o dia dos professores. São como um guia que o bom mestre deve seguir para conseguir o êxito na sua missão vocacional, como era tratado o professor nesse período.

Entre 1979 e 1985, percebemos o retorno de notícias e matérias que trazem consigo mensagens de insatisfação produzidas pelos professores, como graves e passeadas. Constatamos também nesse período a realização durante o dia do professor dos encontros de professores.

É importante salientar que durante o Regime Civil Militar na Paraíba, o jornal *A União* vai trazer sempre atividades desenvolvidas durante o mês de outubro, como inaugurações de escolas, reformas, aumento salarial, tendo como objetivo mascarar toda a situação de *penúria* que vivia a maioria dos professores do estado. As comemorações eram utilizadas para manipular a opinião da população em relação ao governo e suas ações no espaço educacional.

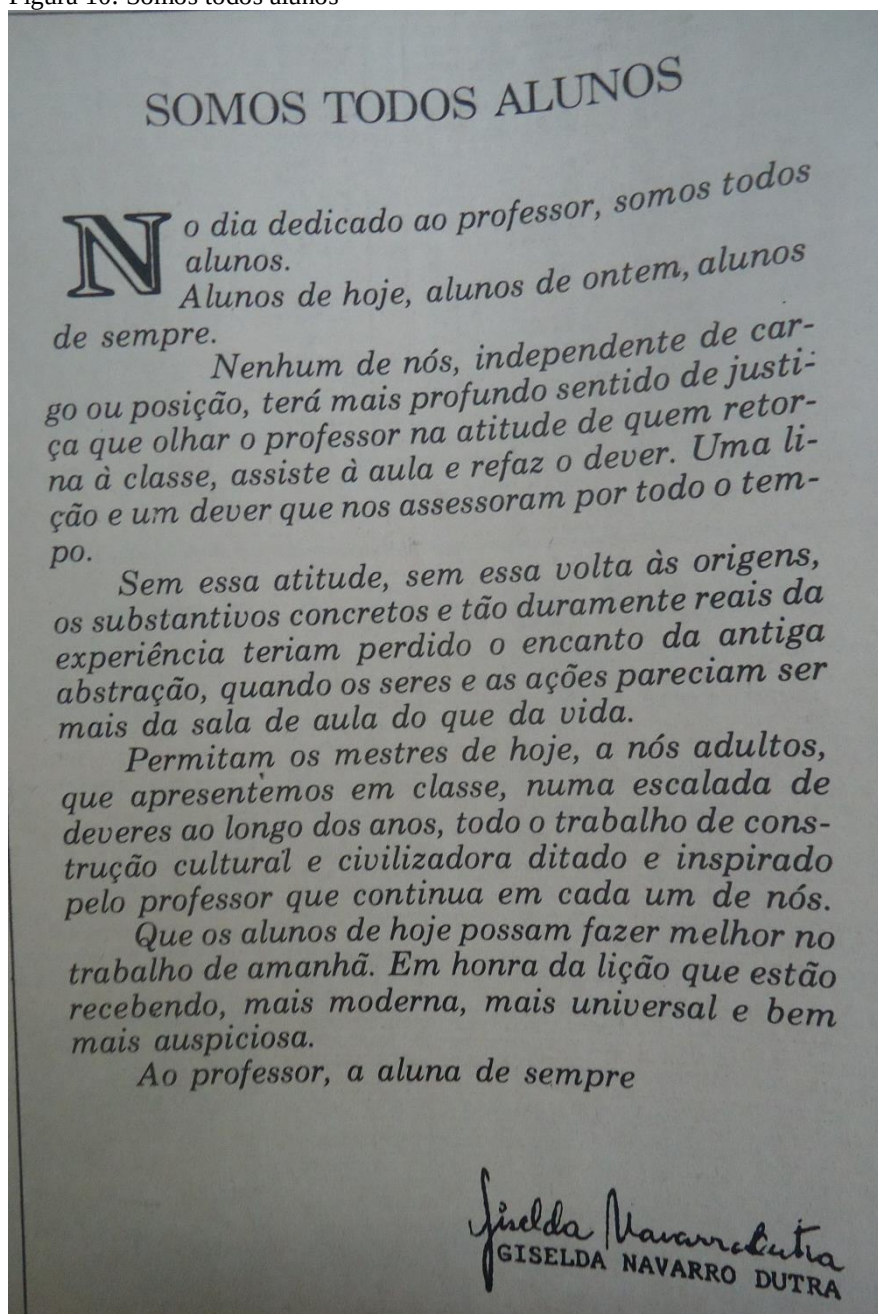
Para Cantini e Silva [s.d.], para além da questão das más condições do magistério, é possível encontrar no conjunto da produção referências caracterizando um quadro de arbitrariedades e *penúria*. A denúncia da autora de *O calvário de uma professora* diz respeito também à atuação do corpo de inspetores, nova categoria profissional à qual cabiam as

³⁷ Para Houaiss (2011) nota é uma notícia breve e concisa de um jornal, enquanto notícia pode ser entendida, também no campo jornalístico como informação a respeito de algo novo ou relatos de fatos veiculados em jornais ou revistas etc.

funções de controle e orientação pedagógica, delegadas pelo Estado que buscava formas de gerir o “aparelho escolar” que, com a reforma do regime militar, estava em expansão.

A proposta deste capítulo é tentar entender como as fontes podem contribuir para desmistificar ou não o professor “passivo” durante o Regime Militar, contrastando com as notícias veiculadas pelo jornal *A União*, durante as comemorações do Dia do Professor.

Figura 10: Somos todos alunos



Fonte: Jornal A União. 14 de outubro de 1982.

Até o presente momento, pode-se perceber que as notícias do jornal *A União* a respeito do Dia do Professor consideram a docência como um verdadeiro sacerdócio. Como esperado,

não traz a realidade da vida dos educadores paraibanos. Para os governantes, seria como se o professor não vivesse, não comesse, não saísse, não precisasse se sustentar. Procuramos compreender como e por que os meios oficiais de comunicação não transmitiam as necessidades dos professores durante o Regime Civil Militar brasileiro e como outros elementos e fontes publicadas em estudos recentes comprovam que muitos professores conseguiram lutar, cada um à sua maneira, contra o sistema político do país.

Figura 11: A Lição do diálogo de Wilson Braga



Fonte: A União, 15 de outubro de 1983.

Compreender esses profissionais que, mesmo calados pelos órgãos oficiais conseguiram continuar lutando por melhorias na condição docente, foi também o objetivo

deste capítulo, interpretando a ausência de “queixas, reclamações, solicitações” durante o dia dos professores, aspectos esses que foram tão comuns em outros momentos da história do Brasil.

4.1 Ressignificação da docência

Com a ascensão do novo regime em 1964, como já dissemos anteriormente, era preciso que houvesse uma nova resignificação do professor. Este deveria passar a ser sujeito ativo do novo processo que estava se consolidando na política nacional.

O docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada concretamente numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos, atitudes, que são possíveis de interpretação e decisão (TARDIF, 2011, p. 49).

Valendo-se de ideias e conceitos que foram transformados em imagens e símbolos incorporados ao imaginário e transmitidos pelos modos de expressão de uma cultura cívica, dentro do jornal *A União*, as festividades escolares tinham como referência básica a comemoração do dia 15 de outubro, facilmente detectando uma mesclagem entre política e cultura, com disseminação de ideias, imagens e símbolos que perpassam a impressão de homogeneidade entre a classe docente e os seus pensamentos ou interesses, transmitindo a imagem do professor patriótico e defensor do regime. Vale ressaltar que, ainda em 1964, o novo regime cassou ou expulsou do magistério todos os professores considerados subversivos ou que tinham tendência a simpatizar com o antigo regime, ou ainda, que defendessem qualquer regime que não fosse o atual (CUNHA; GÓIS, 1985).

Era preciso “criar” um tipo de professor para atender às necessidades do Regime de 1964. Ferreira (1998) identifica o grande número de abandono na carreira docente nos anos 1970, relacionando esse índice justamente com as posturas adotadas pelo governo acerca do comportamento e das posições políticas dos educadores. Mais que “criar”, era preciso resignificar, valorizar a docência.

Durante a pesquisa no jornal *A União*, encontramos poucas notícias referentes à insatisfação popular, visto que existiam naquele momento instrumentos que impediam que a população e principalmente os professores se manifestassem abertamente. Assim, durante os anos considerados de “chumbo”, não vamos encontrar publicações referentes aos sindicatos

(que lançaram publicaram em 1964, 1965, 1967 e 1969), ou dos grêmios escolares, em especial do Estadual de João Pessoa (atual Liceu Paraibano), que todo ano organizava por meio do Grêmio Estudantil vários festejos para seus professores (1962, 1963, 1964, 1965, 1966 e 1968), da Junta Comercial da Paraíba que parabeniza o mestre paraibano em 1965.

Figura 12 - Mestres e servidores agradeceram reajuste



Fonte: Jornal *A União*, 16 de outubro de 1966.

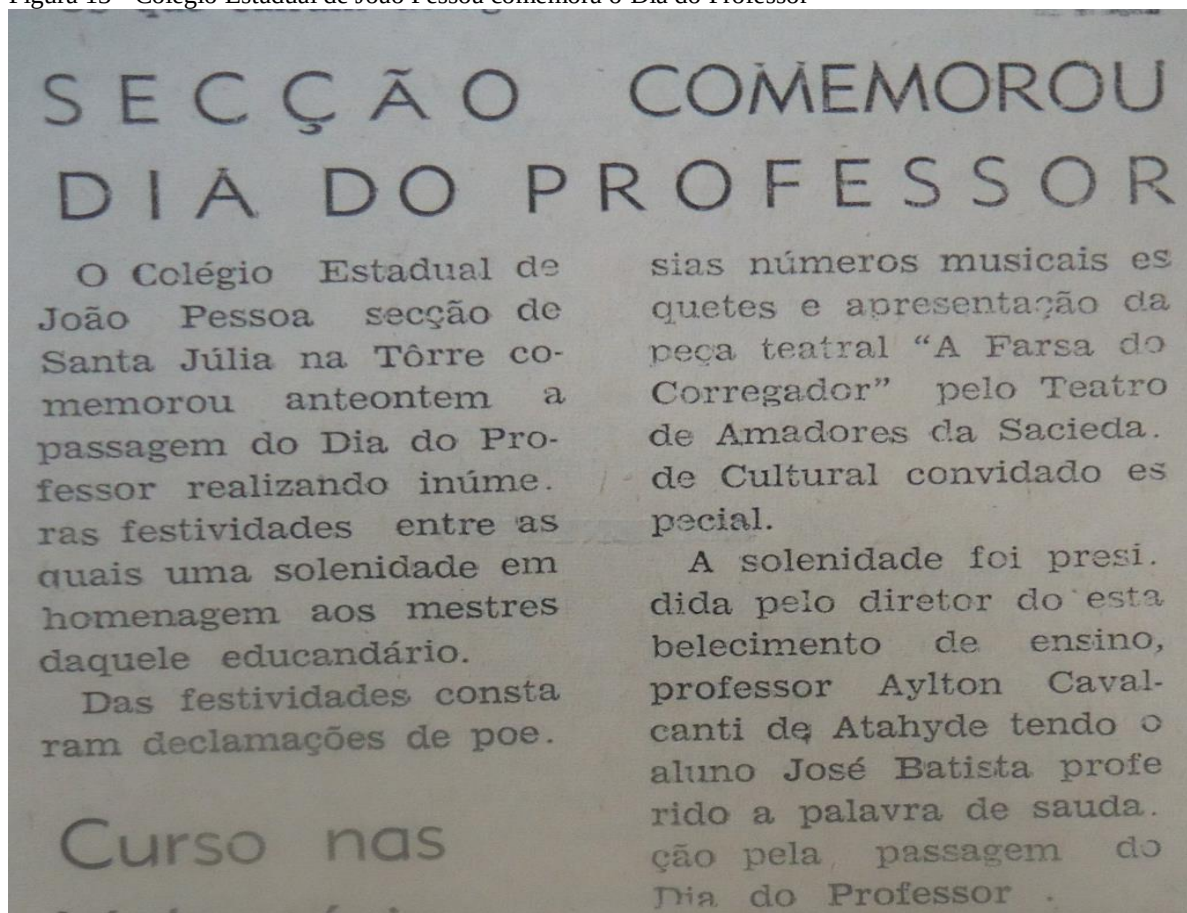
Destacamos que a gratidão dos professores parte de um pequeno grupo de professores que destacam a “equiparação de seus vencimentos aos colegas dos demais Ginásios estaduais” cabendo a indagação do por que da diferença, sabendo-se que era o mesmo sistema de ensino e o mesmo estado.

No mesmo recorte de Jornal podemos perceber que no dia dos professores de 1966, o governador Pedro Gondim ofereceu o “maior aumento” salarial concedido a categoria, que ainda nos faz indagar também que salário esses professores recebiam, e por qual motivo, os professores do grupo escolar Augusto dos Anjos de Mari/PB foram representados por apenas sua diretora, enquanto o Ginásio de Bananeiras tiveram a assinatura de vários professores.

Percebemos, assim, o surgimento da necessidade de criar uma nova imagem do professor ao mesmo tempo em que novas representações deveriam surgir: os professores gratos e o governo prestativo e atencioso com a classe. Ao menos, era isso que o governo esperava: a construção dessas representações iria contribuir para a afirmação de uma

ideologia que valorizava o professor como capital humano, valorizado em sua força de trabalho, profissional importante para as relações entre governo e sociedade civil.

Figura 13 - Colégio Estadual de João Pessoa comemora o Dia do Professor



Fonte: Jornal *A União*, 16 de outubro de 1966.

Fazendo uso das imagens, dos textos, dos discursos, o jornal *A União* contribuía na construção dessa nova “roupagem” dada ao professor, sempre grato aos governantes por tudo de bom que se tem feito pela classe. E como forma de externar tais sentimentos, usaram da data alusiva ao dia de sua comemoração para agradecer e comemorar junto aos familiares e amigos tão importante “vocação”.

4.2 O Dia do Professor como comemoração

Essas manifestações presentes nas páginas do jornal *A União* já descritas neste estudo perpassam por uma mistura de história e narrativa, em que o interesse entusiasmado pelas imagens as torna criadoras de memórias e recordações, de prestígio e de patrimônio (LE GOFF, 1990). A relação entre “passado e presente” ocorre através de uma condição constante

de reorganização do “evento do passado” pelo presente; por isso é preciso ter cuidado nas múltiplas formas que esse passado pode ser enxergado e/ou entendido. Nas palavras de Pollak (1989), a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, podendo ou não definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis.

Analisando nessa perspectiva, precisamos ter a consciência de que as sociedades não exprimem seu passado somente através das narrativas, mas também por meio de outras dimensões que exprimem a mesma vivacidade e que se constituem focos essenciais para a organização da memória coletiva (RIBEIRO, 2009), neste caso, o jornal. Essa resignificação permanente ocorre a partir da apropriação identitária do passado, através de uma variedade de possibilidades e de discursos, como a comemoração do dia 15 de outubro como o Dia do Professor.

A comemoração pode ser entendida como um processo ativo e dirigido da memória coletiva, partindo das visões do presente e se configurando como um poder de integração de sentidos socialmente, de uma reconstrução de uma identidade do evento, que deve ser digna de memória. Sendo assim, essa reconstrução é seletiva, sempre a partir do presente, e, nesse sentido, o esquecimento, também como processo ativo, é constitutivo da comemoração e do seu poder de integração social de sentidos e de reconstrução da identidade do evento (RIBEIRO, 2009).

Michael Pollak (1989) apresenta que os diferentes grupos da sociedade constroem suas memórias coletivas a partir das quais são montadas práticas, ritos, celebrações, comemorações e monumentos. Neste trabalho, a memória coletiva é considerada uma construção social, tornando-se importante para conhecer os processos e os sujeitos que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias, quando nos referimos aos dirigentes do estado, aqui compreendidos como os manipuladores do poder.

Ainda sobre as comemorações, fixar datas no calendário é um ato comumente utilizado, como lembra Le Goff (1990), uma vez que comemorar é relembrar ou alimentar a memória. E como apresenta Ribeiro (2009), “a alteração do calendário pode ser tomada como um exemplo extremo de que controlar o tempo se torna essencial ao poder”. Assim, o rito da comemoração do dia 15 como o dia do professor, ao se tornar festa cívica por meio do Decreto nº 52.682/1963, permite enxergar os discursos retratados nas páginas do jornal *A União*, como uma forma de unidade nacional em torno da figura do professor, aguçando nosso olhar para identificar conflitos e fragilidades que não estavam presentes de forma clara

e direta nas páginas analisadas. Por isso, “comemorar é ter a capacidade de anular ou, no mínimo, de suspender indefinidamente os conflitos” (RIBEIRO, 2009, p. 57).

As diversas formas de comemoração imposta pelos governos civis militares ressaltam a afirmação obsessiva pela ordem e pelo crescimento da nação. As festas, os monumentos, os projetos e discursos produzem afirmações sobre “a alegria de ser professor”, de comemorar o seu dia e a “alegria de servir a pátria”. E assim, nas palavras do jornal *A União*, “consagrando-te o dia 15 de outubro, o poder público considerou dever seu, proclamar e reconhecer teu esforço [...]” (*A UNIÃO*, 16 de outubro de 1966).

Podemos entender que a comemoração busca eliminar o esquecimento, ao mesmo tempo em que desenvolve novos sentimentos de pertencimento e de apropriação. Os usos do passado aqui entendidos podem ser vistos como um campo de tensão entre as diversas forças em disputa no estado, num campo vastíssimo da memória, cruzadas com a comemoração e com o rito, valores e linguagens, práticas e tradições, permitindo pensar o significado que o professor apresenta para o regime civil militar. Essa prática se torna valiosa uma vez que oportuniza momentos preciosos de enxergar a sociedade a partir de novos olhares para a articulação das atividades e expectativas de se construir a imagem do professor.

O que observamos é que o dia 15 de outubro já era comemorado na Paraíba antes do decreto presidencial que instituiu o Dia do Professor, em 1963, com manchetes veiculadas no jornal *A União* e demais imprensas do estado, celebrado pelas autoridades civis e religiosas, por meio de festividades nas escolas.

Essas festas, comemorações e celebrações podem ser associadas aos diversos mecanismos do mito. Aqui, fazemos uma ressalva para o que Ribeiro (2009) apresenta sobre o mito:

Quando inferimos o pensamento sobre o mito, geralmente invocamos uma ideia de falsidade, ficção, enganação ou ilusão, que está ligada aos aspectos religiosos e mágicos. Percebemos a necessidade de abordar, em primeiro lugar, uma concepção de mito, sabendo das limitações que encontraremos para realizar essa tarefa, razão por que recorreremos à explicação etimológica dessa palavra. Temos, aqui, uma definição que nos orienta em relação à narrativa mítica, tirada das experiências gregas, segundo a qual “o mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem, como verdadeira, a narrativa que escutam”. Esses mitos eram distintos em três níveis: o da coisa falada, o da coisa mostrada e o da coisa desempenhada. Entretanto, os três entrariam sucessivamente no rito, tanto na contemplação tranquila de suas palavras quanto em sua recitação (RIBEIRO, 2009, p. 62).

Podemos perceber que o dia do professor como dia de festividade foi utilizado pelo Regime Civil Militar Brasileiro como instrumento de se criar um rito comemorativo, onde as

publicações de aumento salarial, de inaugurações de escolas, de comemorações aos mestres mais antigos faziam parte da construção de um mito ilusionista e ficcionista em relação aos dias dos professores e o tratamento que detinham por parte do governo estadual, como podemos perceber na imagem a seguir.

Figura 14 - Departamento de Educação primária saúda o mestre

Departamento De Educação Primária
Saudação Ao Mestre

MESTRE:

Hoje é teu dia. Todas as crianças anseiam abraçar-te.

Todas as escolas comemoram festivamente na doce diária da tarefa comum. Nesse amplexo, festa e trabalho, tudo que as crianças não sabem externar por palavras, deixam no sorriso manifestar a mais terna carícia, a mais significativa expressão d'alma infantil.

E' o dia do reconhecimento coletivo, pela tua colaboração na obra de levantamento mental, social e econômico no aprimoramento moral das comunidades.

Consagrando-te o dia 15 de outubro o poder público considerou dever seu, reconhecer e proclamar teu esforço e trabalho professor primário.

Tens surpreendido com tua pronta contribuição, com teu devotamento na consecução dos princípios da escola moderna, no emprêgo de novas técnicas para competir no permanente labirinto das civilizações mais atualizadas.

A tua contribuição não deve cessar; cumpre incitá-la, a fim de que, não se apague no teu espírito essa chama de entusiasmo, que tem sido, justamente, a razão de ser da eficiência do ensino na Paraíba e da parcela de progresso que o nosso Estado empresta à Federação Brasileira.

Não podes e nem deves ficar estacionado na arrancada a que te propuseste. Parar seria de novo a rotina que tudo desinteressava tudo anulava.

Continua nas novas diretrizes do ensino, aumenta sempre tua cultura profissional. A tua dignidade de professor vem ser lições cheias de interesse, de vida e de resultado. O teu sacrifício e desconforto é desconhecido aos olhos dos homens, mas mesmo assim, não tens fugido aos compromissos que assumistes antes a sociedade e ao sacerdócio, nem tens negado teu sorriso alegre e a ternura de teu coração às crianças que te confiaram.

Caminha dando testemunhos magníficos de como tratar a criança com amor, respeitar sua personalidade, desenvolver a iniciativa, canalizar e moldar as suas boas inclinações e anular as más tendências.

Coloca-te sempre à altura de tua elevada missão pelo teu preparo intelectual, pela tua educação social e pela concepção humana que tens de teus alunos, para que sejas realmente educador.

Recebe, professor querido, as homenagens que te são tributadas neste dia; recolhe os votos de venturas que formulamos para ti, para que o Mestre dos mestres te inspire e te abençoe na divina tarefa de educar, no mister de construir e transformar a mentalidade humana.

Fonte: Jornal A União: 16 de outubro de 1966.

Voltando a questão sobre a origem etimológica da palavra mito, ela apresenta grande importância, considerando que o interessante aqui é entender o mito como algo vivificado, através da construção de um dia nacional, que é símbolo maior, tornado exemplo a ser seguido, por seu “sacrifício diário”, pelo modo de “fazer as coisas”, de “amar sem medida nossas crianças”, de “superar todos os obstáculos”, de “mostrar a liberdade, a redenção e a justiça como possibilidade de futuro” (A UNIÃO, 1966). Essas ideias foram largamente difundidas, faladas, cantadas e escritas durante todo o regime militar.

O mito em si mesmo, não é uma garantia de ‘bondade’ nem de moral. Sua função consiste em revelar os modelos e fornecer assim uma significação do mundo e à existência humana. Daí seu imenso papel na constituição do homem. Graças ao mito, como já dissemos, despontam lentamente as ideias de realidade, de valor, de transcendência. [...] Os mitos, em suma, recordam continuamente que eventos grandiosos tiveram lugar sobre a Terra, e que esse ‘passado glorioso’ é em parte recuperável. A imitação dos gestos paradigmáticos tem igualmente um aspecto positivo: o rito força o homem a transcender os seus limites, obriga-o a situar-se ao lado dos Deuses e dos Heróis míticos, a fim de poder realizar os atos deles. Direta ou indiretamente, o mito ‘eleva’ o homem (ELIADE 1998, p. 128).

Era preciso criar uma relação pessoal, de confiança, de cumplicidade entre o governo, nas esferas municipais, estadual e federal. O meio encontrado e escolhido para isso foi o jornal *A União*, que passou a contribuir de maneira decisiva para essa mitificação da comemoração do Dia do Professor.

O Brasil havia mudado após o golpe de 31 de março de 1964, era preciso reconstruir muita coisa e ao mesmo tempo era necessário esquecer outras. Muita coisa deveria ser ensinada. Damatta (1997), tratando da comemoração do carnaval adverte, que

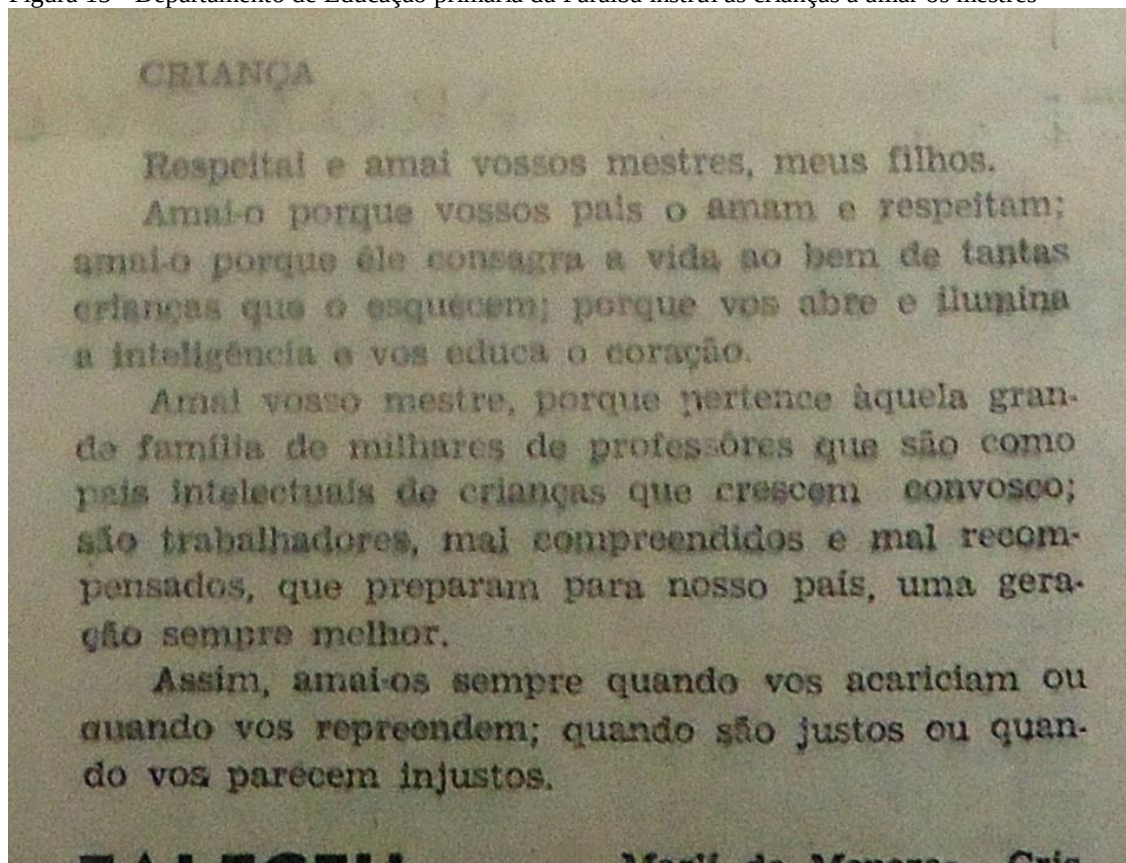
[...] toda a sociedade deve estar orientada para o evento centralizador daquela ocasião, com a coletividade “parando” ou mudando radicalmente suas atividades. Um sinal típico dessa centralização e consequente sincronia de atividades é que os rituais nacionais implicam sempre um abandono ou “esquecimento” do trabalho, seus dias sendo feriados nacionais (DAMATTA, 1997, p. 46).

O apontamento dirigido ao carnaval por Damatta (1997) também pode ser direcionado para outras comemorações, como já havia afirmando Le Goff (1990). Era preciso dar nova roupagem ao que era velho, dessa forma, as comemorações passam a ocorrer, uma vez que o ato festivo e comemorativo surge então como uma forma de mantermos esses episódios na memória ativa das pessoas.

É preciso criar novas comemorações, para dessa forma, antigas entrarem no esquecimento, com individualidades organizadas em coletivos. Assim, o dia do professor, que

já ricamente elaboradas pelo sua função social, ou pelo menos, pelo desenvolvimento de suas atividades diárias, corrobora para a criação desse instrumento de registro cívico e representativo.

Figura 15 - Departamento de Educação primária da Paraíba instrui as crianças a amar os mestres



Fonte: Jornal *A União*, 16 de outubro de 1966.

As memórias veiculadas no jornal *A União* formam um conjunto revelador, uma vez que apresenta a criação de uma comemoração que encobria relações sociais, políticas e econômicas divergentes e muitas vezes contrárias que a maioria da população da época desconhecia. Assim, a veiculação de frases como “amai-vos sempre quando vos acariciarem ou quando vos repreendem” (A UNIÃO, 1966) pode assumir um significado mais amplo, como por exemplo, relacionar a figura do mestre com a do Estado, ou da nação autoritária. É preciso amá-la sempre, tanto nos momentos de euforia e crescimento econômico ou em momentos de repressão.

Sobre a mesma citação, podemos fazer uma comparação com a frase propagandista e ufanista utilizada durante os anos de chumbo pelo Presidente Médici, que dizia “Brasil: ame-o ou deixe-o”. É o dia do professor utilizado para ressoar as mesmas palavras ufanistas de amor a nação, representadas paralelamente com o “respeitai e amai vossos mestres meus filhos”. Em um trocadilho de palavras, seria “respeitai e amai vosso governo”.

4.3 Representações sobre o Dia do Professor no jornal *A União*

O jornal *A União* reproduz uma imagem que o próprio Estado militar escolheu para que se fosse produzida: um professor grato, vocacionado, feliz com as “bondades” que o novo governo está produzindo na sociedade.

O autoritarismo acertou de forma marcante os professores que foram vítimas constantes do sistema, criando para os próprios uma representação identitária, como apresenta Dalpiaz (2008) que analisa a identidade formada pelos professores no município de Campo Grande - MS, durante o Regime Civil Militar brasileiro. Assim, as identidades dos professores desse período foram criadas a partir das necessidades do governo que se instalara em 1964.

Fonseca (2004) relembra que o governo passou a controlar todos os aspectos sociais do professor, inclusive até mesmo o que ele ensinava.

Com o golpe militar de 1964, o Estado passa a se preocupar com a necessidade de revigorar o ensino de educação cívica sob a ótica da doutrina de Segurança Nacional, e como contrapartida houve a descaracterização e o esvaziamento do ensino de Ciências Sociais e Humanas nas escolas de ensino fundamental, médio e superior. Como não lembrar de EMC, OSPB e EPB7 neste período? (FONSECA, 2004, p. 370).

Como já fora tratado anteriormente, o ensino de moral e cívica objetiva não só doutrinar o aluno, mas também o professor. Seria a manipulação para alcançar seus objetivos.

Para Dalpiaz (2008),

Na verdade, continuava a repressão, só que agora, com a preocupação de deixar transparecer alguns cuidados com o respeito aos Direitos Humanos. Com grande número de opositores eleitos, o Congresso passa a ser um lugar de denúncias contra as violações de Direitos Humanos. Só que as cassações de mandatos continuam entre o período de janeiro a abril de 1976 (DALPIAZ, 2008, p. 25).

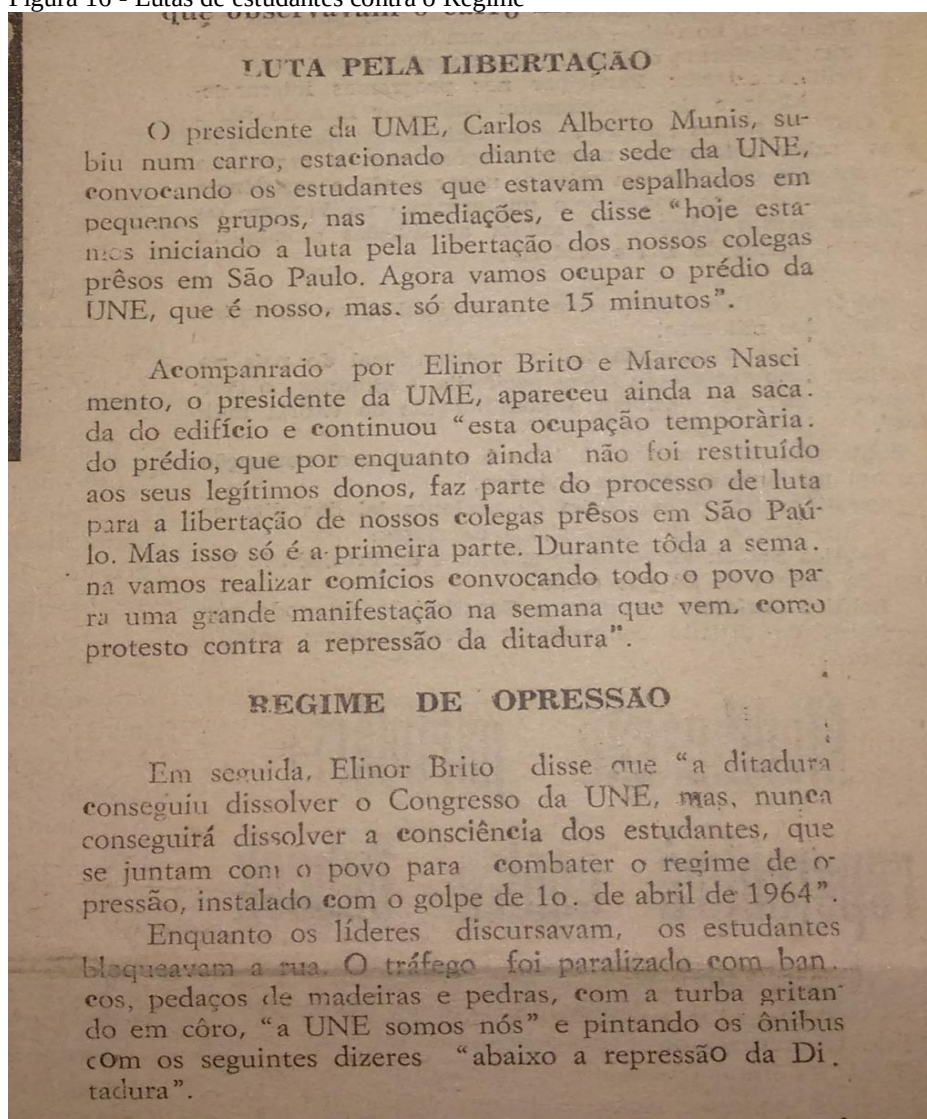
Como partimos do pressuposto que o dia do professor foi uma construção para iludir a população a respeito dos verdadeiros ideais autoritário do Regime que se implantou no poder em 1964, com a associação de interesses em as classes detentoras do poder e os seguidores de Goulart, percebemos que as comemorações cívicas do período possuíam um caráter “transparentório”, ou seja, era só para demonstrar que as coisas iam bem, quando na verdade, a perseguição, as cassações, as torturas e as violações dos direitos humanos continuaram.

Para diminuir o impacto das denúncias que apareciam, ocorre a remodelagem do sistema educacional e as festividades começam a ganhar destaque, como afirma Silva (2011)

em sua dissertação de mestrado que trata das festas escolares e comemorações cívicas durante o governo do presidente Vargas, na Paraíba, com o objetivo de “orientar os professores do Estado em tudo que se refere aos diversos problemas educacionais da Paraíba” (SILVA, 2011 p 20).

Contudo, o ano de 1968 foi marcado por uma série de atividades e protestos contra o Regime Civil Militar, visto que o presidente Castelo Branco prometeu no seu discurso de posse devolver o poder aos civis (CHAGAS, 2014) (FICO, 1999). Fato, como se sabe, não aconteceu.

Figura 16 - Lutas de estudantes contra o Regime



Fonte: Jornal A União, 17 de outubro de 1968.

Assim, para o governo militar, a educação deveria ser usada para ajudar no desenvolvimento (fornecedora de mão de obra qualificada) do país e também como

demonstração de que o novo regime político priorizava a educação no sentido de que o país estava no caminho do desenvolvimento. Dalpiaz (2008) revela que a propaganda oficial vinha ao encontro do desejo do novo governo, pretendendo através do ensino criar novos hábitos de consumo e mão de obra de baixo nível de qualificação.

Dentro dessa perspectiva, podemos perceber que o jornal *A União* apenas reproduzia o que era necessário para os detentores do poder, estando ainda sob a tutela dos órgãos de segurança e vigilância do governo, como o Departamento de Propaganda.

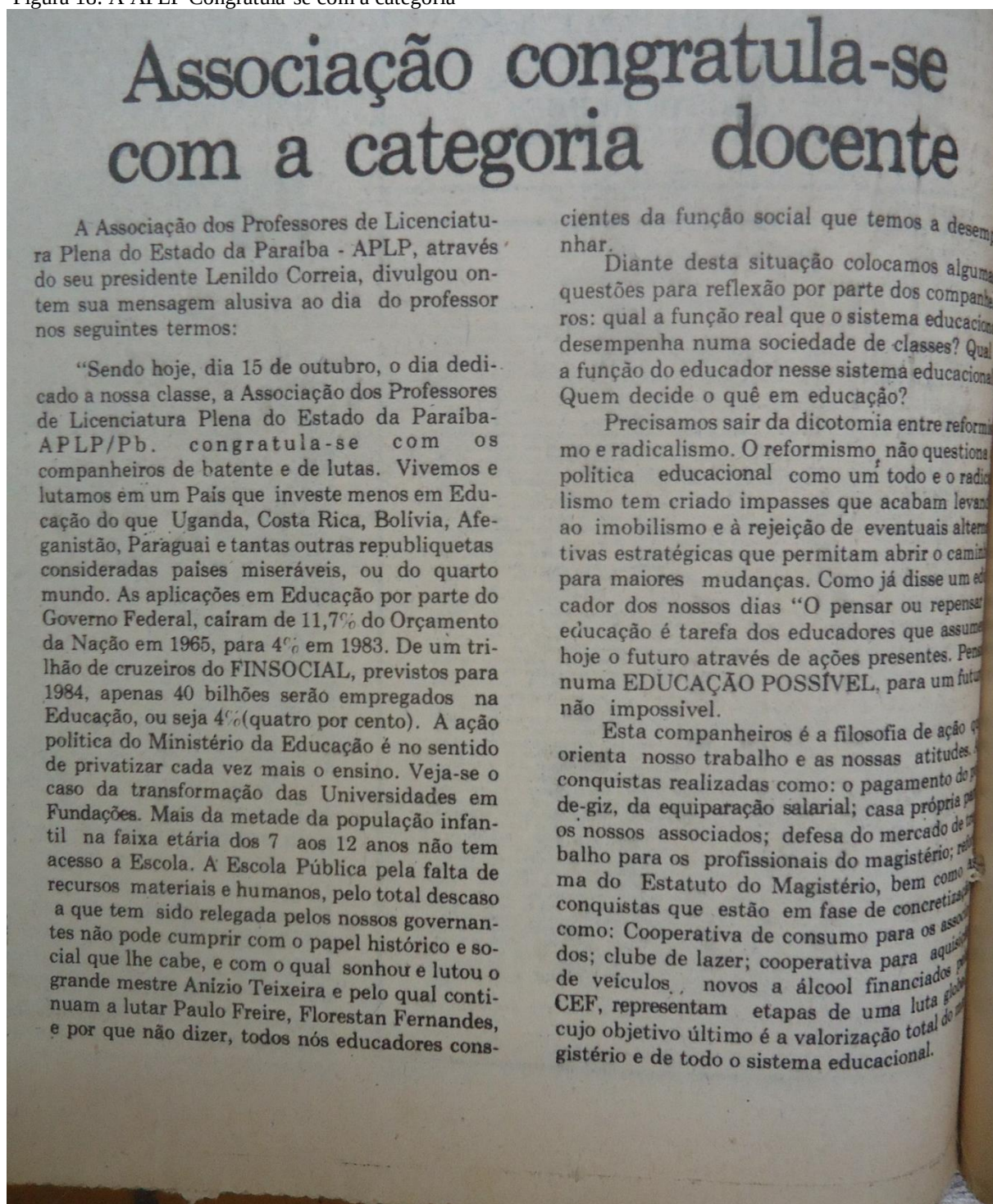
Figura 17: A mensagem do Governador aos professores



Fonte: *A União*, 15 de outubro de 1983.

Contudo, os professores não estavam sozinhos e contaram com o apoio de muitos estudantes que lutaram contra o regime pós-1964. As diversas manipulações já começavam a deixar de esculpir o professor. Havia agora um grupo, principalmente, formado pelos alunos da União Nacional dos Estudantes (UNE), a Associação de Professores de Licenciatura Plena da Paraíba que lutariam pela reabertura política.

Figura 18: A APLP Congratula-se com a categoria

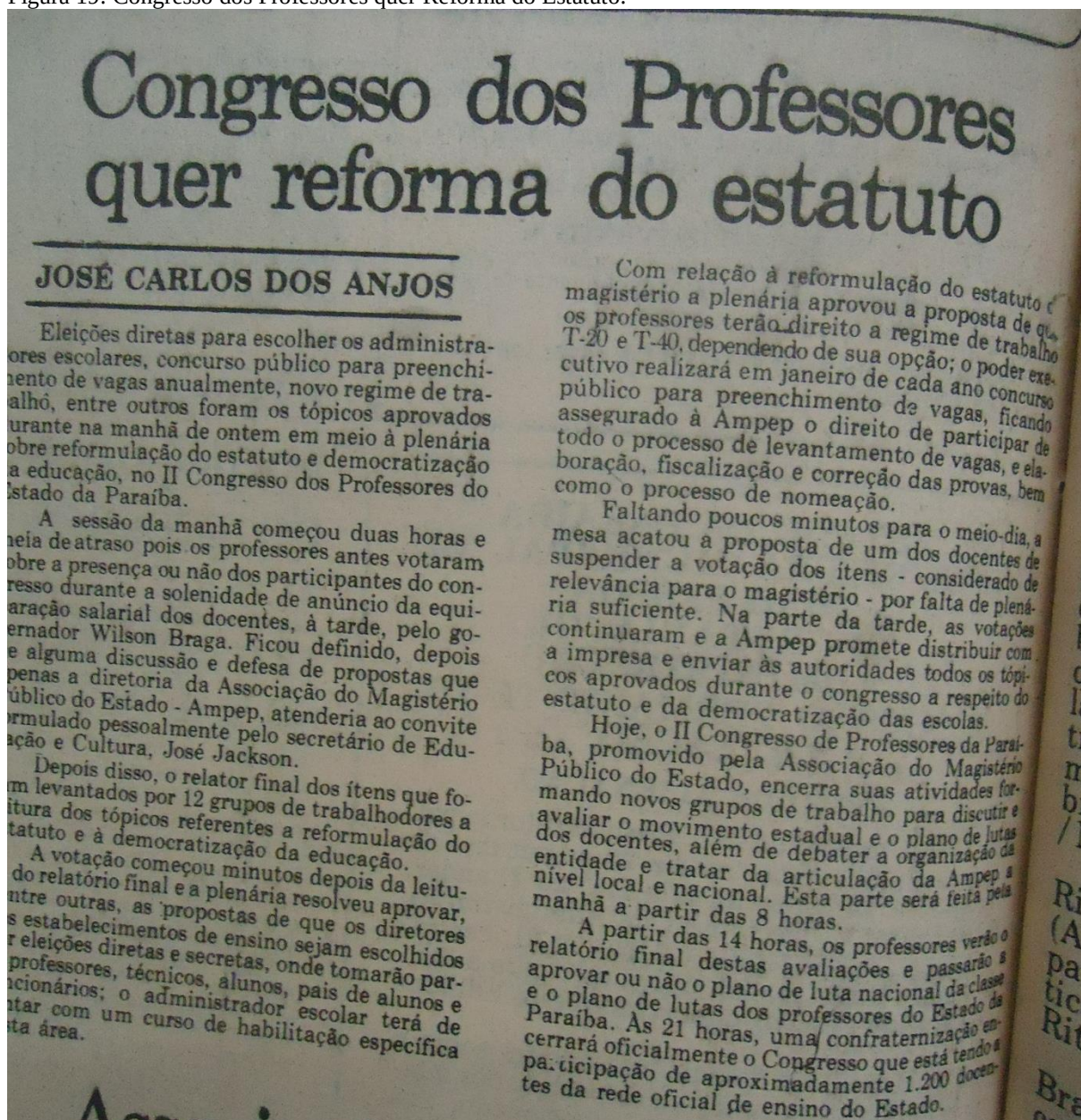


Fonte: Jornal A União, 15 de outubro de 1983.

As notícias, reportagens e notas referentes ao último período, que apresentam alguns posicionamentos dos professores, o que já é possível devido ao cenário de abertura política em que o país se encontrava. Abre-se, então, espaço para a construção de novas representações sobre o profissional docente. Ele é aquele que reivindica melhores condições de trabalho e uma posição na sociedade.

Podemos perceber posicionamentos mais críticos em relação ao estado que se encontra a educação, através das notícias de greve que assolam o jornal oficial do estado, como também percebemos que o próprio governo começa a reconhecer.

Figura 19: Congresso dos Professores quer Reforma do Estatuto.

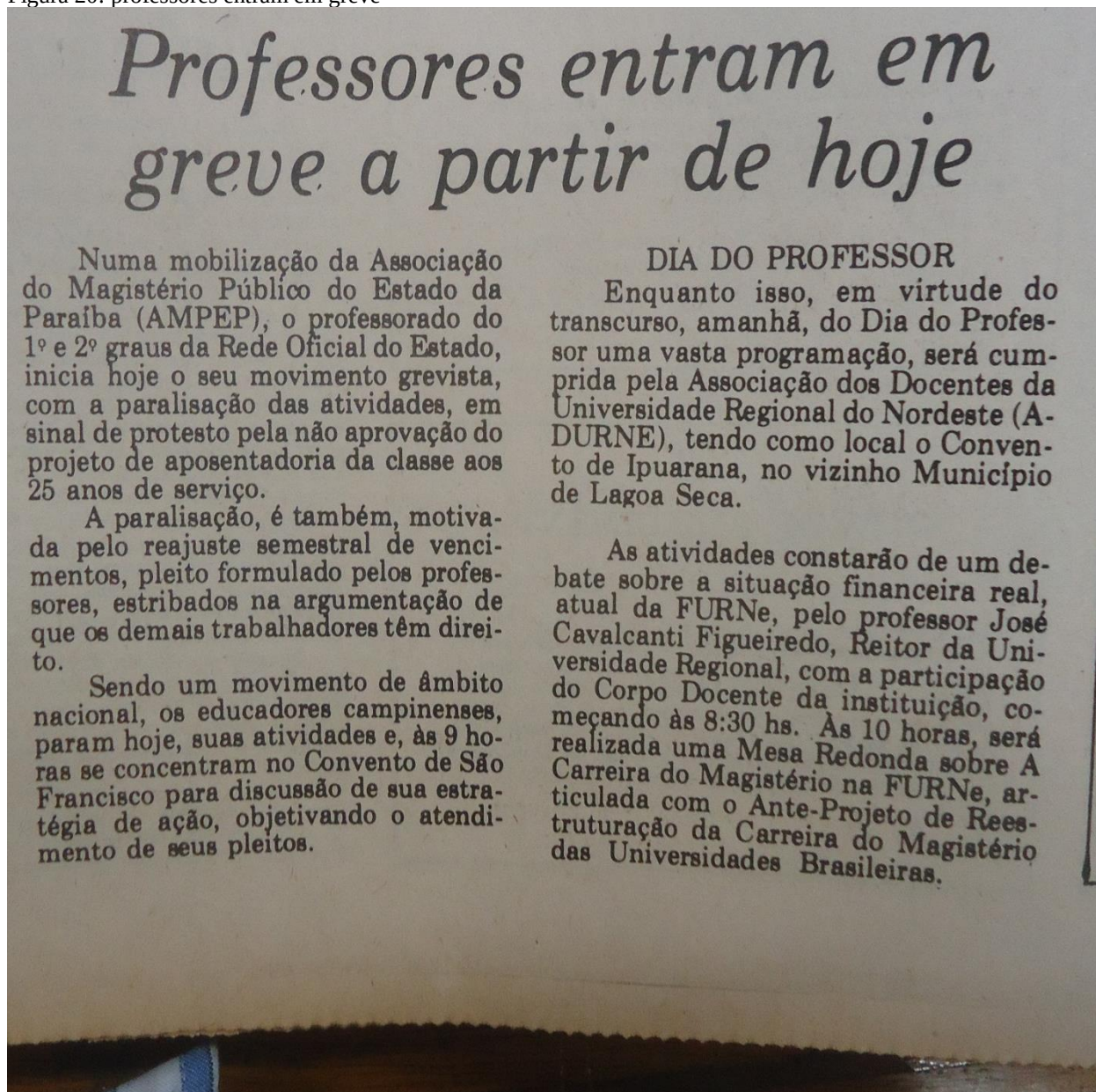


Fonte: Jornal A União, 15 de outubro de 1984.

Outro fato interessante é a solicitação feita pelos professores para eleições diretas para os diretores escolares, reacendendo as discussões que foram levantadas anteriormente, quando nos referimos que os diretores escolares podem interferir nas relações de poder dentro da escola, como também, de uma forma ou de outra, contribuir para a transformação da memória coletiva e indenitária dos docentes.

Com o processo de abertura política iniciado nos fins dos anos de 1970, aqui na Paraíba a classe docente inicia seu processo de organização para melhorias salariais e equiparação salarial entre todos os docentes e os funcionários de nível superior.

Figura 20: professores entram em greve



Fonte: Jornal A União, 14 de outubro de 1984

Os professores paraibanos buscavam a melhoria de suas condições de vida e, prevendo o fim do regime militar, diante da primeira eleição, mesmo sendo indireta para o ano de 1985, podemos perceber que a sociedade civil já começava a se organizar em busca de suas melhorias. Vale ressaltar que esse movimento grevista não seria aceito durante o percurso em que os militares estavam no poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reveladoras e relevantes são as descobertas em torno dos diversos significados sobre o Dia do Professor. Ao revelar suas origens e os estudos que foram desenvolvidos em torno da temática, as possibilidades de olhares se ampliam, contribuindo tanto para dar um novo significado ao dia 15 de outubro, como para “resgatar” as diversas formas de comemoração que existiam antes do golpe civil militar de 1964.

É relevante também entender como a máquina construída pelos golpistas de 1964 conseguiu chegar a todos que formavam a sociedade brasileira, chegando inclusive às escolas, através de conjuntos de leis e decretos que passariam a controlar a vida de professores e estudantes, submetendo todos ao temor de ser considerado subversivo.

As vinculações com o contexto econômico, político e social explicam as incoerências entre os objetivos educacionais proclamados, além do encaminhamento das propostas de efetivação das medidas legais, tal como alerta Xavier (1980), que observa que tais incoerências foram resultados das relações entre as condições objetivas e a efetivação. Geralmente, as medidas no Brasil ficam somente no “papel”, sendo que a legislação educacional interessantes projetos não foi colocada em práticas, ora por motivos econômicos, ora por motivos políticos, ora por motivos sociais. As manobras das classes dominantes, presentes desde a organização do Estado brasileiro, que tentavam impor e ao mesmo tempo dissimular sua dominação nunca permitiram que as legislações aprovadas alcançassem quem realmente precisava.

Neste sentido, nos sentimos preocupados em entender como se comportou o estado perante a Educação Nacional, nos dirigindo até a Lei de 15 de outubro de 1827, buscando compreender se haveria relação com o dia do professor. Não obstante, percebemos que essa lei surgiu basicamente do interesse de deputados e senadores que desejavam uma nação forte e desenvolvida, que pudesse concorrer com os demais países da época.

Assim, nos estudos desenvolvidos, não conseguimos detectar nenhum documento ou, como aponta Xavier (1980), nenhuma relação direta da lei das Primeiras Letras com o desenvolvimento social. Foi uma lei criada visando a melhoria econômica do país. Outro ponto interessante salientar é que para um país se desenvolver, até aqui no Brasil Oitocentista, já se sabia que essa transformação deve passar pela educação.

Ao analisar a lei supracitada, também percebemos que se leva em consideração o ordenamento salarial dos professores, tendo uma equiparação salarial entre todos os docentes

do país, não distinguindo os professores dos grandes centros urbanos dos demais professores, realidade esta que será muito diferente, como vimos no último capítulo deste trabalho.

Ainda conseguimos entender que o dia 15 de outubro foi escolhido para a promulgação da lei em virtude de ser a data dedicada a Santa Teresa D'Ávila, considerada a protetora dos professores, sendo primeira Doutora Igreja Católica, como também uma grande educadora. Esse foi o principal motivo da data ser escolhida como dia do professor.

A legislação educacional no Brasil pode ser encarada como um grande divisor de águas, uma vez que sempre tivemos leis consideradas como “a frente de seu tempo”. Contudo, desde o período imperial, essas leis nunca foram cumpridas na prática. Todavia, foram e ainda são as grandes responsáveis pela construção social dos docentes, uma vez que são nelas que eles se baseiam antes de iniciar a carreira docente. Sem as leis educacionais não se tem professores ou se tem, não são parte do sistema organizacional.

No Brasil, é praxe ter um dia dedicado a cada profissão. Com os professores não poderia ser diferente. E desde o século XIX, a data já havia sido escolhida: 15 de outubro. Vicentini (2009) demonstra nos seus estudos que a campanha para oficializar o dia 15 como dia do professor se iniciou no Rio de Janeiro, através do sindicato dos professores do Rio de Janeiro, se estendendo para outros estados, principalmente São Paulo.

A incessante luta dos sindicatos e de algumas figuras públicas fez com que esses estados, ainda na década de 1950, oficializassem o dia dos professores como o dia 15 de outubro. Diante da pressão dos sindicatos, dos professores em si e observando o posicionamento dos estados da federação, o presidente João Goulart oficializa através do decreto 52.682/1963 o dia 15 de outubro como feriado nacional escolar dedicado aos professores.

De acordo com as pesquisas realizadas no jornal *A União*, durante o regime civil militar, os governantes ou membros/representantes do governo, no mês de outubro, publicavam notas e discursos homenageando e parabenizando os professores, contribuindo através da imprensa para a produção de sentimentos coletivos de zelo e respeito aos professores. Constatou-se também que em alguns anos as manchetes chamam mais a atenção para essa data do que em outros. Essas fontes serão confrontadas com a legislação educacional da época.

O que seria uma data para comemorar o dia do professor, para protestar contra as diversas situações de precariedade que se encontrava o país, em relação ao tratamento dado a educação, se tornou a partir de 1964 uma data alusiva aos militares, como um dia dedicado ao encontro do poder público e a categoria docente.

Durante o período em que os militares ocuparam o poder no Brasil, ou seja, de 1964 a 1985, o dia 15 de outubro foi transformado numa data simbólica, caracterizada pela oficialização das comemorações. Neste sentido, o jornal *A União* se caracterizou como o principal porta-voz das ações alusivas a tais comemorações.

Diante dos constantes embates entre os governos militares e a classe docente, podemos perceber o cuidado que estes tiveram com os professores, como foi abordado no capítulo II deste estudo. Muitos docentes foram expulsos, aposentados, presos e até exilados do país, afastando a ameaça subversiva da classe.

A pressão por qual passaram os professores desse período ficou marcada em suas memórias e na construção da própria identidade como professores e professoras. Para uns, a perseguição e a luta contra o regime contribuiu para unir, como uma nova forma de enxergar o mundo e o país, e para outros, o regime serviu de progressão salarial, cada qual de acordo com os interesses em jogo.

Neste sentido, as falas que não são demonstradas nas páginas do jornal *A União* demonstram que os professores na sua grande maioria, não ficaram omissos na luta contra o regime Civil Militar implantado em 1964. Ao seu modo, cada qual lutou para defender suas ideias e suas propostas.

O dia 15 de outubro pode assim ser entendido de duas formas: uma oficial, organizada pelos diretores escolares, a qual me referi no início desse estudo e a qual faz parte de minhas memórias. E uma segunda, caracterizado pela luta por melhorias, pela defesa de ideais e de posturas não oficiais contra o regime militar. Essas últimas, não estão descritas no jornal *A União*.

Com a abertura política ocorrendo nos anos 1980, percebemos essa segunda propositura, no momento que encontramos notícias e notas sobre greves acontecendo no Estado, e com o discurso oficial do Governador Wilson Braga, afirmando que a “categoria merece Respeito” (A UNIÃO, 15 DE OUTUBRO DE 1984).

O próprio governador ainda desconstrói a ideia de que os professores viviam em boas condições, como propagandas anteriores veiculavam, uma vez que ele afirma em 14 de outubro de 1984, que “melhor que enaltecer essa grande missão...é diminuir o sacrifício” num atesto confesso de que a situação e as greves por melhores condições salariais que estavam despontando no período não eram, somente, luta por melhores salários, mas luta por melhores condições de vida.

Na mesma reportagem, a confissão do governador sobre o caos educacional da Paraíba continua ao afirmar que “num país onde as necessidades elementares de instrução rivalizam,

em prioridade, com necessidades básicas de subsistência, as palavras ao professor devem ser tão práticas e circunstanciais quanto a sua realidade de pobreza”, em um exato momento em que os docentes estaduais da Paraíba entram em greve após vinte e um anos de regime autoritário.

Figura 21: Governador Wilson Braga comemorando com os professores



Fonte: Jornal A União, 14 de outubro de 1984.

A fala e o discurso do governador Wilson Braga diverge muito da realidade contestada pelos professores que estão em “greve por melhores condições de trabalho” (A UNIÃO, 15 de outubro de 1984). A matéria de capa ao trazer o governador em meio a uma multidão de professores e bajuladores, representa que o regime civil militar iniciado em 1964, mesmo estando nos momentos finais de existência, ainda possuía muito prestígio entre a população, principalmente, entre a classe média (GASPARI, 2014d).

Sair em fotografia ao lado de professores e funcionários do magistério estadual, além de ratificar várias vezes a importância da docência para o desenvolvimento e para a superação de problemas crônicos em que a sociedade brasileira vivenciava, como o desemprego e a miséria, favorecia a discussão sobre a necessidade de greve por parte dos educadores, dividindo a opinião da população e propositalmente, enfraquecendo o movimento.

Além de demonstrar o “caráter social” de seu governo, no mesmo discurso, transcrito na íntegra no dia 14 de outubro, chamado de “A palavra e o ato”, o governador “recomenda

estudos para regularizar os professores contratados”, além, é claro de dar aumento salarial, e o pagamento inédito do 13º salário. Assim, o 15 de outubro de 1984 ficou marcado não somente por palavras, mas por atitudes concretas que beneficiavam a classe docente. Contudo, ressaltamos, que durante nossa pesquisa não foi encontrado nenhuma reportagem no jornal *A União* que tratasse de progressão salarial durante todo o Regime Civil Militar no Brasil.

Figura 22: A Palavra e o Ato

A PALAVRA E O ATO

Meu caro Professor.

Não será hoje, a pretexto do seu dia, que iremos escolher palavras e falar uma linguagem diferente da que nos habituamos, em trinta anos de vida pública.

Melhor do que enaltecer essa grande missão, numa retórica de pouco efeito, é diminuir-lhe o sacrifício.

Preferimos, por isso, as palavras da nossa lealdade. Do povo que precisa de pessoas habilitadas para o seu fortalecimento; do universo de crianças, jovens e adultos, que esperam do aprendizado o grande instrumento de libertação; e do professor, a quem não podem faltar as condições físicas e espirituais para um exercício livre e digno da atividade profissional.

Num País onde as necessidades elementares de instrução rivalizam, em prioridade, com as necessidades básicas de subsistência, as palavras ao professor devem ser tão práticas e circunstanciais quanto a sua realidade de pobreza. Por isso, somos mais de pagar do que de dever, com o compromisso de nada prometer, anunciar ou legislar, que não possa cumprir.

Aí está o Estatuto do Magistério, com benefícios e vantagens previstos e aprovados desde 1981, e somente agora cumpridos. O Pó de Giz, um estímulo que se tornou efetivo em meu Governo.

Estamos incorporando a gratificação de nível superior aos vencimentos do professorado.

A partir deste mês, vamos implantar, em escala gradativa, a vantagem da ascensão funcional, de modo a que esteja concluída até fevereiro de 1985.

Será estendida, aos professores empenhados no trabalho de alfabetização, a gratificação já concedida aos que atuam em educação especial.

Afora os benefícios a serem concedidos, a partir

deste mês, o atual Governo já atendeu à classe com uma média de aumento salarial em torno de 400 por cento.

Agora, recomendamos estudos para efeito de regularização dos professores contratados em caráter de emergência.

Este ano, o funcionário público da Paraíba receberá, pela primeira vez, o 13º salário; tanto pela justiça da vantagem como pelo compromisso de campanha.

Em 1985, vamos partir para a abertura de novas vagas, envolvendo a faixa etária de 7 a 14 anos, ampliando-se, assim, o percentual de escolaridade existente. Daí porque gostaríamos de lembrar aos amigos professores que é necessário pensar igualmente no aluno, cujo atendimento constitui dever do Estado.

As quatro primeiras séries do 1º grau estão recebendo novo tratamento, num esforço para se reduzirem os índices de evasão e repetência. O adulto também é prioridade. Ele será motivado a ler e escrever, libertando-se do analfabetismo e preparando-se para melhores alternativas de trabalho.

Prosseguiremos na ampliação e melhoria da rede física escolar, não só construindo, mas sobretudo recuperando e restaurando o patrimônio público.

São as palavras que reservamos, hoje, ao professor, nas comemorações do seu dia, convencidos de que a valorização da classe dispensa a frase de efeito, as palavras meramente votivas ou as promessas pendentes.

Aqui a palavra é ato. É condição para uma vida menos difícil e mais digna da missão de que tanto dependemos.

Mercê de Deus, será assim até o final deste Governo.

WILSON BRAGA
Governador

Fonte: Jornal A União, 14 de outubro de 1984.

Por fim, as reportagens do jornal *A União* demonstram que a década de 1980 foi agitada por mudanças políticas e econômicas, causando uma reviravolta dentro do sistema. Sendo que o autoritarismo político está com seus dias contados, o dia do Professor passa a ser encarado como o dia oportuno para as reivindicações das classes, para protestos e anúncios de posições contrárias ao governo.

Todavia, a data também pode ser entendida como o dia de medidas benéficas ao magistério, além de contar com o posicionamento de políticos aos meios populares, participando de eventos organizados por entidades particulares, como demonstram as figuras 19 e 20. Com a abertura política, foram necessários novos posicionamentos e novos discursos para a sociedade e para os professores.

Por fim, este estudo abre possibilidades de vários outros, relacionados com a temática, visto que o tempo não foi suficiente para abarcarmos aqui. Gostaríamos de salientar, por exemplo, que não tivemos oportunidade de conhecer as ações desenvolvidas pelos professores associados da Associação de Professores de Licenciatura Plena da Paraíba – APLP e do Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras da educação da Paraíba – SINTEP/PB. Não foi possível também analisar as notícias e notas em outros jornais do Estado no mesmo período.

Também não tivemos a chance de analisar como surgiu o dia dos professores no estado da Paraíba, em suas primeiras comemorações, como já demonstramos aqui, que em 1962, o grêmio estudantil do Liceu Paraibano já comemorava o dia 15 de outubro, ou seja, antes do decreto governamental de 1963.

O dia 15 de outubro é repleto de simbologia e significados. Sua construção foi baseada na luta de alguns, e, durante o regime Civil Militar passou a ser utilizado como objeto de manipulação. Com o fim do regime, voltou a ter um caráter de comemoração da classe docente, com a exposição dos problemas que a classe docente enfrenta ao longo dos anos. Mas ainda é utilizado como data simbólica para homenagens, falas oficiais dos detentores do poder e como data para inaugurações de escolas e entregas de obras relacionadas a educação.

REFERÊNCIAS

50 ANOS do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Abril, 2014. Aventuras na História.

AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurelio V. Leme; SWENSSON JUNIOR, Walter; LAISTER FILHO, Adalberto. **A alimentação do leviatã nos planos regional e Nacional: Mudanças no DEOPS/SP no Pós-1964.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARAÚJO, Rita de Cássia; BARRETO, Túlio Velho. **1964: O golpe passado a limpo.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2007.

ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro.** Trad. de Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARNS. Dom Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca mais. Perfil dos atingidos.** Petrópolis: Vozes, 1988.

ARNS. Dom Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca mais. Um relato para a história.** Petrópolis: Vozes, 1986.

ASSASSINATOS no Campo: Crime e Impunidade (1964-1986). 2ª ed. São Paulo: Global, 1987.

ASSIS, Machado de. **O Jornal e o Livro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BANDEIRA, Muniz. **Carteis e Desnacionalização (A experiência brasileira: 1964-1974).** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BARAGLIO, Gisele Finatti. **O ensino de História durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).** 2011. Trabalho de Conclusão do Curso (História) - Universidade Estácio Radial, São Paulo, 2011.

BARBOSA, Marinalva. Imprensa e ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens sínteses. In: **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM).** Vol 3, Nº 02, p. 11-20, jul/dez, 2014.

BARRETO, túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na Trilha do Golpe: 1964 revisado.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massagana, 2012.

BARROS, Edgard Luís de. **Os Governos militares.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamento na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. In: **Varia História,** Belo Horizonte, Vol. 25, Nº 41. P. 269-291, jan/jun 2009.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. A educação brasileira e sua periodização. Vestígio de uma identidade disciplinar. **Revista Brasileira de Educação,** n. 5, jan./jun. 2003. Disponível em:

<<http://201.147.150.252:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1065/RBHE5.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 52.682**, de 14 de outubro de 1963. Estabelece o dia 15 de outubro como dia do professor. Brasília: Câmara dos Deputados, 1963.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2015.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Biblioteca da Educação).

BURKE, Peter. História como alegoria. **Estud. Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a16.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, Vol. 12, Nº 1. p. 47-70, jn/abril 2012.

CANTANI, Denice Bárbara; SILVA, Vivian Batista. **Memória e História da profissão dos professores**. As representações sobre a profissão docente nos manuais pedagógicos. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/10/343o-2-Ana-Maria-_7_1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação brasileira e a sua periodização. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 2, p. 137-152, 2001.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Teresina: UFPI, 2006.

CARVALHO, Maria Elizete; BARBOSA, Maria das Graças da Cruz; SANTOS, Luciana Martins Teixeira dos. Memórias da Ditadura Militar: o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF – como referência. In: DANTAS, E.; NUNES, P. G. A.; SILVA, R. F. C. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães (Org). **História, Educação e Direitos Humanos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial**: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **Introdução Revolução de 1964. A agonia do poder civil**. 1º Tomo. Rio de Janeiro: Artnova, 1975.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. **Memórias do Exílio: Brasil 1964 – 19?? . De muitos caminhos**. São Paulo: Livramento, 1978.

CHAGAS, Carlos. **A Ditadura Militar e os golpes dentro do Golpe: 1964-1969. A história contada por jornais e jornalistas**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: Entre práticas e representações. 2. ed. Trad. de Maria Manuela Gadalho. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

_____. O mundo como representação. **Revista das Revistas**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 fev. 2015.

CHAVIANATO, Júlio José. **O golpe de 1964 e a ditadura militar**. 5º ed. São Paulo: Moderna, 1994. Coleção Polêmica.

CORREIA, José Alberto; MATOS, Manuel. Do poder à autoridade dos professores: o impacto da Globalização na desconstrução da profissionalidade docente. In: VEIGA, Ilma P. A.; CUNHA, Maria Isabel. **Desmistificando a profissionalização do Magistério**. Campinas: Papirus, 1999. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura Brasil: 1964-1985**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Record, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985. (Coleção Brasil: anos de autoritarismo).

CURY, Levy. **A posse histórica de João Baptista de Oliveira Figueiredo**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 1979.

DALPIAZ, Altemir Luiz. **A construção da identidade cultural do professor durante o regime militar no Brasil – 1964 a 1985**. 2008. 133p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVAM Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba. História, Memória e Construção da Cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DIAS, André Bonsanto. Comunicação Alternativa como Espaço de Novos Lugares de Memória: um estudo do caso Ditabranda. **Revista Alterjor**, USP, ano 01, v. 02, jul./dez. 2010.

_____. Mídia, poder e discurso: escândalos de poder e os embates entre Record e Folha durante o caso da “ditabranda”. In: SOMMA NETO, João; ANDRÉ, Hendry (Org.). **Mídia e política**: caminhos cruzados. Curitiba: UFPR-SCHLA, 2011.

_____. **Presente da memória:** usos do passado e as (re)construções de identidade da *Folha de S. Paulo*, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'. 2012. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura. O Movimento de 68 contada por seus líderes.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** São Paulo: Perspectiva, 1963.

_____. **Mito e realidade.** 3 Ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

ESTADO e educação. Campinas: Papirus, 1992. Coletânea CBE

FERNADES, Eliane; ARAÚJO, Rita de Cássia (org). **Mulheres e Militares: Testemunhas sobre o golpe de 1964 no Nordeste.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massagana, 2013.

FERREIRA, Rodolfo. **Entre o sagrado e o profano:** o lugar social do professor. Rio de Janeiro: Quartet, 1998.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: O golpe que derrubou o presidente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.

FERREIRA, José Flávio Paulo. O ensino na Paraíba no século XIX. In: **Revista Brasileira de Filosofia e História.** Pombal/PB. Vol 3. Nº 1 p. 1-6. Jan/dez 2014.

FICO, Carlos. **O Regime Militar no Brasil (1964-1985).** 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1999. Coleção que história é esta?

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In. **Revista Brasileira de História,** São Paulo. Vol. 24, Nº 47, p. 29-60. 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. O ensino de história e o golpe militar de 1964. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964. Niterói e Rio de Janeiro. 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 364-377.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANCO, Lúcia Helena Carvalheira; OLIVEIRA, Maria do Carmo Andrade Marques; HENRIQUES, Irene Judith Marques Guilhon; GASPARI, Lúcia Maria Coelho de Oliveira (org). **Do golpe de 1964 à transição: uma contribuição bibliográfica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massagana, 2004.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. aum. São Paulo: Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Educação Brasileira contemporânea: desafios do ensino básico**. Acervo Paulo Freire. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3393/FPF_PTPF_01_0416.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. **Historias das ideias pedagógicas**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura Derrotada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrésecas, 2014.

_____. **A ditadura Encurralada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrésecas, 2014.

_____. **A ditadura envergonhada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrésecas, 2014.

_____. **A ditadura Escancarada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrésecas, 2014.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008 p 313-332

_____. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. Campinas: Cortez, [sd].

GÓIS, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. Coleção Educação Contemporânea.

GONDRA, José G.; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A memória coletiva**. 3 ed. São Paulo: Vértice, 2004.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Sobre História.** Tradução de Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOUAISS, Conciso. **Dicionário.** São Paulo: Moderna, 2011.

IANNI, Octávio. **Florestan Fernandes.** São Paulo: Ática, 2008.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852).** 2003, 183 p. Dissertação (Mestrado) - Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2003.

JACOMELI, Mara Regina Martins. A lei 5.692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: Os estudos sociais e a formação da cidadania. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 39, Campinas, p. 76-90, set. 2010.

KRISCHKE, Paulo J. (org). **Brasil: do “milagre” à “abertura”.** São Paulo: Cortez, 1982.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 1990.

LE MOS, Francisco de Assis. **Nordeste: O Vietnã que não houve. Ligas camponesas e o golpe de 1964.** Londrina/João Pessoa: Editora da UEL/ Editora da UFPB, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar:** políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Tendências pedagógicas na prática escolar.** A pedagogia crítico-social dos conteúdos. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1981.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985):** um espaço de disputas. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. 367 p (tese de doutorado)

LOURENÇO, Elaine. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 30, n. 60, p. 97-120, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a06v3060.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MAGALDI, Ana Maria; Cláudia Alves; GONDRA, José Gonçalves. (Org.). **Educação no Brasil: história, cultura e política.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MARTINS, Eduardo. **A União, jornal e História da Paraíba:** sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa: [s.n.], 1977.

MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel (orgs). **Pela Democracia, Contra o arbítrio. A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MEDEIROS FILHO, Barnabé. **1964: O golpe que marcou a ferro uma geração**. São Paulo: Nova Alexandria, 2014.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Momento brasileiro: do fim do regime militar à eleição de Lula**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Paraíba do Norte (1860-1889)**. 2012. 148 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2012.

MIRANDA, Itacyara Vieira; CURY, Cláudia Engler. Instruir para civilizar: o lancasterianismo na Paraíba oitocentista (1822-1864). Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anaais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Itacyara%20Viana%20Miranda%20TC.PDF>. Acesso em: 22 abr. 2015.

MORAES, Daniele. **Dia do Professor: a história da comemoração**. Disponível em: <<http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu15.asp>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

MORAES, Denis de. **A Esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **1964: História do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Repensando a História.

_____. **Cultura e poder no Brasil Contemporâneo (1977-1984)**. Curitiba: Juruá, 2002.

_____. **O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985**. 4º Ed. São Paulo: Atual, 1994. Coleção Discutindo a História do Brasil.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História** – História e Cultura, PUC/SP, n. 17, 1998.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Org.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**. História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Org.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**. História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

PACHECO, Alexandre. **As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de *habitus* e de *campo* em Pierre Bourdieu**. 2005. Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH, 2005.

PAES, Maria Helena Simões. **Em nome da Segurança Militar. Do Golpe de 64 ao início da Abertura**. 6ª ed. São Paulo: Atual, 1995. Coleção História em Documentos.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa**, Cortez, n. 104, p. 144-163, jul. 1998.

PARO, Vitor Henrique. Eleições de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática. In. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 77, n. 186, mai/ago, 1996. p. 376-395

PEREIRA, Priscilla Leandro. Fontes documentais: O jornal A União e a Educação do homem rural paraibano por meio da coluna “A União Agrícola” (1946-1961). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, IX, 31/07 a 03/08/2012, João Pessoa. Anais... João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.histed.br.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.29.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

PEREIRA, Moacir. **O golpe do silêncio, censura e medidas de emergência**. São Paulo: Global, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cem anos de República**. Porto Alegre: EDEL, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatuhy (org). **Golpe de 64**. Porto Alegre: Editora EU, 1994. Cadernos Ponto e Vírgula. Volume 5.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e história da educação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1987.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. **A República dos Golpes (de Jânio a Sarney)**. São Paulo: Nova Cultura/Best Seller/Círculo do Livro, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**; 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade. 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001. p. 2-15.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade**: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa. 2009. Dissertação (Mestrado) - UFPB, João Pessoa, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **A formação política do professor de 1º e 2º graus**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. **História da Educação Brasileira**: A organização Escolar. 6. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

_____. **Memórias: a luta pelo ensino público e gratuito numa universidade particular – a PUC/SP**. Campinas: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 1994. Coleção Questões de nossa época; Volume 31.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Política pra quê? Atuação partidária no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 1992. Coleção História Viva.

RIDENTI, Marcelo. **Professores da esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1995. Coleção Questões de nossa época; Volume 51.

RODRIGUES, Marly. **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. Série Princípios.

ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz (org). **A construção social dos regimes autoritários**: Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANDER, Roberto. **1964: O verão do golpe**. Rio de Janeiro: Maquinária, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 5. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1999. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores Associado, 1993. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Formação de professores: Aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro: **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

_____. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

_____. Percorrendo caminhos na educação. **Educação e Sociedade**, Campinas - SP, v. 23, n. 81, p. 273-290, 2002.

SILVA, Fabiana Sena da. O material pedagógico na Educação paraibana: o livro de leitura no ensino primário. In: **Cadernos do CEOM (Centro de Memória do oeste de Santa Catarina)**. Chapecó/SC. Ano 19, Nº 24 p. 353-368. Julho 2006.

SILVA, Hélio. **1964: Vinte anos depois**. Porto Alegre: L&PA Editores LTDA 1984.

_____. **O golpe de 64: 1964-1968**. 3ª Ed. São Paulo: Três/Brasil 21, 2004.

SILVA, Vania Cristina da. **Ó Pátria amada, Idolatrada, Salve! Salve! Festas escolares e comemorações na Paraíba (1937-1945)**. 2011 (dissertação de Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, Gláucio Ary Dillar; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs). **21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUSA, Cynthia Pereira de. A educação pelas leituras: registros de uma revista escolar (1930/ 1960). In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara. Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

STARLING. Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais. Os inconfidentes e o golpe de 1964**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TAVARES, General Aurélio de Lyra. **O Brasil de minha geração**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1976.

VICENTINI, Paula Perin. A profissão docente no Brasil do século XX: sindicalização e movimentos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STHEFANO, Maria (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil – século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 336-346.

_____. Celebração e visibilidade: O Dia do Professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 8, p. 09-41, jul./dez. 2004.

_____. Celebridade e anonimato: uma análise dos dispositivos de construção da imagem sócio-profissional do magistério. **TEIAS**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006.

_____. **Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)**. 2002. Tese (Doutorado) – FEUSP, São Paulo, 2002.

_____. **Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista):** profissão docente e organização do magistério (1930-1964). 1997. Dissertação (Mestrado) -FEUSP, São Paulo, 1997.

VICENTINI, P. P. ; LUGLI, R. Silvana Genta. A neutralidade impossível: o Centro do Professorado Paulista (CPP) e a representação eleitoral do magistério. **Revista da Faculdade de Educação da Bahia**, Bahia: FAMETTIG, v. 1, n. 4, p. 923, 2004.

_____. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009. v. 1. 234 p.

VICENTINI, Paula Perin; RODRIGUES, Carla Marisa. **Memórias de sala de aula:** uma análise de autobiografias de professores. Lisboa: Educa, 2004. (Cadernos Prestige).

VICENTINI, P. P. ; CATANI, Denice Barbara . A vida escolar e o ensino: tradições, práticas, saberes e valores. In: Paula Perin Vicentini; Denice Barbara Catani. (Org.). **A vida escolar e o ensino entre tradições, práticas, saberes e valores:** reflexões de professores de São Bernardo do Campo sobre a sala de aula. São Paulo: São Paulo, 2012, v. , p. 1521.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, L. M. . História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n.45, p. 3770, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. Educação e Pesquisa. **Revista da FEUSP**. 2003.

VIEIRA, Alboni Marisa D. P.; GOMIDE, Angela G. V. **História da formação de professores no Brasil:** O Primado das influências externas. Disponível em: <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio. **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à Brasileira (1964-1985): a democracia golpeada a direita e a esquerda**. São Paulo: Leya, 2014.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária. In: **Revista Brasileira de Educação**. Vol 19, Nº 59, p. 827-849. Out/dez 2014.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez, 1980.

YOUNG, Jordan M. **Brasil (1954-1964): Fim de um ciclo civil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

Anexo A

LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827

Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembléia Geral para final resolução.

Art. 3º Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembléia Geral para a aprovação.

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 7º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art. 8º Só serão admitidos à oposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta.

Art. 9º Os Professores atuais não serão providos nas cadeiras que novamente se criarem, sem exame de aprovação, na forma do Art. 7º.

Art. 10. Os Presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação anual que não exceda à terça parte do ordenado, àqueles Professores, que por mais de doze anos de exercício não interrompido se tiverem distinguido por sua prudência, desvelos, grande número e aproveitamento de discípulos.

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Art. 14. Os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalícios; mas os Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender e só por sentenças serão demitidos, provendo interinamente quem substitua.

Art. 15. Estas escolas serão regidas pelos estatutos atuais se não se opuserem a presente lei; os castigos serão os praticados pelo método Lancaster.

Art. 16. Na província, onde estiver a Corte, pertence ao Ministro do Império, o que nas outras se incumbe aos Presidentes.

Art. 17. Ficam revogadas todas as leis, alvarás, regimentos, decretos e mais resoluções em contrário.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 15 dias do mês de outubro de 1827, 6o da Independência e do Império.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO.

Este texto não substitui o publicado na CLBR, de 1827

Carta de Lei, pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o decreto da Assembléia Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, sobre a criação de escolas de

primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, na forma acima declarada.

Para Vossa Majestade Imperial ver.

Joaquim José Lopes a fez

*

Fonte: disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm
acesso em 15 de outubro de 2014.

ANEXO B



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 52.682, DE 14 DE OUTUBRO DE 1963.

Declara feriado escolar o dia do professor.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o item I do artigo 87 da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º O dia 15 de outubro, dedicado ao Professor fica declarado feriado escolar.

Art. 2º O Ministro da Educação e Cultura, através de seus órgãos competentes, promoverá anualmente concursos alusivos à data e à pessoa do professor.

Art. 3º Para comemorar condignamente o dia do professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo delas participar os alunos e as famílias.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1963; 142º da Independência do Brasil; 75º da República.

JOÃO GOULART
Paulo de Tarso

Este texto não substitui o publicado no DOU. de 15.10.1963 e retificado no DOU de 22.10.1963